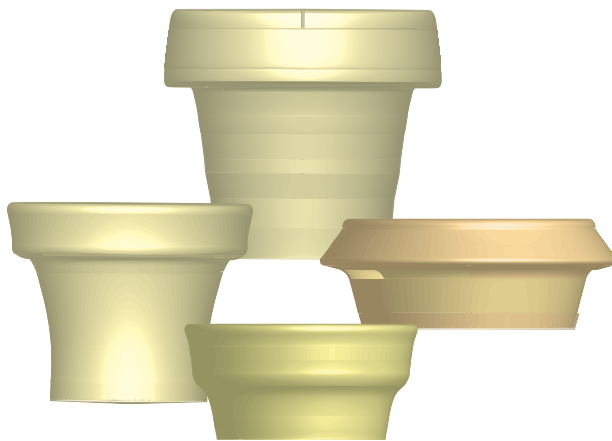




**Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras
Departamento de História**

As importações anfóricas do Mediterrâneo durante
a Época Romana Republicana na Alcáçova de Santarém.



Volume I

Patrícia Bargão

Dissertação de Mestrado em Pré-história e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa sob a orientação da Prof.Dr^a Ana Margarida Arruda e do Prof.Dr. Carlos Fabião.

Lisboa, Setembro 2006

Resumo

O objectivo desta dissertação é a apresentação de um estudo sistemático de um vasto conjunto anfórico proveniente de algumas intervenções realizadas na área urbana de Santarém.

A informação recolhida permite reunir um acervo de dados que ilustram esta realidade inerente presença de materiais itálicos, gregos e africanos, e do consumo de vinho e azeite durante a ocupação republicana de *Scallabis*.

A escolha deste conjunto surgiu no âmbito do estudo dos processos de romanização da Alcáçova de Santarém através da presença de contentores de proveniência mediterrânea. Embora exista uma continuidade na importação destas produções, foi nossa intenção demonstrar apenas os materiais romanos republicanos.

Apresentamos uma leitura de possíveis significados destas importações, não apenas das ânforas, mas também de cerâmicas finas de produção mediterrânea, como a Cerâmica Campaniense e a Cerâmica de Paredes Finas.

A existência de um conjunto significativo de contextos bem preservados, onde estão presentes estas produções, permite balizar e fasear estas importações contribuindo para a caracterização de processos de romanização deste local, bem como dos seus ritmos e cronologias.

Foram efectuadas análises químicas de ânforas itálicas provenientes de vários sítios do território português como Castro Marim, Santarém, Monte Molião, Cerro do Cavaco e Chões de Alompé, para caracterizar a presença destes contentores num território mais vasto e procurar padrões de importação destes produtos para o território português.

Abstract

The aim of this paper is to present a systematic study of a large amphorae ensemble, recovered in the archaeological diggings, made in the urban area of Santarém.

The recovered data shows the presence of italic pottery and the wine and oil consumption during the roman occupation of *Scallabis*, and allows us to read the meaning of these imported products, not only for the amphoras but also for the other Mediterranean pottery like the Campanian Ware and the Thin Walled Pottery.

To characterize the early Romanization process that occurred in the Alcáçova of Santarém, we selected among the imported amphorae from the Mediterranean the roman republican productions.

This products are present in a group of well preserved levels, witch allowed us to establish a chronology, and a characterization of the different Romanization process.

The chemical analysis made on italic amphoras recovered in several archeologic sites of the Portuguese territory such as: Castro Marim, Monte Molião, Cerro do Cavaco, Faro and Chões de Alompé, aim to describe import padron of these products to the Portuguese territory.

Palavras Chave: Ânforas, Santarém, Comércio, Mediterrâneo, Republica.



Índice

Volume I

	Agradecimentos	6
	Introdução	8
I	A Alcáçova de Santarém e o Tejo na Antiguidade.	10
I.1	O sítio arqueológico – enquadramento.	11
I.2.	Síntese das intervenções arqueológicas na Alcáçova de Santarém	12
I.3.	A ocupação romana na Alcáçova de Santarém enquadramento histórico arqueológico.	15
I.4.	Fontes para a historia antiga.	18
II.	As ânforas – análise da amostra	22
II.1	Metodologia	23
II.1.1.	Composição e tratamento da amostra.	23
II.1.2.	Critérios de quantificação.	24
II.1.3.	Tipologias adoptadas.	25
II.1.4.	Caracterização de pastas e fabricos.	26
II.1.5.	Tratamento informático e análise estatística.	27
II.2.	Caracterização das produções mediterrâneas.	27
II.2.1	Análise macroscópicas dos fabricos.	27
II.2.2.	Áreas Produtoras	32
II.3.	As tipos identificados	35
II.3.1.	As ânforas Greco-italicas	36
II.3.2.	As Dressel 1	39
II.3.3.	A Lamboglia 2	41
II.3.4.	A Maña C2.	44
II.3.5.	A Tripolitana antiga.	47
II.3.6.	As Ânforas de Brindisi	50
II.3.7.	Ânfora Rodia	51



Índice

II.4.	A epigrafia anfórica	52
II.4.1.	As estampilhas	53
II.4.2.	Os <i>tituli picti</i> .	56
II.4.3.	Os grafitos.	57
III.	Análise Contextual	59
III.1.	Intervenções de 1983-87: Área do Jardim e no Horto do Jardim	60
III.2.	Intervenções de 1988-89: Jardim das Portas do Sol.	61
III.3	Intervenções de 1992-93 : Igreja de Santa Maria de Alcáçova	63
III.4.	Intervenções de 1994-1996: Largo da Alcáçova, 3-5	64
III.5.	Intervenção de 1997 : Área do Jardim	65
III.6.	Intervenção de 1998: Av. 5 de Outubro, nº9	66
III.7.	Intervenção de 1999/2000: viveiros do Jardim das Portas do Sol.	68
III.8.	Intervenção de 2001: alargamento da cozinha do restaurante das Portas do Sol.	71
III.9.	Enquadramento cronológico da Ocupação republicana da Alcáçova de Santarém: síntese do faseamento.	72
III.10.	Distribuição espacial.	73
III.11.	Cerâmica de Paredes Finas dos contextos da Alcáçova de Santarém	75
III.12.	Cerâmica Campaniense dos contextos da Alcáçova de Santarém.	78
IV	Análise quantitativa do Conjunto	85
IV.1.	Introdução.	86
IV.2.	Método A	86
IV.3.	Método B	87
IV.4.	Método C	88
IV.5.	Método D	89
IV.6.	Método E	90
IV.7.	Método F	90
IV.8.	Método G	91
IV.9.	Análise quantitativa do conjunto.	92



V	As ânforas de origem Mediterrânea no Sul do actual território português: Alguns casos de estudo.	94
V.1.	Introdução.	95
V.2.	Metodologia.	95
V.3.	Os sítios arqueológicos.	97
V.4.	Análise comparativa.	103
VI	Considerações finais.	105
		106
VI.1	A importação e consumo de vinho no extremo Ocidente Peninsular	108
VI.2	A presença do azeite no quotidiano.	
V.3	As ânforas do Mediterrâneo durante a época romana republicana na Alcáçova de Santarém.	110
	Bibliografia	115

Volume II

Anexos

I	Caracterização Químico-mineralógica do conjunto em estudo.
II	Intervenções Arqueológicas
III	Estampas
IV	Tabela descritiva dos Contextos Arqueológicos da Alcáçova de Santarém
V	Tabela descritiva das ânforas de origem mediterrânea da Alcáçova de Santarém

Agradecimentos

Antes de mais gostaríamos de agradecer a todos aqueles que de alguma forma deram o seu contributo desinteressado para a concepção deste trabalho sem os quais não teria sido possível a sua conclusão.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer aos orientadores desta dissertação Prof.^a Doutora Ana Margarida Arruda e Prof. Doutor Carlos Fabião, pelas horas gastas, pela bibliografia disponibilizada, pela paciência e tolerância demonstrada e pelo incentivo dado no decurso destes anos de trabalho.

Aos professores de licenciatura e de mestrado de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa nomeadamente: ao Prof. Doutor Amílcar Guerra por todo o auxílio prestado no âmbito da epigrafia ânforica sem o qual não teria sido possível uma leitura e interpretação das complexas marcas que apresentamos, à Prof.^a Catarina Viegas por toda a bibliografia disponibilizada e pelo ajuda na interpretação estratigráfica das intervenções arqueológicas por si dirigidas e pelo acesso e tintagem dos materiais de Faro e de Castro Marim.

Gostaria de agradecer a todas as instituições e aos seu responsáveis que facultaram o acesso ao espólio estudado, nomeadamente a Uniaq, a Câmara Municipal de Santarém, ao Museu Nacional de Arqueologia, à Câmara Municipal de Faro, ao Museu Geológico e Mineiro e ao CNAS.

Ao Pedro Carreteto Poblete e Rosario García Gimenez da Universidade Autónoma de Madrid pela realização das análises químicas e de lamina delgada que permitiram uma leitura precisa dos dados arqueométricos.

À FCT pela atribuição da bolsa de apoio à dissertação atribuída no âmbito do III Quadro comunitário de apoio do Fundo Social Europeu que possibilitou a redacção da dissertação.

Aos muitos colegas arqueólogos, e estudantes de arqueologia que deram o seu contributo durante a execução deste trabalho: à Elisa Barbosa pela cedência de dados da intervenção arqueológica no Monte Molião, pelos esclarecimentos sobre a Cerâmica de paredes finas, pelas muitas discussões científicas e por todo companheirismo demonstrado. Ao Carlos Pereira por facultar os novos dados relativos à intervenção no Forte de S.Sebastião (Castro Marim) e às Lucernas da Alcáçova de Santarém.

Ao João Pimenta pelo acesso dado ao conjunto anfórico do Castelo de S.Jorge.

Ana Patrícia Magalhães e João Pedro Gomes e mais uma vez à Elisa e Carlos pela ajuda no desenho e tintagens de materiais.

Aos meus pais pelo apoio e compreensão, por terem partilhado a sua casa com centenas de ânforas.

Ao Miguel por toda a ajuda, pela disponibilidade e principalmente pelo apoio carinho e paciência infindáveis em momentos de grande stress.

A todos um muito obrigado.

Introdução

Este trabalho surgiu do interesse despertado para o estudo das ânforas, após a realização de vários trabalhos curriculares, no decurso da licenciatura sobre contentores anfóricos da Idade do Ferro e de época romana do Castelo de Castro Marim e de Mesas de Castelinho.

A hipótese de continuidade de estudo destes materiais surgiu pela mão da Dr.^a Ana Margarida Arruda que disponibilizou as ânforas das intervenções arqueológicas da Alcáçova de Santarém, sob a sua direcção científica, para realização desta dissertação de mestrado.

Trata-se de um conjunto numeroso, na sua quase totalidade inédito, de fragmentos de diferentes formas e proveniências, que partilha uma origem, funcionalidade e cronologia comum.

A questão central da nossa dissertação é a análise dos processos de romanização da actual cidade de Santarém através do estudo das importações anfóricas de origem mediterrânea durante a época romana republicana.

Os primeiros indícios da presença romana no estuário do Tejo, de certa forma relatados pelas fontes clássicas, são também rastreáveis, embora indirectamente, através do registo arqueológico. A longa diacronia de ocupação identificada na Alcáçova de Santarém permitiu à Dr.^a Ana Margarida Arruda identificar e caracterizar o urbanismo inerente à ocupação sidérica desta região e todas as transformações operadas ao longo da Idade do Ferro (Arruda, 2000).

A abundante presença de materiais de cariz orientalizante está bem patente desde o século VII a.C., não só em Santarém, mas também nas actuais cidades de Lisboa e Almada, sendo todos estes vestígios arqueológicos que indiciam de forma clara a utilização do estuário do Tejo desde época remota como “porta de entrada” e canal de circulação, por excelência de ideias e de produtos oriundos de paragens longínquas.

Deste modo, o estuário do Tejo, dadas as suas características geo-climáticas e recursos existentes, foi durante a Antiguidade um pólo de atracção para a chegada de novas populações. Embora os momentos mais recuados da ocupação romana neste território estejam escassamente documentados, o que se deve maioritariamente à densa malha urbana existente nestes locais e aos condicionalismos decorrentes das intervenções arqueológicas em área urbana, as fontes clássicas fazem remontar a presença romana na margem norte do estuário do Tejo ao século II a.C.

Os primeiros momentos da ocupação romana no território hoje português estão pautados por características singulares que os distinguem claramente da ocupação precedente. O registo

arqueológico dos mais antigos locais onde foi identificada uma ocupação republicana, documentada pela presença de um conjunto de artefactos diferenciados, permite realizar uma análise do espólio deste período paralelamente aos dados conhecidos e interpretados nas fontes clássicas.

A análise artefactual dos momentos mais antigos da ocupação romana de uma cidade como Santarém é, em nosso entender, de extrema importância, permite uma caracterização deste período cronológico neste local,

No que respeita à estrutura desta trabalho, optamos por dividi-lo em dois volumes, o primeiro é constituído por VI capítulos e sub-capítulos de acordo com as temáticas abordadas de modo a permitir a sua boa leitura.

O capítulo I é introdutório e composto por elementos caracterizadores do espaço e do tempo que abordamos. Tem por este motivo sub-capítulos dedicados à caracterização geográfica, localização e descrição sumária das intervenções arqueológicas de onde provêm os materiais em estudo e um enquadramento histórico e arqueológico da região de acordo com as fontes literárias, epigráficas e arqueológicas.

O capítulo II dedica-se ao estudo dos materiais, no qual são analisadas questões metodológicas, forma e proveniência e difusão dos recipientes, vestígios epigráficos. O III capítulo aborda a análise contextual. São apresentadas as intervenções arqueológicas os contextos preservados, cronologias e significados.

O IV capítulo apresenta os resultados ensaiados numa abordagem quantitativa do conjunto.

O capítulo V resulta na apresentação dos dados recolhidos sobre as ânforas de produção mediterrânea no sul do território português, consiste numa sistematização dos dados recolhidos pela observação e registo dos exemplares, bem como através da recolha bibliográfica.

Optámos por incluir neste trabalho um conjunto de informações anexas que complementam a informação apresentada na dissertação, trata-se em primeiro lugar de um conjunto de fotografias, desenhos e imageens que ilustram da melhor forma possível a realidade abordada.

No segundo volume são apresentados cinco anexos distintos: O anexo I consiste na apresentação dos resultados das análises químicas e de lâmina delgada O anexo II é dedicado às intervenções arqueológicas, consiste na apresentação de um conjunto de desenhos e de fotografias que ilustram as intervenções arqueológicas e os contextos abordados. No anexo III são apresentadas as estampas

Os anexos IV, V são um conjunto de bases de dados que sistematizam toda a informação contextual apresentada, bem como um catálogo esquemático de todas as peças analisadas.



I. A Alcáçova de Santarém e o Tejo na Antiguidade.

I.1. O sítio arqueológico: enquadramento.

I.2. Síntese das intervenções arqueológicas na Alcáçova de Santarém.

I.3. A ocupação romana na Alcáçova de Santarém.

Enquadramento histórico arqueológico.

As importações anfóricas do Mediterrâneo durante a época romana republicana na Alcáçova de Santarém.



I. A Alcáçova de Santarém e o Tejo na Antiguidade.

I.1. O sítio arqueológico: enquadramento.

O sítio arqueológico da “Alcáçova de Santarém” localiza-se na Freguesia de Marvila, concelho e distrito de Santarém, situado a W 8° 40’30’’ de longitude e N 39° 14’ 10’’ de latitude, segundo a carta militar 1/25000 (1979) folhas 352 e 353.

A cidade de Santarém situa-se na margem direita do Tejo, a aproximadamente 80 km da foz do rio. A Alcáçova, propriamente dita, está inserida num amplo planalto do maciço calcário estremenho, cuja implantação, escarpada nas vertentes Sul, Este e Oeste, sobranceira ao rio Tejo lhe confere uma acessibilidade favorável do ponto de vista fluvio-marítimo, uma vez que se situa entre o oceano e o rio (Arruda, 2000, p. 6-67), podendo ter funcionado na Antiguidade como porto de acesso ao interior.

A sua proximidade do rio aliada à implantação em altura atribui à Alcáçova uma posição estratégica fundamental, de grande domínio visual sobre o Tejo e as lezírias envolventes.

Actualmente, o planalto abrange uma área de 4,5 ha e atinge uma cota máxima de 106 m acima do nível médio das águas do mar. É constituído, fundamentalmente pelo Jardim das Portas do Sol e por alguns edifícios de cariz religioso e habitacional.

Contudo, devido ao acelerado processo de erosão verificado nas encostas da Alcáçova, considera-se a possibilidade de, na Antiguidade, a área ocupada pelo planalto ter sido de maior extensão, podendo ter atingido os 5 ha (Ibidem).

A actual fertilidade dos campos e das lezírias desta região ribatejana está atestada por Estrabão, que refere o carácter agrícola e a fertilidade dos campos na região envolvente a Móron, a abundância de peixes e ostras no Tejo e a existência de montes metalíferos que se estendem do *Anas* até ao *Tagus* (III, 2,4).

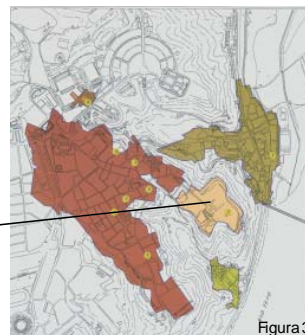
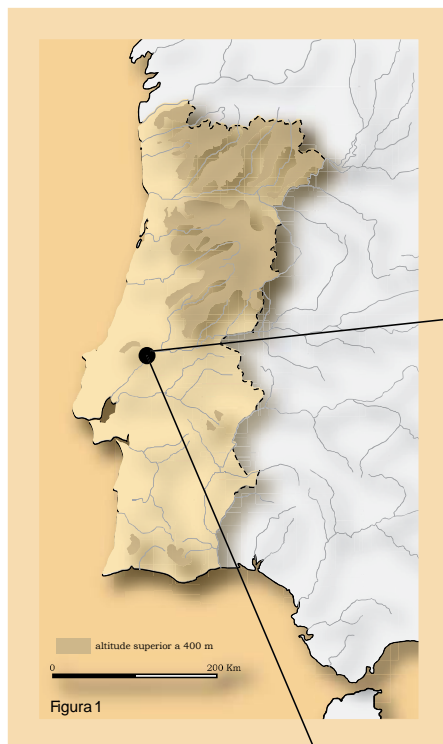
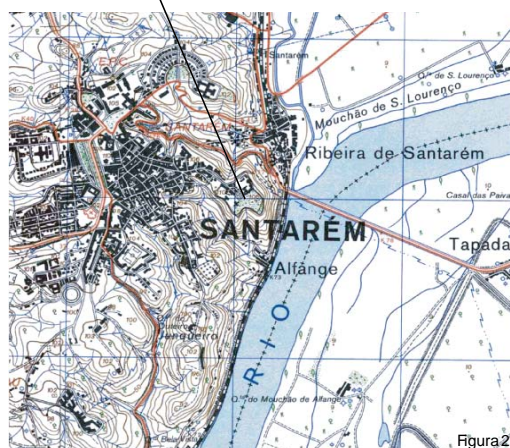


Figura 1 – Localização de Santarém no actual território português.

Figura 2 – Carta militar 1:25000.

Figura 3 – Planta da cidade de Santarém.



I.2. Síntese das intervenções arqueológicas na Alcáçova de Santarém.

Na Alcáçova de Santarém documentam-se importantes fontes arqueológicas para o conhecimento das ocupações antigas; desde 1979 (ano em que decorreu a primeira intervenção arqueológica) até ao ano de 2001, uma proliferação de intervenções realizadas um pouco por toda a Alcáçova tornaram arqueologicamente visível as ocupações Moderna, Islâmica, Romana e da Idade do Ferro.

As importações anfóricas do Mediterrâneo durante a época romana republicana na Alcáçova de Santarém.



Perfazendo um total de 18 campanhas de escavação e de mais de 1000 m² de área escavada, considera-se que está reunido um abundante acervo informativo que permite contribuir para o conhecimento da ocupação antiga da cidade.

A primeira intervenção arqueológica levada a efeito na Alcáçova de Santarém decorreu em 1979, através da abertura uma sondagem, efectuada por uma associação local de defesa do património histórico-cultural de Santarém (Arruda, 2000).

A primeira intervenção arqueológica realizada com um carácter sistemático ocorreu em 1983, com a abertura de um conjunto de quadrados na área do Horto do Jardim. Esta escavação dirigida pela Dr.^a Ana Margarida Arruda decorreu até 1987, tendo sido integralmente escavadas 30 quadrículas, distribuídas por quatro cortes (Viegas, 2003, p.211). Os materiais recolhidos, em associação às sequências estratigráficas lidas, revelaram os primeiros níveis conservados da Idade do Ferro e de Época Romana no local.

Outra das áreas intervencionadas foi o Jardim das Portas do Sol. As intervenções arqueológicas realizadas entre 1988 e 1989 resultaram na escavação de 12 quadrados (Arruda, 2000, p.149 e Viegas, 2003, p.233), implantados em diferentes áreas do Jardim (cfr. fig.4), que revelaram igualmente níveis conservados que correspondem a uma ocupação romana e da Idade do Ferro.

Após um interregno de três anos, os trabalhos arqueológicos na Alcáçova de Santarém foram retomados em 1992 pela Dr.^a Catarina Viegas (então arqueóloga municipal). Na sequência das obras de recuperação da Igreja de Santa Maria da Alcáçova a cargo da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais foi necessário proceder a uma escavação arqueológica com o intuito de verificar a potência estratigráfica existente no local. A execução dos trabalhos arqueológicos, que consistiu na abertura de seis sondagens, revelou a existência de níveis arqueológicos datáveis da época romana imperial e da Idade do Ferro, cuja preservação fora fortemente afectada pela presença de sepulturas de época Moderna.

Os trabalhos arqueológicos realizados nos anos subsequentes (1994-96) tiveram um carácter preventivo e decorreram no Largo da Alcáçova 3-5. Neste local, foram intervencionadas áreas que iriam ser afectadas pela construção de uma piscina, também foi efectuada o acompanhamento da demolição de um imóvel onde iria ser edificada uma unidade hoteleira de turismo de habitação (Viegas, 2003, p.245).

Fruto das intervenções arqueológicas aqui realizadas, foi possível identificar uma estrutura interpretada como o *podium* de um templo romano. Tendo em conta esta realidade arqueológica,



foram intervencionadas para além da área da piscina, outras que correspondem às fachadas Sul, Oeste, Norte e Este do *podium* (Arruda, 2000, p. 6-III). No âmbito destes trabalhos de escavação, foram identificados vários depósitos e estruturas datáveis de época romana republicana e imperial.

No ano de 1997, com o objectivo de salvaguardar através do registo arqueológico a área afectada pela instalação de condutas de esgoto, procedeu-se à escavação de 19 quadrículas implantadas sequencialmente em três diferentes áreas: no interior do Jardim das Portas do Sol, no Largo da Alcáçova e no viveiro do jardim.

Os níveis de ocupação romana imperial e de épocas posteriores estão presentes nas três áreas intervencionadas. No que respeita a uma ocupação romana mais antiga, somente na zona do viveiro do jardim é que se registaram níveis conservados que documentam a ocupação republicana.

Em 1998, foi realizada uma intervenção arqueológica preventiva no n.º9 da Av. 5 de Outubro. A escavação consistiu na abertura de um total de 9 quadrículas (que correspondem a uma área de 214m²), das quais as quadrículas 1 a 4 foram abertas por meios mecânicos e correspondem a valas para reforço das fundações do imóvel.

Os níveis arqueológicos conservados são provenientes da escavação manual das quadrículas 5 a 9, nas quais foram identificados vários contextos arqueológicos datados da época republicana (Arruda *et alii*, 1999,p.4-5), com um abundante espólio associado, no qual se salientam, pelo seu número e estado de conservação, as ânforas.

Em 1999 e 2000, decorreu outra intervenção de carácter preventivo numa ampla área que corresponde aos viveiros do Jardim das Portas do Sol (Arruda *et alii*, 2000). A opção metodológica pela escavação em área facilitou a obtenção de sequências estratigráficas. Apesar da sucessiva destruição dos estratos de época romana e da Idade do Ferro, efectuada pela construção de silos islâmicos, foi possível identificar contextos seguros e uma sequência ocupacional de época romana republicana.

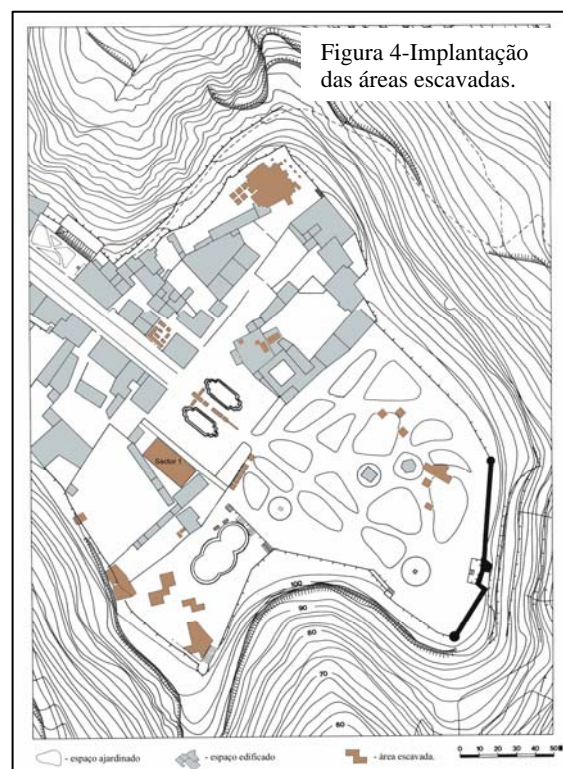


Figura 4-Implantação das áreas escavadas.



Os trabalhos arqueológicos que decorreram em 2001 tiveram lugar numa zona anexa ao restaurante do Jardim das Portas do Sol, área prevista para a construção de uma cozinha, na qual já tinham sido realizadas anteriormente duas sondagens que correspondem aos quadrados 18 e 19, escavados em 1997.

Esta intervenção veio documentar a existência de uma ocupação humana que remonta ao Bronze Final. A longa diacronia de ocupação verificada no sítio permitiu igualmente identificar, nesta sondagem, uma ocupação sidérica, bem como uma ocupação romana imperial e republicana (cujos contornos abordaremos em outro lugar) e uma ocupação de época Medieval e Moderna.

I.3. A ocupação romana na Alcáçova de Santarém enquadramento histórico arqueológico.

O processo de conquista e romanização do território português foi realizado com diferentes ritmos. As fontes existentes para o estuário do Tejo são escassas, destacando-se a referência de Estrabão sobre a campanha de *Decimus Junius Brutus*, realizada em 138 a.C. Esta indicação contém dados relevantes sobre os aglomerados urbanos existentes, bem como sobre as movimentações militares.

Segundo este autor *Brutus* nas campanhas contra os lusitanos estabeleceu a sua base de operações em Móron, cidade situada numa montanha, próxima do rio Tejo a 500 estádios do mar, e fortificou *Olissipo* na foz do rio com o objectivo de efectuar o aprovisionamento ao exército em campanha (Estrabão III,2,4).

Em primeiro lugar, é de destacar a singularidade do topónimo pré-romano Móron, uma vez que Estrabão é o único a referi-lo. Possivelmente, trata-se de um local que mudou de nome ou que simplesmente deixou de existir durante a ocupação romana.

A semelhança fonética entre a palavra *Moron* e *Al Morol* levou Mendes Correia a apontar este local como o sítio eleito por *Brutus* para estabelecer o seu acampamento. Outros investigadores, como Kalb e Hoch, preferiram situar Moron no Alto do Castelo em Alpiarça (1983,304). Actualmente e tendo em conta os materiais recolhidos nas várias acções de prospecção, é aceite pelos vários investigadores a localização de Morón em Chões de Alpompe (Vale de Figueira). A existência por um lado de materiais pré-romanos que remontam ao século IV a.C. (Diogo, 1993), sobretudo de um conjunto de materiais romanos (nomeadamente cerâmica campaniense, ânforas itálicas e greco-



itálicas e diversos metais) datados do sec. II a.C. que espelham uma ocupação militar, bem como um abundante conjunto numismático, corroboram esta opção (Diogo e Trindade, 1993/4 e Ruivo, 1999).

Contudo, um outro local, situado na mesma região, que possui uma ocupação da Idade do Ferro e de época romana republicana é Santarém (Arruda, 1993; Arruda, 2002: 29-36 e Alarcão, 2002: 37-49). O conhecimento do nome antigo de Santarém, de origem pré-romana, excluiu a hipótese de uma possível localização de Móron neste local. *Scallabis* surge referido na obra de Plínio-o-Velho, *Historia Naturalis*, bem como em várias epígrafes, onde palavras derivadas deste nome como *scallabi* surgem inscritas (Guerra, 1995,34-3 e 99-102). Deste modo, a existência de um edificado pré-romano e de espaços públicos e de cariz religioso de época romana justificam a identificação da actual cidade de Santarém com Scallabis.

A incerteza quanto às origens destes topónimos, referimo-nos à possível origem indo-europeia do topónimo Móron e a possível origem mediterrânea da palavra *Scallabis*, deixam em aberto esta questão (Ibidem, 37).

Na realidade, os dados divulgados sobre a ocupação romana na cidade de Santarém (Arruda e Viegas, 1999 e Arruda e Almeida, 1999) são pouco ilustrativos, no que respeita à presença de materiais romanos característicos de um contexto militar do séc. II a.C., ao contrário do que se verificou em relação aos materiais de Chões de Alpompe (Diogo e Trindade 1993) e nas escavações do Castelo de S. Jorge em Lisboa (Pimenta, 2004).

No que respeita a *Olisipo*, os vestígios de edifícios públicos de época imperial (termas, necrópole, criptopórtico, teatro), aliados à concentração epigráfica, à ocupação pré-romana e ao espólio recentemente recolhido nas escavações do Castelo de S. Jorge, não deixam margem para dúvida sobre a sua localização na actual cidade de Lisboa (Pimenta, 2005).

Estes dados indicam uma intensa presença militar na margem norte do Tejo na segunda metade do século II a.C. A campanha militar realizada, a partir do Tejo, permite deduzir que o Sul do actual território português já sob o domínio romano. A obtenção de posições estratégicas na margem norte do Tejo deu início à conquista do território dos “Lusitanos” o que futuramente garantiria a segurança das populações a sul. Por este motivo, pode considerar-se que a partir do 3º quartel do século II a.C (140-130), existiu uma presença romana efectiva no estuário do Tejo, que se fixou neste local.

Praesidium Iulium Scallabis, embora todos os autores concordem que foi o nome antigo de Santarém existe alguma polémica de cariz cronológico sobre o tema. Jorge de Alarcão propõe a instalação de um posto militar criado por César, em 61 a.C. quando este desempenhou o cargo de



proconsul na Lusitânia, passando então *Scallabis* a chamar-se *Praesidium Iulium* (Alarcão, 1988:26). Por outro lado, a Ana Margarida Arruda colocou em 1993 a hipótese da concessão colonial ter ocorrido igualmente no ano de 61 a.C. (Arruda, 1993:208). Opinião contestada por António Faria que considera não ser credível que César em 61a.C., ainda subordinado a Pompeio e Crasso atribuisse o cognome *Iulium* a uma localidade, julgando por este motivo que a atribuição do nome *Iulium* possa estar relacionada com o momento da fundação colonial que, segundo este autor, terá ocorrido ainda com César, uma vez que os cidadãos estariam inscritos na tribo Sergia, possivelmente entre 49 e 44 a.C. (Faria, 1999:44).

Por outro lado, existe um argumento contrário a uma fundação de César para *Scallabis*, visto que todas as fundações Cesarinas estão documentadas a sul do Bétis (*apud in* Faria, 1999:44). Vasco Mantas considera que a *deducio* possa ter ocorrido entre 44 e 35 a.C., com base numa inscrição encontrada em Santarém que refere um indivíduo inscrito na Tribo Galéria; este Autor a par de Ana Margarida Arruda e Catarina Viegas entre outros, propõe a existência de uma segunda *deducio* em Santarém, promovida por Augusto (Mantas 1993: 486-487, Arruda e Viegas, 1999:189-190).

A. Faria, considera prematuro colocar esta hipótese uma vez que existe apenas uma inscrição que pode segundo este autor pode referir-se a um indivíduo originário de *Olissipo* (Faria, 1999:44)

Independentemente da questão fundacional, *Scallabis* foi um de três *conventus iuridicus* da Lusitânia a par de *Augusta Emérta* e *Pax Iulia*, o que coloca em destaque, de um ponto de vista administrativo, *Scallabis* em relação aos restantes aglomerados urbanos do vale do Tejo. Não obstante esta afirmação, é sem dúvida em torno a *Olisipo* que se desenvolveram as principais actividades comerciais, atestadas através da epigrafia e arqueologia, sendo este local considerado como um dos principais portos da Lusitânia (Daveau, 1994; Mantas, 1994).

Tendo em conta que o nome *Scallabis* surge sempre associado ao epíteto *Praesidium Iulium* julgamos poder equacionar a hipótese de a associação deste nome a uma cidade poder estar associada a César, ou seja a atribuição do nome *Scallabis* poderá só ter surgido quando o local é considerado *Praesidium Iulium*. A atribuição deste nome não significa que Cesar tenha efectivamente estado em *Scallabis*, até porque isso só podia ter ocorrido entre 60 e 61 a.C. e concordando com A.Faria não faz sentido que esta atribuição ocorresse nesse período em que César ainda estava subordinado a Pompeio.



I.4. Fontes para a História Antiga

As descrições geográficas contidas nas fontes clássicas, relativas ao estuário do Tejo são de extrema importância na análise deste período, uma vez que possuem dados sobre o aspecto da fachada atlântica e do estuário do rio na Antiguidade.

As limitações inerentes a uma abordagem cronológica dos estudos geo-climáticos sobre as alterações nas linhas de costa e nas áreas estuarinas dos rios ao longo dos tempos, permitem apenas ter uma ideia da alteração do nível das águas quer do mar e das transformações ao nível da paisagem, sem contudo ser possível precisar quando ocorreram essas alterações, nomeadamente no que respeita à proto-história e à época romana.

As fontes clássicas que contêm informação relativa ao estuário do Tejo na Antiguidade possuem dados que permitem caracterizar a geografia e o território envolvente. A existência de vários périplos como o de Marciano de Heraclea, que percorrem a costa litoral peninsular, fazem salientar as características geográficas de maior relevo. Por este motivo há uma quantidade significativa de descrições sobre os locais de destaque na paisagem como é o caso dos cabos, das enseadas e dos estuários dos rios.

Juntamente com esta informação, chegaram até nós referências respeitantes à navegação atlântica e fluvial, que indicam a distância entre os locais o que permite de certo modo aos investigadores confirmar a sua localização e tentar identificar no terreno, a existência desses locais.

Se nalguns casos, a permanência de populações num local e a continuada utilização de um topónimo, aliado ao registo arqueológico conhecido, não deixam dúvidas sobre a sua localização, em outros a sua identificação é polémica e as várias hipóteses avançadas carecem de confirmação arqueológica.

Estrabão é o autor que oferece mais referências a este respeito, descrevendo o percurso do Tejo de montante para jusante, a sua amplitude, profundidade, a existência de ilhas, as condições de navegabilidade e as alterações climáticas, nomeadamente a existência de cheias (III, 2,4).

Os textos dos Autores clássicos são unânimes em reconhecer as potencialidades deste rio ao nível dos recursos naturais, bem como a presença de um importante núcleo urbano na sua foz *Olisipo*. Durante a Antiguidade são múltiplos e de índole vária os recursos disponíveis no Baixo Tejo e o seu território envolvente.



Estrabão refere o carácter agrícola e a fertilidade dos campos na região envolvente a Móron, a abundância de peixes e ostras no Tejo e a existência de montes metalíferos que se estendem do *Anas* até ao *Tagus* (III,2,4). Também Pompónio Mela e Plínio-o-Velho descrevem a existência de pedras e metais preciosos, nas areias do rio, como o ouro e a prata (Mela III, 8; Plínio, IV, 115), aludindo á sua pureza (Plínio XXXIII, 66).

No que respeita à pecuária, a única referência a esta actividade surge igualmente em Plínio com a descrição das éguas lusitanas e das suas características singulares, de carácter divino (Plínio IV, 116 e VIII, 166).

Estes são os recursos mencionados pelas principais fontes que caracterizam esta região, não sendo feita qualquer referência às pedreiras existentes na zona de Lisboa, ou a uma eventual exploração de sal.

A exploração de recursos marinhos referida por Estrabão está atestada um pouco por todos os sítios litorais ou estuarinos, como é o caso da região em estudo, sob a forma de artefactos metálicos ou cerâmicos, como anzóis e pesos de rede, e restos de fauna ictiológica e malacológica. Contudo, e embora se verifique a importação de preparados de peixe de origem gaditana desde o séc. V a.C., a existência de complexos fabris de produção destes preparados, só está documentada na Lusitânia a partir do séc. I d.C.

Alguns indícios poderão permitir equacionar a existência de produção de preparados de peixe no actual território português, em momentos anteriores à ocupação romana: em primeiro lugar documenta-se hipótese de uma produção de ânforas Maña Pascual A4 oriundas da área do estuário do Sado, bem como a filiação de ânforas lusitanas, de idêntica proveniência, proposta por Dias Diogo (Diogo, 1987,179-191). Por outro lado, a recolha de fragmentos deformados de ânforas da forma D de Pellicer (T.4.2.2.5 de Ramon Torres) no Castelo de Castro Marim (Arruda, 1997; 1999/2000; 2001; Arruda *et al.*, no prelo) levou Ana Margarida Arruda a igualmente a propor esta hipótese. Por último dados recentes das escavações realizadas por M.Maia, em Tavira, no edifício do Banco Nacional Ultramarino, revelam a existência de um forno (dados disponíveis no site do campo arqueológico de Tavira).

No que respeita às produções sadinas desconhecem-se as características dessa produção até época romana imperial.

No que respeita a Castro Marim, como foi referido (Arruda, Bargão e Sousa, no prelo), os dados apresentados são claramente insuficientes para fundamentar a existência segura de uma produção



local, por se tratar de poucos e pequenos fragmentos vitrificados. As informações divulgadas sobre as intervenções de Tavira não revelam dados importantes como uma planta, cronologia de produção, formas produzidas, características das pastas.

A extracção de minerais das areias do Tejo, foi referida em várias fontes literárias antigas (Guerra, *et alli*, 2000:32), cuja exaustiva descrição nos parece desnecessária uma vez que foi já efectuada (*Ibidem*).

A importância deste rio na Antiguidade está associada à presença de ouro e à sua exploração. Dos autores que se dedicaram à descrição das realidades do extremo ocidente peninsular, destacam-se os testemunhos deixados por Pompónio Mela e Plínio-o-Velho, que descrevem a existência de pedras e metais preciosos, nas areias do rio, como o ouro e a prata (Mela III, 8; Plínio, IV, 115).

O facto da referência de pedras preciosas ocorrer apenas nos texto de Pompónio Mela, poderá estar associado a uma exploração de pedras preciosas da região de *Olisipo* (Guerra, *et alli*, 2000:33).

Os vestígios deixados pela exploração de alguns recursos, como a mineração e a extracção de pedra e de sal, não permitem uma identificação cronológica que os associe a um período de ocupação específico. As pedreiras, por exemplo, são locais que sofrem uma prolongada exploração, sendo os vestígios antigos apagados pela continuidade das actividades extractivas.

Contudo, na península de Lisboa a actividade de extracção de pedra desenvolvida desde épocas remotas, permite equacionar que os mármore desta proveniência foram usados como matéria-prima de numerosas epígrafes recolhidas nesta região (Guerra, 2003:128) e edificações na região, que atestam a exploração deste recurso durante o império.

No que respeita aos recursos citados pelos Autores Cássicos, nem sempre se dispõe de dados arqueológicos que corroborem estas afirmações, mas as actividades agrícolas estão documentadas um pouco por todas as regiões rurais do *Conventus Scallabitanus*, em associação a estabelecimentos rurais do tipo *villa*, ou outros de menores dimensões. Esta associação evidente de estabelecimentos rurais à exploração agrícola, acarreta alguns problemas de carácter cronológico e espacial.

Em primeiro lugar, as *villae* da Lusitânia possuem uma cronologia imperial, sendo raras as ocupações anteriores, como é o caso de Freiria, onde foi identificada uma estrutura (de cronologia imperial), cuja finalidade seria o armazenamento de cereais (celeiro) e um conjunto de mós manuais (Encarnação, Cardoso, 1992-93:209), bem como outras estruturas agrícolas.

Deste modo, pouco se sabe sobre a exploração agrícola num momento anterior à criação das primeiras *villae*, contudo, é de salientar que as análises polínicas efectuadas sobre materiais



carpológicos e polínicos na Alcáçova de Santarém resultaram na identificação do cultivo da vinha e de trigo em momentos recuados da Idade do Ferro. O cultivo da vinha na região de Santarém, referido por Estrabão (III, 2,4), revela que as fontes clássicas, embora não devam condicionar a investigação arqueológica, devem ser tidas em conta dado o seu carácter descritivo. A existência destes indícios, em momentos tão recuados, faz supor que, no momento da chegada dos romanos, os autóctones dominavam plenamente estas técnicas agrárias.

Os dados arqueológicos de Lisboa (Pimenta, 2004) e de Santarém (Arruda e Almeida, 2000), particularmente os obtidos através do estudo dos contentores de transporte, são, de certa forma, contraditórios, quando comparados com as fontes clássicas e com as análises polínicas conhecidas. Em ambos os locais, verifica-se a que a esmagadora maioria das importações corresponde a contentores vinários, estando escassamente documentada a importação de azeite (Pimenta, 2004:70).

A produção de azeite e vinho está documentada arqueologicamente na Península de Lisboa durante o Alto Império, mais concretamente na *villa* romana de Freiria, através da presença de lagares e de azeite e possivelmente de vinho, sendo que esta última produção carece de confirmação arqueológica (Encarnação e Cardoso, 1992-93).

A única referência efectuada a respeito da pecuária consta nas descrições de Plínio-o-Velho, que refere a presença de equídeos (IV, 116 e VIII, 166 Guerra, 1995). Contudo, esta informação carece de confirmação. A ausência de análises de fauna mamalógica recolhida nas intervenções arqueológicas na região de *Olisipo* não permite confirmar se a afirmação de Plínio-o-Velho possui veracidade ou se estamos perante uma extrapolação mágico-religiosa de carácter mitológico. Por outro lado, a eventual presença de cavalos na península de Lisboa (selvagens ou domesticados), seria de extrema utilidade para os romanos, uma vez que, de acordo com as fontes literárias o cavalo era utilizado em múltiplas actividades, nomeadamente na guerra, no transporte e nas corridas (Varrão, *De Rustica* II,7,15; Cardoso, 2002: 154-155).

As restantes informações relativas a actividades pecuárias surgem pela análise do espólio exumado em intervenções arqueológicas, como é o caso da *villa* de Freiria, que revelou um conjunto de materiais associados a estas actividades, dos quais se destaca a presença de bebedouros para o gado (Encarnação e Cardoso, 1992-93).



II. As ânforas – análise da amostra.

II.1. Metodologia.

II. 2. Caracterização dos Fabricos.

II.3. As tipos identificados.

II.4. Epigrafia Anfórica.



II. As ânforas – análise morfológica da amostra.

II.1. Metodologia.

II.1.1. Composição e tratamento da amostra.

Os materiais que utilizamos neste estudo foram recolhidos em 18 campanhas de escavação realizadas em diferentes locais da Alcáçova de Santarém. Para além das já referidas intervenções arqueológicas dirigidas pela Dr^a Ana Margarida Arruda e pela Dr^a Catarina Viegas, decorreu em 1979 uma escavação promovida pela Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural de Santarém, tendo os materiais da Idade do Ferro e da Época romana sido publicados (DIOGO, 1984).

Os locais de depósito do espólio são: o Centro de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e a Câmara Municipal de Santarém.

O conjunto anfórico, presentemente em estudo, diz respeito à totalidade de fragmentos classificáveis de ânfora, de produção mediterrânea, de cronologia romana republicana.

A triagem deste conjunto foi realizada com base num critério qualitativo, privilegiando-se a recolha de bordos, fundos, asas, tendo sido incluídos apenas fragmentos de bojo sempre que apresentem alguma informação relevante para a caracterização do conjunto (eg. marca, grafito, etc).

Todo o espólio foi identificado com a indicação de sítio arqueológico, ano da intervenção, designação da sondagem/área/sector e da U.E. [] /camada. A cada fragmento foi atribuído um número de inventário diferenciado, salvo quando foram realizadas colagens ou quando se trata, inequivocamente, de vários elementos do mesmo recipiente.

O número total de fragmentos é de 1116, que corresponde a 355 bordos, 579 asas e 182 fundos.

Neste trabalho, os dados serão abordado de uma forma sistemática, através da realização de uma análise da amostra quantitativa e qualitativa. A análise quantitativa consiste no estudo da totalidade dos fragmentos, do qual se procedeu à catalogação, tendo em conta a morfologia, um possível conteúdo e origem. A uniformização da informação foi realizada com base num conjunto de descritores, de forma a efectuar o tratamento estatístico do conjunto.

Embora se tenha privilegiado a análise qualitativa, que incidiu apenas, sobre os materiais contextualizados, isto é, provenientes de níveis de deposição primária, o que permitiu a realizar uma análise sincrónica da presença destes materiais e uma análise diacrónica da ocupação republicana.

A análise quantitativa foi efectuada sobre a totalidade da amostra, correspondendo as pastas, os tipos e a análise quantitativa a esse mesmo universo.



Os materiais classificáveis foram desenhados à escala 1/1 e tintados à mesma escala, tendo sido agrupados em estampas de acordo, com a sua forma e/ou proveniência. A representação gráfica destes foi efectuada para a generalidade dos materiais à escala 1/3 para as marcas e grafitos à escala 1/1 e para os recipientes melhor conservados à escala 1/10.

Para uma melhor ilustração do espólio em estudo é apresentada a fotografia de alguns dos materiais.

Na abordagem contextual, foram tidos em consideração outros artefactos, cuja análise contribuiu para a compreensão das realidades estudadas. Estes materiais foram alvo de desenho e tinteagem, e representados graficamente de forma idêntica ao restante espólio.

II.1.2. Critérios de quantificação.

Os critérios de quantificação utilizados são fundamentais para interpretação dos dados de forma a estabelecer uma análise quantitativa e comparativa eficaz. Determinar o número de indivíduos existente em determinado sítio arqueológico não é tarefa fácil, particularmente quando estamos perante um local com uma ocupação continuada desde o Bronze Final até aos dias de hoje.

O estado muito fragmentário das ânforas, aliado aos profundos revolvimentos provocados pela ocupação islâmica, impossibilitaram a contagem do número mínimo de indivíduos quando estes se encontravam depositados num contexto secundário de ocupação.

Os métodos de quantificação actualmente utilizados pelos investigadores são variados: o número mínimo de indivíduos (N.M.I.), Número máximo de indivíduos. (nmi), a pesagem, a contagem de fragmentos, ou o estimated equivalent vessel (E.V.E) e resultam numa diferente apresentação dos resultados (Roux, 1998).

Deste modo, considerei que a utilização exclusiva de um sistema de quantificação viria a tornar-se redutor, diminuindo a possibilidade de efectuar, com sucesso, uma análise quantitativa entre diferentes contextos, campanhas, locais, ou entre diferentes sítios arqueológicos.

Tendo em conta que não foram incluídos neste estudo os fragmentos inclassificáveis, descartei a possibilidade de pesar todos os fragmentos. Por outro lado, a aplicação do método de quantificação por N.M.I., permitiria apenas contabilizar os contextos de deposição primária, excluindo, *a priori*, informação relevante na análise do conjunto, relativa, à variação formal.

Deste modo, optei por aplicar um método cruzado de quantificação, que julgo ser o mais pertinente no estudo do espólio cerâmico em questão. Na análise contextual, foi utilizada uma abordagem quantitativa com base no número mínimo de indivíduos, isto é, foram contabilizados por



unidade estratigráfica, o número de bordos, fundos e asas por forma identificada e foi valorizado o valor mais elevado. No caso específico dos fragmentos de asa, o valor total de fragmentos existentes por forma/contexto foi dividido por dois (por exemplo 4 asas, 1 bordo e 1 fundo o NMI é de 2).

Na análise quantitativa da totalidade do conjunto, foram justapostos dois métodos diferentes, a contagem da totalidade de fragmentos por tipo n.m.i. (número máximo de indivíduos). Os resultados obtidos poderão assim determinar um valor médio estimado de indivíduos.

A informação percentual e numérica dos resultados obtidos é apresentada, de modo a ser possível comparar os métodos utilizados, bem como a sua validade científica na análise do conjunto.

II.1.3. Tipologias adoptadas.

O conjunto anfórico em análise apresenta um número relativamente limitado de formas. O facto de se abordar materiais de uma proveniência e cronologia específica limitou a variação formal encontrada. Contudo, as formas presentes documentam diferentes filiações, nomeadamente, grega, greco-italica, itálica e púnica, motivo pelo qual se recorre a diversas tipologias para a sua classificação e enquadramento.

Dada a proliferação de tipologias quer no âmbito das produções itálicas, quer no das produções fenício-púnicas, baseei-me em obras mais abrangentes, cuja nomenclatura tipológica é recorrentemente utilizada pelos diferentes investigadores.

Deste modo, considerou-se que a tabela de Dressel (1899) e a tipologia de Ramon Torres (1995) enquadram, basilarmente, as formas documentadas neste conjunto. Outras tipologias, porém, apresentam dados incontornáveis para aduzir a esta análise, motivo pelo qual se considerou que uma equiparação tipológica é essencial ao processo da análise formal. Considerei essencial a utilização da tipologia de Maña (1951), de Lamboglia (1955), bem como o recurso aos estudos sobre as produções de Dressel 1 itálicas, realizados por Fabianne Olmer (Olmer, 1998 e Benquet e Olmer, 2002).

Para além das tipologias *supra* referidas, foram documentadas formas cuja análise tipológica ainda não foi efectuada exhaustivamente, sendo por este motivo impossível de enquadrar numa tipologia específica para o efeito, como parece ser o caso das produções de brindisinas e ródias.



II.1.4. Caracterização de pastas e Fabricos

O estudo da origem das ânforas foi efectuado com o recurso a diferentes tipos de análise, macroscópica, de lâmina delgada e química.

A análise macroscópica das pastas foi realizada com uma lupa de 15 aumentos e incidiu sobre o total da amostra. A descrição dos grupos de fabrico foi feita com base no seguinte conjunto de critérios descritores: tipo de argila; natureza; forma e frequência de e.n.p¹; textura; dureza; cor; engobe e cozedura (outros critérios como o tipo de fractura, a sonoridade da pasta e a aderência do engobe foram tidos em consideração no estabelecimento de diferentes grupos de fabrico).

Deste modo, a análise macroscópica dos elementos petrográficos foi efectuada tendo em consideração as características da pasta/engobe de cada exemplar, tendo sido criados grupos sempre que existissem elementos diferenciadores que tal o permitissem. A caracterização das pastas baseou-se genericamente nos descritores propostos por Stienstra (1986).

Para cada um dos critérios (textura, dureza, cozedura e engobe) foi estabelecida uma escala de medição própria. As cores foram descritas segundo o código de Munsell (2000), sendo referidas as variações cromáticas, sempre que me reporte a descrições de pastas e engobes.

Para além da análise macroscópica optei por recorrer à observação de lâminas delgadas ao microscópio polarizante, de modo a definir com maior precisão, as características mineralógicas de cada grupo de fabrico. O mesmo pressuposto foi empregue para a realização de análises químicas. Assim, após o estabelecimento de grupos de fabrico de acordo com a análise macroscópica efectuada foram seleccionados alguns exemplares de cada grupo para análise (num total de 26 exemplares analisados).

Os exemplares analisados provêm de diferentes sítios arqueológicos. Esta opção metodológica prendeu-se com uma tentativa de realizar a análise comparativa entre os fabricos dos diferentes sítios.

¹ Elementos não plásticos.



II.1.5. Tratamento informático e análise estatística.

Todos os dados respeitantes ao conjunto em estudo foram introduzidos numa base de dados criada para o efeito, tendo sido utilizado o programa Filemaker, versão 7.0.

Na referida base de dados, foi criada uma ficha individual para cada fragmento, identificado através do seu número de inventário. Cada ficha apresenta um conjunto de campos relativos à proveniência, forma, fabrico e dimensões do fragmento.

Deste modo, dado o volume do conjunto, o catálogo apresentado como complemento das ilustrações é disposto, de forma sintetizada numa tabela, onde se remete as informações respeitantes ao fabrico para a descrição macroscópica (cfr.II.2.1.) e as informações tipológicas para a análise formal (cfr.II.3).

No que respeita às análises químicas, para relacionar os elementos analisados foi utilizada uma análise factorial através de um programa estatístico SPSS 11.0.

As ilustrações foram realizadas com recurso aos seguintes programas de tratamento de imagens: Adobe Photoshop CS2, e de desenho vectorial Adobe Illustrator CS2.

Peça	NºInv.	Sítio	Ano	Sector	Quad.	U.E.	Tipo	Crono.	Forma	Fragm.
01	22305	Alc.Sant.	1998	-----	Q 08	04	Ânfora	s.I A.C	Dr.1	Bordo
Var.	D.Bd.	E. Bd.	Alt. Bd	Alt.Tl	D.Fd.	E. Prd.	Marca	Fabrico	Obs	Est.
A	14 cm	3 cm	4 cm.	5 cm	-----	1,5 cm	Não	PI1		XX

Figura 5-Tabela descritiva do conjunto.

II.2 Caracterização das produções mediterrâneas.

II.2.1. Análise Macroscópica dos fabricos.

A análise macroscópica foi efectuada com recurso a uma lupa de 15 aumentos e a uma lupa binocular, sobre a totalidade da amostra recolhida.

Esta análise teve com objectivo a criação de grupos de fabrico de diferentes proveniências. Alguns desses grupos estão associados a ânforas vinárias de proveniência itálica foram alvo de análises de lâmina delgada e de análises químicas, de modo a estabelecer, com maior fiabilidade as distintas áreas de produção.

A dificuldade inerente ao estabelecimento de grupos petrográficos provenientes da costa tirrénica originou a necessidade da sua confirmação arqueométrica. O mais relevante será determinar em primeiro lugar, se os grupos macroscópicos que foram estabelecidos são idênticos aos revelados nas



análises químicas e de lâmina delgada, ou se, pelo contrário, não é possível identificar macroscopicamente as diferenças lidas na análise química.

Dado o elevado número de fragmentos e a diversidade de fabricos existentes, foi impossível efectuar análises de lâmina delgada e químicas para todos os fabricos identificados, uma vez que essa opção resultaria numa amostra inexpressiva por fabrico, e poderia induzir em erro a leitura dos dados.

Deste modo, optei por efectuar apenas uma análise macroscópica para os fabricos oleários de Brindes e da Tripolitana, bem como para o fragmento Ródio.

Em alguns destes exemplares, concretamente nas produções de Brindes e Ródias, a tradição epigráfica permite identificar, com precisão, o local de produção, sendo desnecessário o recurso a outras análises.

Através da análise macroscópica, identifiquei a presença de distintas áreas de produção:

Grupos de Fabrico das ânforas de produção mediterrânea da Alcáçova de Santarém:

Grupo PI 1

Pasta de textura média, não calcária, cozida em modo A. Pasta não sonora, de fractura irregular, apresenta abundantes elementos não plásticos, cerca de 15% a 20%,



Figura 6-Amostra do fabrico PI1

arredondadas e sub-arredondadas. Calcite pouco frequente de média/grande dimensão, minúsculos feldspatos frequentes, mica e biotite muito abundantes, de média dimensão, ocasional presença de óxidos de ferro.

A cor da pasta oscila entre o vermelho claro 7/4 10R e o 7/4 5YR e o rosado. A superfície externa é coberta por um engobe espesso, pouco aderente e mal conservado, de cor rosada 8/3 YR ou amarelada 8/3 10YR.

Foram identificados 734 fragmentos enquadráveis no âmbito desta produção, que representa 65 % do conjunto anfórico.



Grupo PI 2

Pasta de textura média, calcária, cozida em modo A. Fractura irregular, não sonora. Apresenta abundantes elementos não plásticos, cerca de 15% a 20%, partículas brilhantes de cor negra, de média dimensão, angulosas e sub-angulosas. Calcite pouco frequente de média/grande dimensão, minúsculos feldspatos, mica, minerais negros muito abundantes e quartzo.



Figura 7-Amostra do fabrico PI2 frequente de média/grande dimensão,

A cor da pasta oscila entre o beije 7/6 7.5YR e o beije amarelado 7/6 7.5YR (Munsell,2000) e nenhum dos exemplares apresenta vestígios de engobe.

Foram identificados 55 fragmentos enquadráveis no âmbito desta produção que representa 5 % do conjunto anfórico.

Grupo PI 3

Pasta compacta, dura e sonora, muito depurada, de grão fino, cozida em modo A. Os elementos não plásticos são arredondados, de pequena dimensão, > 5 %. Destaca-se a presença de pequenas partículas brancas de calcite. A cor da pasta oscila entre o laranja e o rosado 7/4 2.5 YR (Munsell, 2000).



Figura 8-Amostra do fabrico PI3

Todos os exemplares incluídos neste grupo caracterizam-se por apresentarem um engobe externo muito espesso, de cor bege rosado 7/2 2.5. YR ou amarelado 8/3 10 YR (Munsell, 2000).

Foram identificados 138 fragmentos enquadráveis no âmbito desta produção que representa 12 % do conjunto anfórico

Grupo PI 4 -

Pasta compacta, muito depurada, grão fino, não calcária cozida em modo A. Elementos não plásticos de pequena e média dimensão,> 5% . Destaca-se a presença de pequenas partículas de mica, minúsculos feldspato e de ocasionais fragmentos de calcite de pequena e média dimensão.



Figura 9-Amostra do fabrico PI4



A cor da pasta oscila entre o rosa seco 7/4 2.5.YR e o camurça 8/2 5YR . A superfície externa dos exemplares encontra-se revestida por uma aguada pouco espessa, uniforme e de cor rosada 8/3 5YR (Munsell,2000).

Foram identificados sete fragmentos enquadráveis no âmbito destas produções que representa 0,5 % do conjunto anfórico.

Grupo PI 5

Pasta de textura média, compacta, pouco depurada, não calcária cozida em modo A. Fractura regular, sonora. Os elementos não



plásticos variam entre 15 a 20% arredondados e sub-arredondados. A análise macroscópica permitiu identificar a presença de vácuos alongados, calcite muito frequente, raras partículas de grog de média dimensão, ocasionais feldspatos minúsculos e raro quartzo de pequena e média dimensão.

A cor da pasta é vermelha rosada 6/6 10R apresentando um revestimento externo, fino e aderente cor bege 7/4 5YR, bastante homogéneo (Munsell,2000).

Foram identificados oito fragmentos enquadráveis no âmbito desta produção que representa 0,5% do conjunto anfórico.

Grupo PI 6 – Pasta

Pasta de textura grosseira, compacta, pouco depurada, não calcária, cozida em modo A. Fractura regular, sonora. Os elementos não plásticos variam entre 10 a 15% arredondados, sub-arredondados e



sub-angulosos. A análise macroscópica permitiu identificar a presença de vácuos de grande dimensão, muito alongados, calcite muito frequente, ocasionais feldspatos minúsculos, quartzo de pequena e média dimensão frequente, raras moscovites e minerais negros de origem vulcânica.

A cor da pasta é bicolor apresenta um cerne cinzento esverdeado 6/10 GY sendo, o restante de tonalidade vermelha rosada 6/6 2.5YR apresentando um revestimento externo, fino e pouco aderente cor bege 8/2 7.5YR, pouco homogéneo (Munsell,2000).



Foram identificados 13 fragmentos enquadráveis no âmbito desta produção que representa 1 % do conjunto anfórico.

Grupo PA 1

Pasta de textura dura, pouco depurada, de grãos médio, cozida em modo A. Os elementos não plásticos são de pequena e média dimensão (cerca de 10%). Destaca-se a presença de mica branca de pequena dimensão e de calcite de pequena e média dimensão.

A cor da pasta oscila entre o rosa claro 7/6 2.5. YR e o 7/4 2.5 YR (Munsell,2000) apresenta, em ambas as superfícies (interna e externa), um revestimento de cor bege amarelada.



Figura 12-Amostra do fabrico PA1

Na Alcáçova de Santarém foram identificados apenas três fragmentos de bordo enquadráveis neste fabrico, que representa 0,25% do conjunto.

Grupo PA 2

Pasta de textura dura, pouco depurada, de grãos médio, cozida em modo A. Os elementos não plásticos de pequena e média dimensão (cerca de 10%). Destaca-se a presença de mica branca de pequena dimensão e de calcite de pequena e média dimensão.



Figura 13-Amostra do fabrico PA2

A cor da pasta oscila entre o rosa claro 7/6 2.5. YR e o avermelhado 7/4 2.5 YR, todos os exemplares encontram-se revestidos, na superfície interna e externa por uma camada branca amarelada 8/2 2.5.Y (Munsell,2000) espessa que resulta de um processo de evaporação de água durante a cozedura e da subsequente concentração de sal nas paredes.

Foram recolhidos 19 exemplares com estas características que se inserem nesta área de produção de, que representa 2% do conjunto anfórico.



Grupo PR

Pasta de textura dura, muito depurada e compacta, cozida em modo A. Os elementos não plásticos são de pequena dimensão >5%. Destaca-se a presença rara de mica prateada de pequena dimensão e de minúsculos fragmentos de calcite.



Figura 14-Amostra do fabrico PR

A cor a é beje rosado 7/3 5YR e é revestida na superfície externa de uma aguada pouco espessa e pouco aderente, de cor amarelada 7/3 10 YR (Munsell,2000).

Documenta-se apenas um exemplar deste fabrico (estampa 26, n.º245) que representa 0,25% do conjunto.

II.2.2. Áreas produtoras

A análise permitiu identificar nove grupos de fabrico com características distintas, que apresentam diferentes proveniências.

As produções da costa tirrénica caracterizam-se por apresentar abundantes elementos não plásticos de cor negra. Trata-se das características areias vulcânicas que caracterizam estas produções e estão incluídas nos fabricos PI (Produções itálicas) 1,2 e 6, sendo o fabrico melhor documentado o PI 1 que representa 65 % da totalidade do conjunto.

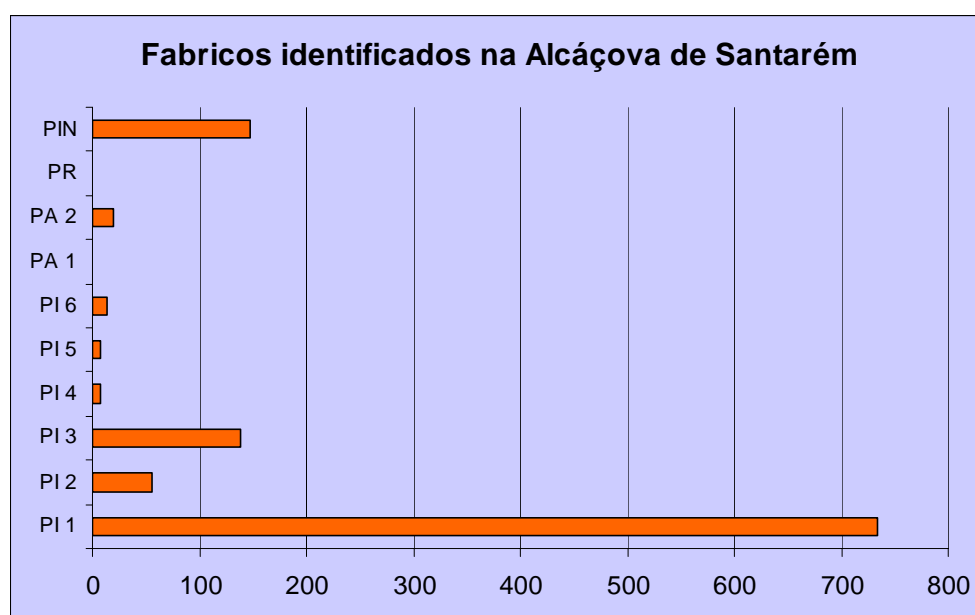


Figura 15-Gráfico quantitativo dos fabricos identificados na Alcáçova de Santarém.



A proliferação de centros produtores, e a variação de cor, textura, engobe e frequência de elementos não plásticos levou muitos investigadores a não efectuarem qualquer distinção entre os diferentes fabricos.

Contudo, a análise macroscópica agora efectuada permitiu identificar três grupos distintos, que posteriormente, foram confirmados através de análise química e de lâmina delgada.

Os fabricos com minerais negros são claramente dominantes e correspondem, na sua maioria a exemplares da forma Dressel 1 e a alguns exemplares de ânforas greco-italica.

Ainda no âmbito das produções itálicas regista-se na Alcáçova de Santarém um conjunto de diferentes fabricos que possuem algumas características comuns cuja proveniência se desconhece, o elemento comum à descrição petrográfica destes fabricos é a ausência de minerais negros. Estas produções correspondem, muito possivelmente, a fabricos mais meridionais e são descritas nos grupos PI 3, 4 e 5. Através da análise morfológica e da leitura de uma estampilha é possível associar, com alguma segurança, a proveniência do grupo PI 4 à região de Brindisi.

A presença de dois fabricos africanos, o PA (Produções Africanas) 1 e 2 está documentada. O primeiro destes fabricos corresponde a ânforas Mañá C2 de produzidas na região de Cartago e Tunes. O segundo grupo corresponde às produções tripolitanas que embora apresentem algumas variações nas características das pastas (nomeadamente ao nível do revestimento externo), tem características gerais que indiciam tratar-se de uma mesma área de produção.

Resta ainda referir a existência de um exemplar de produção ródia descrito no fabrico PR.

Para além dos fabricos identificados, há um conjunto de fragmentos de características singulares que não permitiram o seu enquadramento em nenhum dos grupos estabelecidos, nem o seu agrupamento em novos grupos de fabrico. Por este motivo criamos uma designação genérica para esses exemplares de proveniência indeterminada PIN. Esses exemplares correspondem a 13% do conjunto.

A proliferação da cultura viti-vinicola itálica originou um aumento de centros produtores que ultrapassou, durante o século I a.C., a centena de locais (Fabião, 1998:378).

Deste modo, mesmo com recurso à arqueometria, as diferenciações de fabrico correspondem não a diferentes centros produtores mas a áreas de produção distintas.

Se por um lado, se pode afirmar que todo o sul do território actualmente português foi abastecido de contentores itálicos provenientes das costas tirrénicas ao longo do século I a.C. não podemos afirmar o mesmo para as restantes produções itálicas, uma vez a área de dispersão das ânforas de produção adriática do tipo Greco-italco, Dressel 1, Lamb.2 ou de Brindes, apresenta contornos



significativamente distintos. As produções adriáticas surgem em reduzido número de sítios e de exemplares.

É nesta mesma desproporção que se documentam as assimetrias nos grupos de fabrico identificados na Alcáçova de Santarém, onde os grupos de minerais negros são claramente dominantes e os restantes residuais.

Comparativamente com outras regiões produtoras de ânforas do mesmo período, os materiais itálicos da costa tirrénica apresentam o número mais elevado de exemplares, suplantados apenas pelas produções Ibero-Púnicas da área de Cádiz, nomeadamente por exemplares de Mañá C2

Deste modo, as produções gaditanas e tirrénicas abastecem os mesmos locais de consumo, num idêntico âmbito cronológico. Contudo, consideramos que os distintos conteúdos envasados fazem com que cada um destes contentores se relacione com diferentes dinâmicas de abastecimento, isto é, a tradição na importação e consumo de preparados de peixe, documentada na costa algarvia desde o século V a.C., é uma constante durante toda a ocupação republicana, não existindo qualquer hiato no abastecimento gaditano a esta região. A dinâmica comercial operada nesta região funciona, paralelamente, mas de forma independente dos abastecimentos institucionais no extremo ocidente peninsular.

Consideramos que, a existência de importações gaditanas no extremo ocidente peninsular está intimamente relacionada com uma ocupação precedente e devem ser encaradas numa óptica de continuidade do abastecimento de produtos oleícolas e de preparados de peixe peninsulares.

Existe uma clara continuidade morfológica de tradição Ibero-Púnica, que sofre a influência dos novos protótipos itálicos, sem que essas pequenas alterações formais signifiquem uma alteração dos produtos envasados, centros produtores ou locais de consumo.

As importações itálicas possuem um significado distinto, uma vez que, não vêm suprimir uma ausência ou carência da produção local de determinado produto, mas dar continuidade aos hábitos de consumo de uma população exógena à Península Ibérica e realizar e incrementar a introdução de novos hábitos nas populações locais.

Independentemente se estamos perante um fenómeno de abastecimento militar, migração de populações itálicas ou ambos, importa referir que a presença destes materiais é coeva aos primeiros indícios de ocupação do território peninsular por populações itálicas, e é uma das causas da existência de tão elevado número de contentores itálicos e de uma distribuição tão abrangente. Que contrasta abissalmente com a sua total ausência num momento anterior à presença romana no território. Julgamos, por este motivo, não poder falar de comércio ou de trocas comerciais, mas antes de um abastecimento civil ou militar.



II.3.Os tipos identificados

No âmbito das ânforas de produção mediterrânea da Alcáçova de Santarém identificaram-se e caracterizam-se, morfologicamente, oito tipos distintos de ânforas que perfazem um total de 1116 fragmentos.

Esta realidade, embora tenha sido alvo de numerosos estudos, encontra-se escassamente documentada e estudada no que respeita ao actual território português.

A investigação realizada no domínio da Arqueologia Clássica, respeitante aos primeiros momentos da ocupação romana no nosso território é escassa. A evidente tendência da historiografia no âmbito da arqueologia de época romana de conceder mais relevância aos vestígios de maior visibilidade arqueológica, como por exemplo as epígrafes, os numismas e os mosaicos, condicionou, em grande parte, o rumo da investigação científica durante o séc. XX.

As primeiras intervenções arqueológicas atribuíram grande importância a elementos arquitectónicos, epigráficos e numismáticos, relegando para um segundo plano a análise artefactual cerâmica, que aparentemente continha menor interesse.

Parece ser esta a principal razão pela qual existe um tão díspar acervo de informação entre a ocupação romana republicana e a ocupação romana imperial, estando esta última claramente melhor documentada no actual território português. Por outro lado, os vestígios arqueológicos passíveis de serem identificados em ambos os períodos são distintos ao nível da sua visibilidade arqueológica, sendo seguramente mais facilmente identificáveis os locais quer rurais, quer urbanos, que possuem uma ocupação imperial.

A monumentalidade desta última contrasta claramente com a precariedade de algumas das estruturas construídas em época romana republicana, como são bom exemplo alguns dos acampamentos romanos identificados na província Ulterior. Por outro lado, a semelhança dos aparelhos construtivos entre as edificações rurais ou urbanas da Idade do Ferro e os primeiros momentos da república romana na Península Ibérica dificultam a identificação desses espaços. Por este motivo, é fundamental a contribuição dos estudos de materiais cerâmicos para o estabelecimento de cronologias de ocupação e funcionalidade dos espaços.

Nos últimos vinte anos, são alguns investigadores como Amílcar Guerra, Carlos Fabião e Ana Margarida Arruda, que se dedicaram ao estudo destas realidades, publicando dados sobre locais com ocupação romana republicana, nomeadamente a Lomba do Canho, Mesas do Castelinho, Castro



Marim e Santarém (Fabião, 1989 e 1998; Fabião e Guerra, 1994; Arruda e Almeida, 1998 e 2000; Arruda e Viegas, 1999).

Todavia, existem muitos outros locais com materiais republicanos, dados à estampa de forma avulsa, sem que se tenha de procedido ao seu devido enquadramento ou a uma publicação extensiva, referimos a título de exemplo alguns espólios provenientes de Lisboa (Diogo, 2000), Setúbal e de alguns sítios do barlavento algarvio, como o Cerro da Rocha Branca (Gomes *et alli*, 1986).

No panorama actual da investigação nacional é de salientar o esforço de alguns investigadores que presentemente se dedicam ao estudo destas realidades: como é o caso da investigação em curso sobre o espólio do Castelo da Lousa; a continuação do projecto de investigação de Mesas do Castelinho (já referido anteriormente); a apresentação de dados relativos à ocupação romana republicana de Mértola (Luís, 2000) e do Castelo de Castro Marim (Arruda *et alli*, no prelo), ou ainda a dissertação de mestrado sobre as ânforas do Castelo de S. Jorge recentemente defendida, são alguns bons exemplos (Pimenta, 2004).

Muito há ainda a fazer neste campo, particularmente no que respeita às realidades urbanas, como a de Santarém, pelo que julgamos ser relevante o nosso estudo, que de algum modo, contribuirá para a divulgação de novos dados sobre um importante aglomerado urbano.

II.3.1 As ânforas Greco-itélicas.

Na Alcáçova de Santarém foi possível identificar um conjunto de fragmentos de ânfora de bordo triangular e curto, colo alto e estreito, passíveis de ser enquadradas no tipo Greco-itélico tardio ou recente (Gateau, 1990:165).

Trata-se de um tipo escassamente documentado por alguns fragmentos de bordo e de fundo num total de 63 exemplares. (estampas I-IV).

A classificação dos bordos foi realizada com base na relação entre altura e a espessura, tendo sido classificado como pertencentes ao tipo greco-itélico sempre que essa proporção é igual ou inferior a 1,3 cm. (Gateau, 1990).



A operacionalidade deste critério de aplicação tipológica foi testada por outros investigadores que, com recurso à medição de centenas de fragmentos de bordo, confirmaram a sua aplicabilidade (Maza, 1998, 28)

A denominação de «ânforas greco-italicas» foi criada por Benoit, na década de 50 (1957, 247-285). Trata-se de ânforas de inspiração grega, produzidas num âmbito itálico. Foram posteriormente integradas na tipologia de Peacock e Williams na Classe 2 (1986,84-85).

As diversas publicações conhecidas sobre esta forma apontam vastas áreas de produção deste tipo por toda a Península Itálica, estando atestado o seu fabrico na costa tirrénica, adriática e na Sicília (Hesnard e Lemoine, 1981, Hesnard et alli, 1989; Cipriano e Carré, 1989; e Laubenheimer, 1990).

O seu largo espectro cronológico, desde o início do século IV a.C. até ao último quartel do século II a.C., e a grande variedade formal levaram a investigadora Will a propor um subdivisão em cinco tipos (A, B, C, D e E) de acordo com o seu desenvolvimento morfológico e as diferentes áreas de produção.

É no âmbito da expansão marítima da república romana (II Guerra Púnica) que se enquadram os designados tipos tardios, C, D e E de Will produzidos entre finais do século III e meados do século II a.C. (Manacorda,1981). É nestas variantes mais tardias, produzidas claramente num contexto itálico, que se inserem os exemplares documentados no actual território português.

Não me deterei na operacionalidade da tipologia de Will (1982), nem nas suas inconsistências, temas já abundantemente abordados e contestados (Empereur e Hesnard, 1987, p.25-28). Nem tão pouco na filiação e cronologia, que remete para horizontes cronológicos mais antigos, até ao momento desconhecidos no território português (Fabião, 1998, 373).



Figura 16
Mapa de Portugal com a distribuição das ânforas greco-italicas: de Norte para Sul: Chões de Alpompé, Santarém, Vila Franca, Lisboa, Mata-filhos (Mertola),Castro Marim, Cerro do Cavaco, Monte Molhão (Lagos) e Faro.



Dada a inexistência de exemplares mais antigos no actual território português, a informação que se dispõe actualmente, remete-nos para uma coexistência contextual de greco-ítálicas e Dressel 1, em contextos da segunda metade do século II a.C.

Este dado é de extrema importância. Em primeiro lugar porque se desconhece o comércio destas ânforas num momento anterior à ocupação romana do extremo ocidente peninsular, e também porque o território português documenta apenas vestígios do final de produção desta forma, sendo os exemplares mais antigos, aqueles que foram recentemente dados à estampa por J. Pimenta, provenientes das intervenções no Castelo de S. Jorge, datados de 140-130 a.C. (Pimenta, 2004, 74).

Por este motivo, alegar um contexto militar de difusão destes materiais parece ser a única explicação plausível para justificar as ausências, argumento que tem sido recorrentemente utilizado por diversos investigadores (Fabião, 1998: 375, Arruda e Almeida, 1999, 32, Pimenta, 2004).

Contudo, o panorama da dispersão destes materiais, claramente associado não à sua real dispersão, mas à geografia da investigação (Fabião, 1998, 372), tem vindo lentamente a alterar-se, tendo sido actualmente identificados exemplares em zonas mais meridionais do nosso território, nomeadamente na região Algarvia.

Embora estejam documentados fabricos peninsulares deste tipo, nomeadamente na região de Cadiz (Bernal et al. 2003, 9), conhecem-se apenas exemplares deste fabrico no Castelo de S. Jorge (no que respeita ao actual território português), o que, de certa forma, vem confirmar o carácter institucional do abastecimento (Pimenta, 2004).

Tal como Fabião supôs existir (Fabião, 1998, 372), verifica-se a presença ânforas greco-ítálicas em diferentes locais da costa algarvia como parece ser o caso de Castro Marim e de Monte Molião (Sousa e Serra, no prelo).

Se a associação a um contexto militar atestada pelas fontes clássicas para o vale do Tejo é evidente, essa relação afigura-se mais difusa no que se reporta aos contextos algarvios, podendo à luz dos dados conhecidos equacionar um comércio ou abastecimento local, no que se refere à populações meridionais.

O actual quadro de dispersão afigura-se um pouco mais equilibrado, estando documentados exemplares desde o estuário do Tejo até ao Algarve.



II.3.2. A Dressel 1.

Trata-se da produção itálica melhor documentada na Alcáçova de Santarém, tendo sido recolhidos centenas de fragmentos de bordo, asa e fundo com uma ampla variação formal e de fabrico (estampas V a XXIII).

Esta é uma ânfora de fabrico itálico, produzida entre a segunda metade do século II a.C. e o final do século I. a.C. , que substitui directamente das ânforas vinárias greco-itálicas.

A caracterização desta forma foi alvo de um abundante número de estudos desde o final do século XIX, mas a problemática em torno da caracterização tipológica da Dressel 1 está longe de estar resolvida.

Tendo sido inicialmente agrupada no número 1 da tabela de Dressel (CIL XV, 2) e posteriormente subdividida em variantes por vários investigadores, foi a subdivisão formal de Nino Lamboglia (1955) e de Benoit (1957) em 3 variantes que vigorou nas classificações posteriormente publicadas, tendo sido inclusivé a divisão formal em Dressel 1 A, B e C apreendida, três décadas depois, por Peacock e Williams (1986: 86-91) nas Classes 3,4 e 5.

Embora a operacionalidade desta sub-divisão formal seja, em grande parte discutível (Manacorda e Panella/ Benquet e Olmer, 2002, 297) subsistiu até aos dias de hoje (Arruda e Almeida 1999; Pimenta 2005, Luís, 2005), talvez por existir um significado cronológico, confirmado sucessivamente em diferentes locais de consumo, que evidencia a ausência das variantes 1C e 1B em momentos anteriores ao século I a.C., ou simplesmente por questões historiográficas levaram a que a tripartição fosse aceite e aplicada até aos dias de hoje (Fabião, 1998:377).

Assim, a partir da segunda metade do século II a.C. e até ao seu final, assiste-se à coexistência de ânforas greco-itálicas e de Dressel 1 A comercializadas nos mesmos circuitos, como se verifica no naufrágio do Grand Congloué, e documentadas em diferentes locais de consumo como Cartago e Numância (Tchernia, 1986:42). Mantém-se portanto a indicação cronológica proposta por A.Tchernia, que coloca o início de produção da variante 1B (Classe 4) num momento posterior a 97 a.C. (1987).

Um dos problemas da aplicabilidade da tipologia tradicional é que a caracterização tipológica foi efectuada a partir de contextos de naufrágio, privilegiando a altura e inclinação dos bordos, relegando para segundo plano outros aspectos formais e a associação a diferentes fabricos.

A problemática inerente à proposta de tripartição foi abundantemente discutida por diversos autores. Na prática, o que se verifica é a inoperatividade da aplicação tipológica tradicional em locais de consumo onde se documentem todas as variantes (A, B e C), perdendo a sua expressão



cronológica inicial, dado que a variante 1B não substitui a 1A. Verificando-se a existência de inúmeros contextos tardo-republicanos onde estão documentadas as três variantes (Castro Marim, Faro, Santarém), a única tendência documentada é uma ligeira diminuição da presença da primeira variante, como parece ser o caso de La Loba. (Benquet e Olmer, 2002, 297).

Assim, torna-se difícil, ou melhor dizendo impossível, identificar o momento exacto de transição, uma vez que a proposta de fazer corresponder uma altura do bordo inferior a 5,5 à Dressel 1 A e superior à 1B (Tchernia, 1986) é controversa e contestada (Benquet e Olmer, 2002:297).

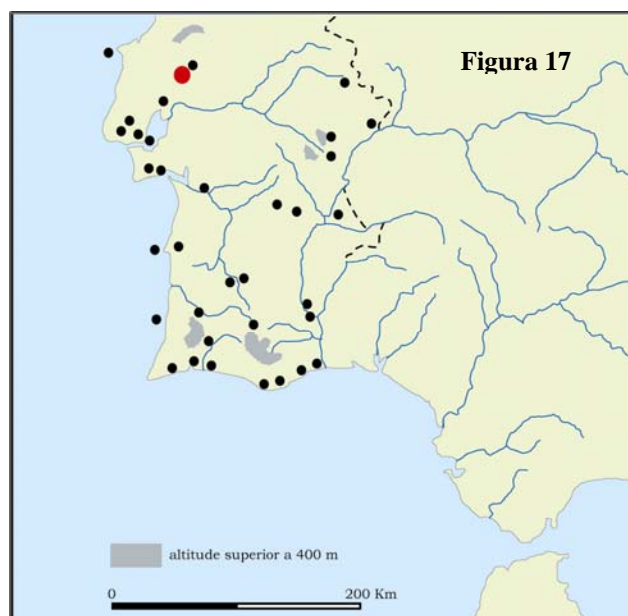
Apesar de existir uma caracterização formal distinta e coerente, a Dressel 1A é formalmente mais próxima das Greco-Itálicas, tendo altura inferior a 1,10 m e altura de bordo até 5,5,cm; a Dressel 1B altura superior a 1,10m, tem um bordo superior a 5,5 cm, e Dressel 1C com bordos com altura superior a 6 cm e possui um diâmetro mais estreito que a variante anterior (Empereur e Hesnard, 1987:30-31), torna-se difícil encaixar os exemplares dos locais de consumo, nestes perfis.

As mais recentes propostas tipológicas retomam a designação inicialmente proposta por Dressel, não diferenciando qualquer variante (Fabião 1998; Olmer, 1998,467, Benquet e Olmer, 2002, Pimenta, 2004).

A multiplicidade de variantes, reflectida, principalmente, ao nível do bordo, levou alguns investigadores a considerar que há um número indeterminado de variantes (Olmer, 2002,298), o que pode ficar a dever-se a diversos factores.

Esta constatação é aplicável a diversas realidades uma vez que a maioria dos contentores é produzido a torno, em larga escala, em diversas áreas de produção, durante consideráveis períodos de tempo. Pode defenir -se que a inconstância formal é uma característica implícita a qualquer tipo anfórico. Não deixa, por isso, de existir a necessidade de tipificar e classificar os múltiplos tipos e variantes, partindo de um pressuposto de caracterização tipológica aplicável às diferentes realidades.

No que respeita à difusão deste tipo, trata-se da produção itálica documentada em maior quantidade e num maior número de sítios, como se pode verificar na fig.17. O levantamento da difusão deste tipo no território português foi realizado



Mapa do sul de Portugal com a distribuição das ânforas Dressel 1.



recentemente por diferentes autores, dados que apresentamos e actualizamos com algumas informações inéditas relativas ao Sul do território.

A realidade de Santarém insere-se no padrão de importações documentado para o extremo ocidente peninsular, verificando-se a predominância deste tipo no âmbito das importações itálicas, em múltiplas variantes de bordo, com diferentes proveniências, sendo dominantes os exemplares que apresentam areias vulcânicas, cuja difusão foi claramente mais abrangente.

Logramos identificar um considerável conjunto de exemplares exumados em contexto cujo enquadramento faremos no capítulo III.

Considero que não se pode abandonar por completo as designações de Lamboglia, porque estas possuem algum significado cronológico. Nada nos indica que as três variantes tenham sido produzidas durante o mesmo período de tempo, nem que tenham convivido com o seu protótipo greco-itálico.

Tendo apresentado os dados conhecidos sobre a diversidade formal deste contentor, optei por efectuar uma classificação genérica de Dressel 1 e não utilizar a tradicional tipificação tripartida, que como já foi demonstrado, carece de operacionalidade.

Contudo, como já salientei anteriormente não descuro da importância cronológica de uma variante mais antiga, que convive contextualmente com exemplares greco-itálicos.

Aliado a este facto está uma significativa diferença ao nível do peso e da capacidade dos recipientes, sendo a variante mais arcaica mais leve e apresenta menor capacidade, até cerca de 5 litros a menos que as variantes mais tardias.

A relevância desses dois factores na análise de um conjunto anfórico de um determinado sítio arqueológico, pareceu-me suficientemente pertinente para ensaiar vários métodos de quantificação que propõem agrupamentos formais dentro do tipo Dressel 1 (apresentadas no capítulo IV).

II.3.3.A Lamboglia 2

Na Alcáçova de Santarém, identificou-se um conjunto de ânforas de lábio oblíquo, perfil triangular ou quadrangular, com um diâmetro médio de bordo de 14 cm, que se classificam como Lamboglia 2. Um dos exemplares encontra-se praticamente inteiro, faltando-lhe apenas o fundo (estampa XXIV).

Identificada pela primeira vez por Lamboglia em 1955, trata-se de uma produção oriunda da costa adriática da Península Itálica, com grande difusão no Mediterrâneo Oriental, que juntamente com as ânforas brindisinas, caracteriza as produções da Apúlia durante o século I a.C. A cronologia



de produção está balizada entre o final do século II a.C. e o principado de Augusto (Empereur e Hesnard, 1987:33).

Esta baliza cronológica está atestada, maioritariamente, através de naufrágios onde esta forma está presente (naufrágio de San Jordi em Maiorca- 125-75 a.C.; Baía de Cavalière – 100 a.C.; D’Albenga – 90-80 a.C. ;Madrague de Giens – 70-60 a.C.; Plane -50 a.C.), a sua produção está centrada na primeira metade do século I a.C., verificando-se uma ausência nos naufrágios do Grand Conglué inferior (datado de inícios do século II a.C.), do Chretien C (datado da primeira metade do século II a.C.), de Punta Scalleta (datado de 140-130 a.C) e de Spargi (datado em torno de 120 a.C.) (Desy, 1989:11).

A pança descaída diferencia morfologicamente a Lamboglia 2 das restantes ânfora vinárias itálicas. Contudo, trata-se de uma produção adriática inspirada no protótipo greco-italico da Classe 2 (Desy, 1989:10; Peacock e Williams, 1986: 84-85)

Dada a proximidade formal entre a Lamboglia 2 e a Dressel 6, estas formas foram agrupadas na Classe 8 de Peacock e Williams (1986) produção. Mas a considerável variedade formal existente, em qualquer uma destas formas, carece de tipificação.

Contudo, parece existir uma clara filiação das ânforas Dressel 6 na Lamboglia 2, tendo em consideração que o início de produção da Dressel 6 ocorre em cerca de 30 a.C. Sendo portanto, claramente mais tardia, está documentada até à época de Cláudio, e apresenta também uma área de difusão distinta da anterior (Desy, 1989:11).

De acordo com N. Lamboglia as variações ao nível da dimensão dos contentores possuem um significado cronológico, correspondendo os exemplares de maior dimensão a uma cronologia cesaiana, como se verifica nos exemplares da Ilha



Figura 18
Mapa de Portugal com a distribuição das ânforas do tipo Lamb.2 de Norte para Sul: Chões de Almpompé, Santarém, Lisboa, Mertola, Cabo Sardão, Mesas do Castelinho, Ilhéu do Rosário, Castro Marim e Faro.



de Trimiti, datados de cerca de 30 a.C., que apresentam uma forma mais evolucionada (Desy, 1989: 11).

A sua forma de tendência ovóide e o seu local de produção sugerem um conteúdo oleícola, que foi inicialmente proposto (Tchernia, 1989). Contudo o facto de vários exemplares que apresentam vestígios de resina no seu interior, aliado à presença de um grafito *Viniam* (Baldaqui, 1972: 103-131), confirma um conteúdo vinário para estes recipientes, o que sugere uma diversidade na produção agrícola desta região.

No que respeita à sua difusão, no actual território português a sua presença está escassamente documentada, tanto em número de exemplares como no número de sítios (Fabião, 1989, 113 e 1998; Arruda e Almeida 1999, 309), sendo o conjunto de Mértola o local onde foram recolhidos exemplares em maior número e em melhor estado de conservação (Fabião, 1989, 88-91).

Esta forma está ausente nos contextos do século II a.C. existentes no actual território português, como o Castelo de S. Jorge em Lisboa (Pimenta, 2005), bem como num momento de transição de finais da mesma centúria, como parece ser o caso do Monte Molião (Sousa e Serra, no prelo).

No estuário do Tejo, Santarém e Lisboa (Pimenta, 2004) são os únicos locais conhecidos que apresentam exemplares desta forma (Arruda e Almeida, 1999: 310). Os restantes materiais identificados foram exumados em sítios do Alentejo e Algarve.

Saliente-se, porém, que este panorama de distribuição se deve provavelmente à geografia da investigação.

A maioria dos fragmentos não foi recolhida em contexto, sendo possível apresentar uma cronologia de consumo centrada no terceiro quartel do século I a.C. no Castelo de Castro Marim, Santarém e em Mesas do Castelinho (Arruda e Almeida, 1999, 316-329-330).

A cronologia tardia apontada para o exemplar de Castro Marim poderá estar associada à sua morfologia atípica, que, dificilmente, poderá ser enquadrada na forma Lamboglia 2. Em relação ao exemplar proveniente do Castelo das Juntas, não é seguro poder integrá-lo neste tipo anfórico (Fabião, 1989:385).

Na análise da distribuição deste contentor, parece haver uma peculiaridade relevante em torno do rio Guadiana, visto existir uma considerável concentração de exemplares em Mértola e Castro Marim e uma possível redistribuição, por via terrestre, para Mesas do Castelinho (Fabião, 1998:386 e Fabião e Guerra, 1994:108-2). O seu significado poderá ser difícil de explicar, ao contrário do que se verifica em outros locais algarvios, onde estas ânforas são inexistentes. O Barlavento algarvio conta com a presença de um significativo número de exemplares.



Não é claro tratar-se de um artigo cuja difusão estivesse estritamente relacionada com o abastecimento militar, uma vez que se verifica a sua ausência, ou grande escassez, em todos os sítios arqueológicos escavados, onde foi possível interpretar essa funcionalidade e onde se documenta a presença abundante quer de outros tipos itálicos, como a Dressel 1 e as ânforas de Brindes, quer de cerâmica campaniense e cerâmica de paredes finas de análoga cronologia, como parece ser o caso de Lisboa, da Lomba do Canho, de Cabeço de Vaiamonte e do Castelo da Lousa.

No que respeita ao extremo ocidente peninsular, não parece viável enquadrar a circulação e distribuição destas ânforas num mesmo âmbito que o vinho tirrénico, uma vez que parece que a Lamb. 2 chegou ao ocidente peninsular num momento avançado da sua produção, de acordo com os exemplares de Mértola (Fabião, 1989) e de Castro Marim (Arruda e Almeida, 1999).

II.3.4. A Mañá C2

Na Alcáçova de Santarém, foram identificados apenas dois fragmentos de bordo e um fundo de ânfora enquadrável numa variante de produção cartaginesa de Mañá C2 (estampa XXV, n.º 225 e 226). Um dos exemplares já se encontra publicado (Arruda e Almeida, 1998) e foi integrado na forma T.7.4.1.1. de Ramon Torres (1995).

Trata-se de ânforas de corpo e fundo cilíndrico, lábio exvertido, complexo, que apresentam asas de perfil anelar com uma secção circular ou sub-circular, situadas entre o corpo e o colo.

Esta forma foi pela primeira vez identificada por Dressel e corresponde ao número 18 desta tipologia. Na década de 50 a proliferação de estudos sobre cerâmica púnica, gerou a proposta de divisão tipológica estabelecida por dois investigadores: P. Cintas dividido a Dressel 18 em duas variantes 312 e 313 (1950) e Mañá que propôs a criação de dois tipos C1 e C2 (1951).

Em 1978, Van der Werff propõe uma tripartição de acordo com as características formais, fazendo corresponder a formas 1 a um lábio exvertido complexo, a forma 2 a lábio exvertido simples e a forma 3 à forma C1 de Mañá.

Só na década de 80 surge o primeiro trabalho dedicado exclusivamente à variante C2, cuja principal relevância é fazer corresponder as variantes a diferentes áreas de produção: a variante C2 A, que corresponde a produções mediterrânica e a C2 B que corresponde a produções ocidentais (Ramon Torres, 1981).

Vários outros trabalhos realizados na mesma década estabeleceram a criação de mais variantes (Guerrero Ayuso, 1986), ou de uma equivalência das variantes já estabelecidas a um enquadramento tipológico regional (Muñoz Vicente, 1985).



Todas as variantes na Maña C2, foram agrupadas por Peacock e Williams na Classe 32 (1986). Ramon Torres em 1995, criou uma nova tipologia sobre as ânforas púnicas no mediterrâneo ocidental e incluiu a Maña C2 nos sub-tipos 7.2.1.1. e 7.1.1.1.

As ânforas Maña C2 de produção africana estão habitualmente associadas a determinadas variantes desta forma, subtipos caracterizados por Joan Ramon Torres (1995). Deste modo, o T – 7.4.1.1. e o T-7.4.3.1.são, de acordo com a cronologia proposta por este investigador, as variantes de produção centro-mediterrânea que apresentam uma datação mais recuada, balizada em torno do século II a.C., sendo atribuída uma cronologia mais tardia às restantes variantes de produção ocidental (que correspondem aos tipos T-7.4.3.2. e T-7.4.3.3.) (Ramon Torres, 1995, p.211-212).

Alguns autores consideram que as produções da área do estreito de Gibraltar se iniciaram na segunda metade do século II a.C., estando este fabrico gaditano relacionado com os momentos finais da produção da área de Cartago (Arruda e Almeida, 1998,201-231).

Por este motivo, as produções de Mañá C2 centro mediterrâneas são vulgarmente associadas às referências literárias que mencionam a chegada dos primeiros contingentes militares ao actual território português (Arruda e Almeida, 2005), no terceiro quartel do século II a.C. , estando as importações de Maña C2 de produção ocidental confinadas, grosso modo, ao século I a.C.

Contudo, os dados recentemente obtidos através das escavações do Castelo de S. Jorge (Pimenta, 2004), bem como, o levantamento, por mim efectuado, das ânforas de produção mediterrânea no actual território português, poderão contribuir para a clarificação da amplitude cronológica da produção destas variantes.

Em primeiro lugar, saliento a presença exclusiva de Mañá C2 de produção ocidental nos contextos do terceiro quartel do século II a.C. identificados no Castelo de S. Jorge. Este dado comprova a antiguidade das variantes T-7.4.3.2. e T-7.4.3.3. num local de consumo, tendo sido a última variante desta forma, claramente documentada num contexto mais antigo do que a cronologia inicialmente proposta por Ramon Torres de 110/100 a.C. (1995, p.213).



A forma T.7.5.1.1. identificada no Castro Chibanes é uma variante da Maña C2 contemporânea do T-7.4.3.3. Trata-se de uma variante derivada dos tipos T-7.4.2.1. e T-7.4.3.1., que sobrevive durante todo o século I a.C. (Ramon Torres, 1995, p.214).

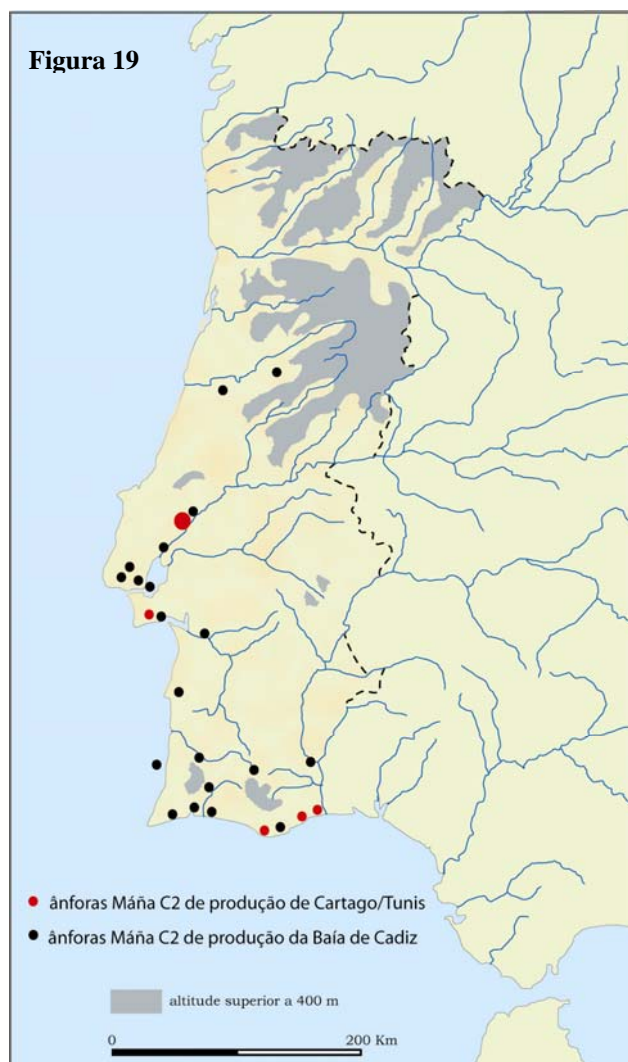
Deste modo, a escassez de informação respeitante às produções cartaginesas no extremo ocidente peninsular não permite inferir que estas estejam documentadas em algum momento específico da ocupação republicana, ou que tenham sido substituídas por contentores produzidos na área do estreito de Gibraltar, uma vez que as ânforas produzidas na área de Cartago-Tunes são sempre residuais, independentemente da sua cronologia, e estão ausentes na maioria dos sítios arqueológicos com esta ocupação.

O comércio destas ânforas não seria, em nenhum momento da sua produção, direccionado para abastecer a fachada atlântica. A sua escassa presença contrasta com a abundância de contentores formalmente análogos de produção gaditana.

Os dados existentes sobre o conteúdo transportado por estas ânforas centram-se nas produções gaditanas. A sua presença em locais onde existiram fábricas de salga, como em Baelo (Bernal 2003,307), Cerro del Mar (Arteaga, 1985, 216-221) ou Kouass (Ponsich, 1968) dá argumentos a um conteúdo à base de preparados de peixe. Por outro lado, a presença de estampilhas com cartelas de atuns, oriundas dos fornos de Torre Alta (Garcia Vargas, 1998, 338, fig. 20), confirma esta hipótese.

A probabilidade de envasamento de um conteúdo piscícola não descarta a presença de outros conteúdos, como parece ser o caso dos exemplares do Naufrágio A de Dramont, onde foram recolhidas ânforas Mañá C2 com restos de azeitonas e um ramo de oliveira (Arruda e Almeida 1998).

Figura 19



Mapa de Portugal com a distribuição das ânforas Maña C2.



A difusão das formas ditas ibero-púnicas, punicizantes ou neo-púnicas, deve ser analisada de forma detalhada de acordo, não apenas com as diferentes morfologias identificadas, mas também, com os distintos locais de produção.

Embora seja frequente encontrar ânforas do tipo Maña C2 (Dressel 18) classificadas como produções africanas (Maia, 1978, 199-207 e Pimenta, 1982-83), podemos verificar que, na maioria dos casos, se trata de produções originárias da área costeira de Cádiz.

Se observarmos o significativo número de locais do sul do actual território português onde estão documentadas estas ânforas (Arruda e Almeida, 1998 e 2005) e o número de exemplares recolhidos podemos, *a priori*, constatar que se trata de um tipo bem documentado e largamente difundido um pouco por todo o território, com particular e natural incidência em zonas costeiras e nos estuários dos rios navegáveis (Ibidem). Contudo, se considerarmos apenas os fragmentos de produção norte-africana, da área de Cartago-Tunes, o mapa de dispersão afigura-se significativamente distinto do anterior.

Deste modo, embora a forma Mañá C2 tenha sido identificada em mais de 20 locais, apenas em cinco se verifica a presença de produções norte africanas: Castro Marim, Santarém e Chibanes, Faro e Cerro do Cavaco. Refira-se ainda que em cada um destes locais foi exumado um único exemplar desta origem e dezenas de outros que apresentam uma pasta claramente peninsular, de fabrico gaditano.

Ainda no âmbito das produções africanas julgo ser pertinente comparar as importações de Mañá C2 com as ânforas tripolitanas antigas.

A análise da totalidade dos exemplares destas duas formas, não tendo em consideração a área de fabrico, demonstra a predominância das ânforas o tipo Mañá C2.

Contudo, se compararmos exclusivamente as produções africanas, observa-se para além de uma redução drástica no número de exemplares, uma predominância das produções oleícolas, isto é, as ânforas tripolitanas antigas tornam-se predominantes.

II.3.5.A Tripolitana Antiga.

Na Alcáçova de Santarém foi identificado um tipo anfórico caracterizado por lábios curtos (com um diâmetro variável entre os 13 e os 15 cm), ligeiramente esvazados, de secção triangular ou quadrangular, colo curto e cilíndrico, e asas curtas de secção elipsoidal, que ligam o colo à parte superior do ombro (estampa XXV, n.º 227 a 238).



Integrei estes exemplares no âmbito das designadas produções tripolitanas antigas, originárias da área Tripolitana (Líbia), no mediterrâneo central. Trata-se de ânforas ovóides republicanas, a sua forma tem uma origem helenística e os bordos apresentam grande afinidade formal com as formas Lamb.2 , Dressel 1 e com as ânforas brindisinas (Pascual Berlenga e Ribera i Lacomba, 2002:304).

A ânfora tripolitana antiga foi pela primeira vez identificada por Emperor e Hesnard, em 1987 (3-36), e é considerada uma ânfora de transição que dará lugar às típicas formas olearias: Tripolitana I e II.(Benquet e Olmer, 2002,320)

Anteriormente esta forma tinha sido classificada por Beltran Lloris (1985) com o número 85 C, contudo este investigador apontou uma origem itálica para este contentor.

O início de produção desta forma ocorre, de acordo com os exemplares recolhidos em Ampúrias, nos inícios do século II a.C. (Arsénio, 1998, p.67). Tendo sido produzida até ao final do século I a.C., trata-se de um produção contemporânea das ânforas de Brindisi.

Embora a forma seja claramente minoritária nos reportórios formais anfóricos republicanos e augustanos, apresenta uma ampla difusão, tendo sido documentada em locais como La Longarina (Sciallano, Sibella 1991 p.78), Caceres el Viejo (Ulbert, 1984), Azaila (Benquet e Olmer, 2002, p.320), Numância (Shulten, 1929) Valência (Ribera Lacomba 1998, 2002).

A associação de uma forma a um conteúdo, a possível inspiração em produções olearias brindisinas, aliadas à tradição oleícola tripolitana, são claros indícios de um provável conteúdo oleário destas ânforas.

A existência das formas oleícolas Tripolitana I e II atestam a continuidade dessa produção e comercialização, que se encontram igualmente referidas nas fontes clássicas (Pascual Berlenga e Ribera i Lacomba, 2002, p.303-304).



Mapa de Portugal com a distribuição das ânforas tripolitanas antigas.



A classificação desta forma, realizada exclusivamente a partir de fragmentos de bordo é controversa, visto ser formalmente indiferenciável dos bordos da forma Maña C1.

Ao nível da variação formal dos bordos encontrámos paralelos entre os exemplares escalabitanos e os de Polentia e de Valência (Pascual Berenga e Ribera i Lacomba, 309-11 e 12).

A distribuição da forma no actual território português, foi pela primeira vez abordada por A.M.Arruda e R.Almeida no V Congresso Internazionale di studi Fenici e Punici (2005:1323-1325) e mais recentemente, por J.Pimenta (2004,72). Tal como estes investigadores, considereei que é fundamental uma reapreciação classificativa dos exemplares de Mañá C1, Beltran 85 e Tripolitana antiga já identificados e publicados provenientes do actual território português.

De facto, de todos os exemplares conhecidos, apenas um contentor recolhido num contexto de naufrágio que atesta a produção desta ânfora no século I a.C., sendo a Mañá C1 uma forma típica de um período compreendido entre o início do século III a.C. e a primeira metade do século II. a.C. (Ramon Torres, 1995, p.204-210). Contudo existem alguns dados, que embora isolados, contrariam esta proposta cronológica, refiro-me especificamente ao conjunto de ânforas púnicas de Utiza (Mañá C1 e C2) que segundo o autor convivem com Dressel 7-11, Dressel 20, entre outras, numa cronologia balizada entre a dinastia dos Flávios e o século III (Werff, 1977-78, 171 e 175).

Na Alcáçova de Santarém, os bordos que enquadrei nesta forma, embora apresentem uma grande homogeneidade ao nível dos fabricos, documentam uma significativa variação formal. Deste modo, encontram-se bordos curtos de secção triangular e quadrangular e bordos mais alongados e estreitos.

Não se descarta a hipótese que um possível significado cronológico que esteja associado a esta variação formal. Contudo, os raros exemplares em contexto não permitem tecer quaisquer considerações esclarecedoras sobre esse eventual significado.

Os exemplares identificados no actual território português correspondem, sem excepção, à ocupação romana republicana, não existindo, até ao momento indícios, que a forma tenha sido importada num momento anterior ao terceiro quartel do século II a.C. Esta cronologia apontada para os contextos romanos republicanos do castelo de S. Jorge (Pimenta, 2004,72), faz recuar o início da produção desta forma para o século II a.C. Por outro lado entre os materiais de recolha de superfície de Chões de Alpompe, que indiciam a existência de uma ocupação do século II a.C., encontram-se dois exemplares enquadráveis no âmbito das produções tripolitanas antigas (Fabião, 1989, 106).



II.3.6 As Ânforas de Brindisi

Foram exumados três fragmentos de bordo, dois fragmentos de fundo e um fragmento de asa (estampa XXVI, n.º239 a 244), enquadráveis no âmbito das ânforas brindisinas, Classe 1 (Peacock e Williams, 1986:82-83), que correspondem aos tipos classificados por Baldacci (*apud* in Fabião, 1998:388).

Estas ânforas, de influência helenística, possivelmente coríntia (Desy, 1989:12), apresentam um colo curto, lábio de fita ou de perfil amendoado. As asas descrevem um quarto de círculo e têm uma secção circular. O corpo é ovóide, com cerca de 80 cm de altura, e o fundo é oco em botão (Ibidem).

Trata-se de ânforas ovóides, produzidas na região de Brindes, entre o final do século II a.C. e a época augustana, momento em que são substituídas pelas outras formas oleárias, das quais se destaca a Dressel 20. A inexistência de vestígios de resina no interior destes recipientes, e a tradição oleícola desta região, fazem supor um conteúdo oleário (Empereur e Hesnard, 1987:33).

No que respeita à caracterização da variedade, atestada pelos múltiplos exemplares provenientes dos ateliers de produção e de contexto de consumo, podemos enquadrar os exemplares escalabitanos no tipo III de Palazzo (1989, 50).

A relevância da epigrafia anfórica relegou para segundo plano a caracterização morfológica. A recorrente presença de estampilhas na parte superior das asas que se reporta ao escravo e ao seu proprietário está documentada no território português, na Alcáçova de Santarém, e em Lisboa (Diogo, 1984 e Pimenta 2004).



Mapa de Portugal com a distribuição das ânforas de Brindes..



No actual território português esta forma encontra-se documentada no vale do Tejo num momento recuado da ocupação republicana, num contexto militar, como se verifica do Castelo de S. Jorge (Pimenta, 2004)

Pelo estado actual dos conhecimentos, parece que a sua distribuição e comercialização, para além de estar claramente associada à chegada e presença de contingentes militares no vale do Tejo, surge num âmbito de distribuição diferente da sua congénere Lamb.2., parecendo clara a associação desta forma a recipientes vinários produzidos nas costa tirrénica no final do século II a.C., como as formas Greco-italica e a Dressel 1.

II.3.7. Ânfora Ródia.

Lográmos identificar um fragmento de asa de uma ânfora Ródia proveniente de recolha de superfície na Alcáçova de Santarém. Trata-se de uma asa de rolo com 3,8 cm de diâmetro e 9,3 cm de altura conservada, que apresenta uma estampilha na parte superior da asa.

Este fragmento (estampa XXVI, n.º245) corresponde a uma ânfora de bordo curto e arredondado, colo cilíndrico, asas de rolo que descrevem um ângulo aproximado dos 90°.

As ânforas ródias surgem no último quartel do século IV a.C. e têm um longo período de produção até ao alto império. A tradição epigráfica deste tipo, presente desde o início do seu fabrico, torna-se uma constante entre o século III a.C. e o século I a.C.

De acordo com a informação epigráfica existente, a sua produção foi dividida em sete períodos distintos (Empereur e Hesnard, 1987,18-19) .

Durante o seu longo período de produção, não sofre grandes alterações formais, estando documentada apenas uma alteração verificada ao nível da curvatura das asas que vão adquirindo maior concavidade até atingirem um perfil corniforme na última fase de produção.

As ânforas ródias habitualmente apresentam, uma estampilha sobre a asa, o nome do fabricante e o do sacerdote epónimo. O nome do fabricante está documentado em dois períodos de produção, no V entre 176 e 146 a.C. e no IV (Criscuolo, 1982, 95-96 e Consoul et alii, 1986, p.52), de acordo com a datação proposta para a chegada dos primeiras importações romanas na Alcáçova de Santarém julgamos que este exemplar se poderá enquadrar na fase IV balizada entre 146 e 108 a.C. .

No que respeita à sua difusão, desconhecem-se exemplares de análoga cronologia em Portugal.

O exemplar escallabitano é o primeiro documentado no século II a.C. no actual território português, num contexto claramente associado ao período de conquista. Infelizmente, trata-se de um exemplar de superfície, sem contexto de recolha.



Refira-se ainda que foi recolhido um outro exemplar de ânfora de produção oriental (estampa XXVI, n.º246), de bordo arredondado e asa bífida ascendente, que embora não tenha sido exumado em contexto aparenta ter uma cronologia mais tardia, possivelmente alto-imperial o que atesta a continuidade de importações orientais num momento posterior à ocupação republicana.

II.4. Epigrafia Anfórica

«Entendemos por marcas as impressões resultantes da aplicação, em pasta fresca, de uma matriz constituída por uma sequência de signos alfabéticos, podendo, por vezes, associar-se a símbolos, nomeadamente figurações de animais os elementos vegetais.»

Guerra, 1996, p.271

Na Alcáçova de Santarém foram exumadas quatro estampilhas., trata-se de marcas impressas sobre a pasta fresca das cerâmicas, que contêm informações respeitantes à sua origem. Habitualmente encontramos estas inscrições impressas sobre a asa, o bordo e mais raramente sobre o colo, ombro, a pança ou o fundo das ânforas.

A estampilha consiste na aplicação de um selo com inscrição, habitualmente alfabética, cujo significado está intimamente associado ao processo de fabrico e não à capacidade do recipiente ou ao seu conteúdo.

O método de aplicação destes selos está relacionado com a manufactura dos recipientes, o que permite, muitas vezes, determinar a sua origem e identificar circuitos comerciais.

Infelizmente, estas marcas não são uma constante, ou seja, a sua aplicação mais ou menos varia consoante a área de fabrico e o período cronológico em questão. Por outro lado, apenas em alguns exemplares foram aplicados selos, sendo plausível considerar que a aplicação destas marcas fosse feita por fornada, remessa ou por fiada de ânforas.



II.4.1. As estampilhas

II.4.1.1.

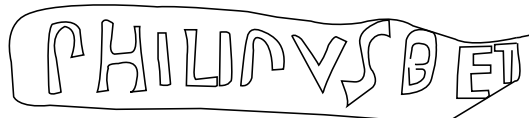


Figura 22- Estampilha impressa sobre a asa de uma ânfora de Brindes

O exemplar 243 corresponde a uma asa de rolo de uma ânfora Brindisina, que apresenta uma estampilha onde se pode ler PHILIPVS BET. A marca ostenta uma cartela simples, rectangular com as arestas arredondadas, e as letras em relevo apresentam um *ductus*, com remate triangular.

Trata-se de uma marca com uma extensão pouco frequente, que contém um total de onze caracteres. A aplicação de selos extensos sobre uma superfície convexa resulta numa menor nitidez de algumas áreas de impressão, nomeadamente o meio da estampilha e na extremidade oposta ao início do selo. Apesar deste facto, julgamos que a leitura efectuada é suficientemente nítida e incontroversa.

Trata-se de um selo inédito, uma vez que não está documentada nenhuma marca com esta inscrição específica em nenhum centro produtor da área de Brindisi ou em qualquer outra área produtora da região da Apulia.

Contudo, ambos os nomes inscritos estão amplamente documentados na epigrafia anfórica, particularmente na região de Brindisi.

O primeiro antropónimo *Philipus* corresponde a um cognomen grego com uma terminação latina (2ª declinação nominativo do singular), habitualmente associado à presença de escravos gregos em centros oleiro. E está; documentado por vários exemplares, nomeadamente na região de Apani: P(H)IL.

O segundo nome é exposto de forma abreviada BET, trata-se de uma recorrente abreviatura empregue para indicar o nome do mestre oleiro BETELIENVS (Desy, 1989, p.81, nº523, p.85, nº565; Callender 1965, p.83, nº192 A e C).

O nome completo é M. BETELIENVS, um nome romano que, embora ausente da restante epigrafia da Apúlia (Desy, 1989, p.166); surge referido em cerca de 20 estampilhas (o nome BETELIENUS surge referido com diferentes abreviaturas BETIL, BET, BETILIE, B.) e está associado a um conjunto de escravos em que PHILIPVS se insere (Desy, 1989, p.185), ao todo conhecem-se seis escravos deste proprietário: Aeneas, Luc-, Mar-, Metr-, Ruma, Phil- (Ibidem, p.185).



Apesar da abreviatura PIL poder corresponder a vários nomes, como PHILARTE (p.89, nº599), PILEMA, PILEMO (p. 90, nº 601) ou ainda a PHILONIC (p.90, nºs 605-607), julgamos que a associação dos dois nomes PHILIPVS e BETILIENVS, que constam da marca aqui apresentada, não deixam margem para dúvida de que a marca da região de Apani, onde se pode ler: PIL.BETIL.M.S. (Desy, 1989, p. 89, nº600; CIL I, 2339), se reporta aos mesmos indivíduos.

Assim, tendo em consideração que ambas as marcas associam *Philipus* a *Betilienus*, e que o fenómeno não se verifica em nenhum dos restantes nomes, podemos equacionar que parte das restantes marcas PHIL provenientes de Apani poderão referir-se a este mesmo oleiro.

O centro produtor de Apani situa-se a onze quilómetros NO de Brindes, local onde foram identificados vários fornos (e um vasto conjunto epigráfico) que produziram maioritariamente as típicas ânforas oleárias de Brindes.

Embora, na maioria das estampilhas impressas em ânforas brindisinas seja frequente a aplicação de duas estampilhas diferentes em cada asa, uma contendo o nome do oleiro e a outra a do proprietário (Desy, 1989, p.183), existem excepções, nas quais se enquadra a nossa inscrição. Esta opção epigráfica, que inclui num mesmo selo o nome do escravo e do proprietário, torna a inscrição maior, particularmente no âmbito da paleografia das estampilhas da região de Apani, o que exige uma economia de espaço e o recurso à união de letras.

Foi o que pudemos constatar na nossa marca, que apresenta um nexu LI. A presença de letras abertas, como é o caso do P, e a simetria e alinhamento das letras (que é somente quebrado pela parte superior da letra S), correspondem às características paleograficas encontradas nas estampilhas desta região (Desy, 1989).

É contudo pouco frequente o nome do escravo surja em nominativo, uma vez que a regra é que o nome do proprietário esteja em nominativo e o do escravo em genitivo.

A presença dos mesmos oleiros em diferentes centros produtores da região de Brindes coloca a hipótese de uma interdependência entre eles e da deslocação de oleiros de um centro para outro. Nesse sentido, a identificação de uma marca é essencial para determinar a quem pertenciam as ânforas (Ibidem).

Na primeira intervenção arqueológica realizada em 1979 na Alcáçova de Santarém foi recolhido um outro exemplar de ânfora brindisina que apresenta uma marca sobre a asa MENA, que está documentada nas produções de Apani (Desy, 1989, p.176)



II.4.1.2



Figura 23- Estampilha impressa sobre a asa de uma ânfora Rodia.

O exemplar 245 corresponde a uma asa de rolo de uma ânfora Ródia, que apresenta uma estampilha de cartela rectangular e arestas arredondadas com 45 mm de comprimento e 13 mm de largura, onde se pode ler 'ΕΥΚΛΕΙΤΟΥ'.

No canto inferior direito, sobre as letras ΤΟΥ, encontra-se um ícone truncado que poderá ser o final de um caduceu, símbolo representado por um bastão com duas asas na parte superior, em torno do qual se entrelaçam duas serpentes, símbolo normalmente associado a Hermes protector do comércio.

A marca nominal indica o nome de um fabricante de ânforas ródias, tendo sido possível estabelecer um paralelo exacto com um selo de uma asa de uma outra ânfora rodia exumada em Teelbeesheba (Consoul et alii, 1986, p.52)

Por se tratar apenas de um fragmento de asa possuímos apenas a informação relativa ao fabricante, o que não permite precisar a cronologia deste exemplar.

A terminação do nome em ΟΥ indica estar no genitivo, cuja tradução seria *de euclleito* .

O fabricante Euclleito foi associado ao período V de produção das ânforas rodias, momento balizado entre 146 a.C. e 108 a.C.(Ibidem).

De acordo com a cronologia de produção destas ânforas, a datação deste exemplar, está balizada na segunda metade do século II a.C. e corresponde ao primeiro momento de importação de materiais itálicos para o sítio.

Este exemplar escallabitano é o primeiro selo sobre uma ânfora grega de que há conhecimento em território português.

II.4.1.3 Dunus

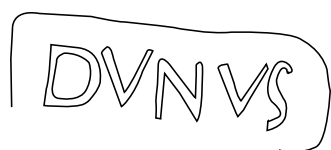


Figura 24- Estampilha impressa sobre o ombro de uma ânfora Dressel 1 fabrico indeterminado.

Estampilha retroversa impressa sobre um ombro de uma ânfora do tipo Dressel 1, de proveniência indeterminada.



Trata-se de uma pequena marca com cerca de 2,5 cm de comprimento e de 1,2 cm de altura. A marca apresenta uma cartela simples, rectangular com as arestas arredondadas, onde se pode ler o nome *Dunus*. A inexistência de um paralelo nominal, remete-nos para uma de duas hipóteses: poderá tratar-se de um nome indígena não documentado epigraficamente ou poderá tratar-se de um nome romano ou romanizado, podendo existir um I antes da terminação US.

Está é apenas uma proposta de leitura, tendo em conta que a análise do fragmento. Consideramos tratar-se de uma impressão totalmente retroversa, uma vez que numa primeira leitura da marca se pode ler DANAS, com o N e S retroverso.

II.4.1.4.



Figura 25- Estampilha impressa sobre o bordo de uma ânfora Dressel 1.

Foi recolhido um fragmento de bordo de ânfora Dressel 1 de muito reduzidas dimensões, que apresenta uma estampilha muito fragmentada que conserva apenas uma extremidade.

Trata-se de uma estampilha rectangular de arestas arredondadas, cujo estado fragmentário não permite a sua leitura. Registou-se apenas parte de um caractere ou signo não identificado.

II.4.2. *Tituli Picti*

Alguns dos exemplares itálicos de Dressel 1 exumados na Alcáçova de Santarém apresentam caracteres pintados sobre o colo ou sobre o ombro.

Tratam-se de inscrições latinas pintados a vermelho, com letras maiúsculas de fácil leitura. Na Alcáçova da Santarém foram identificados dois *tituli picti* sobre o colo com a inscrição VE, seguido de uma indicação numérica. Um dos exemplares encontra-se fragmentado podendo ler-se apenas um I, o outro apresenta três I, isto é o número três.



Figura 26-*Tituli Picti* pintados sobre o colo de ânforas Dressel 1



Existem abundantes paralelos para realidade nomeadamente no CIL. Presume-se que se der uma referência à idade do produto envasado, ou seja que referira à antiguidade do vinho, podendo-se desenvolver o *tituli* como VE (tus) III. () Ambos os *tituli picti* apresentam um nexa VE seguido da referência numérica à antiguidade do vinho.

Os exemplares foram recolhidos em contexto de lixeira com abundantes materiais republicanos, cuja cronologia está centrada num momento avançado do século I a.C. (a análise do contexto é feita detalhadamente no capítulo III, ponto 2).

Foi exumado um outro *titulus* sobre a pança (Estampa XXVII n.º251), de difícil leitura. A inscrição está partida e os caracteres estão inscritos em cursivo. O mau estado de conservação não permitiu efectuar qualquer leitura do *titulus*, tendo em consideração que se conservam apenas dois caracteres.

II.4.3. Grafitos

Registam-se variados tipos de grafitos nos exemplares de Alcáçova de Santarém, habitualmente gravados sobre o fundo ou a asa. Dividem-se em dois tipos: os grafitos realizados antes e pós-cozedura. Apenas dois fragmentos de asa apresentam um grafito pós cozedura, trata-se possivelmente, de uma indicação de propriedade, apresentam inscrições cruciformes, simples ou compostas.

Em alguns fragmentos de fundo, de asa e de bordo documenta-se outras grafitos realizados pré cozedura, de difícil leitura e interpretação. Trata-se de marcas sobre a pasta fresca, realizadas num momento anterior à cozedura que figuram sobre a parede externa de exemplares de Dressel 1 de produção itálica.

Nestas marcas (estampa XXVIII) pode-se ler um C ou um C invertido em dois dos exemplares de fundo, um I e um E.

Os signos utilizados poderão ter diferentes leituras: pode tratar-se de uma indicação numeral, ou de simplesmente uma marca de produção associada, muito provavelmente, ao processo de fabrico. A análise deste tipo de marcas é problemática, uma vez que se trata de digitações e não dos habituais grafitos realizados com a ajuda de um estilete ou de um qualquer instrumento incisivo.

No caso das marcas designadas por C invertido ou quarto crescente, desconhece-se a presença deste tipo de digitações sobre outras ânforas. Contudo, existem signos análogos em grafitos,



nomeadamente sobre *Terra Sigillata* exumada na Alcáçova de Santarém (Viegas,2003), motivo pelo qual consideramos que estas digitações poderão deter idêntica funcionalidade.

Através da classificação tipológica dos exemplares onde foram inscritos grafitos podemos documentar uma maior incidência sobre fragmentos de asa e de fundo. Ao nível formal regista apenas um fragmento de bordo de ânfora greco-italica com grafito, tendo sido os restantes fragmentos classificados com exemplares de Dressel 1.



III. Análise Contextual

III.1. Intervenções de 1983-87: Área do Jardim e no Horto do Jardim.

III.2. Intervenções de 1988-89 : Jardim das Portas do Sol.

III.3. Intervenções de 1992-93 : Igreja de Santa Maria de Alcáçova.

III.4. Intervenções de 1994-1996: Largo da Alcáçova, 3-5.

III.5. Intervenção de 1997: Área do Jardim.

III.6. Intervenção de 1998: Av. 5 de Outubro, nº9.

III.7. Intervenção de 1999/2000: viveiros do Jardim das Portas do Sol.

III.8. Intervenção de 2001:

Alargamento da cozinha do restaurante das Portas do Sol.

III.9. Enquadramento cronológico da Ocupação republicana.
da Alcáçova de Santarém: síntese do faseamento.

III.10. Distribuição espacial.

III.11. Análise do espólio em contexto.

III.11.1. Cerâmica de Paredes Finas.

III.11.2. Cerâmica Campaniense.



III. Análise contextual.

A análise contextual é apresentada por ordem cronológica de escavação, dos diferentes sítios, do mais antigo para o mais recente. Os contextos são tratados em conjunto, ou individualmente, sempre que se justifique. Além de uma proposta cronológica e funcional, efectuou-se sempre que possível uma proposta de faseamento da ocupação retratada.

A análise dos contextos romanos republicanos preservados da Alcáçova de Santarém foi realizada com base na descrição estratigráfica de cadernos de campo, relatórios e nas publicações efectuadas. As contagens de número mínimo de indivíduos foram efectuadas através da Base de Dados Geral da Alcáçova de Santarém.

Alguns níveis apresentam, para além de um conjunto coevo de uma ocupação republicana, alguns materiais de cronologia posterior que, caso surjam

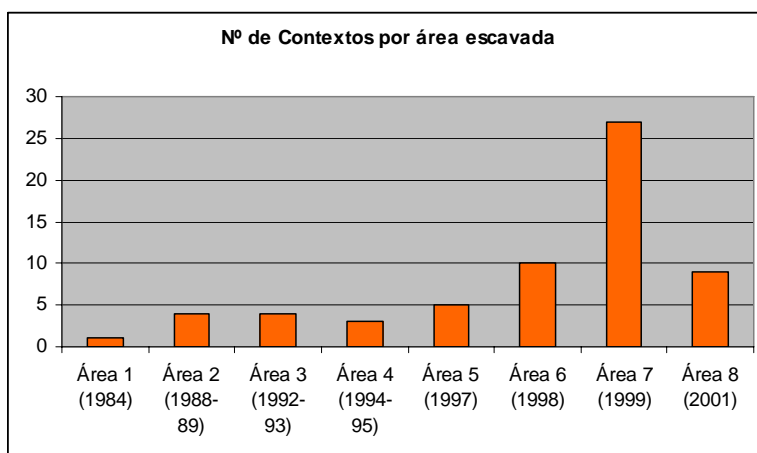


Figura 27-Gráfico de número de contextos por área escavada

numa relação percentual inferior a 10% do total da amostra, foram considerados materiais intrusivos.

As ânforas de produção do Vale do Guadalquivir provenientes da Alcáçova de Santarém estão a ser estudadas no âmbito de uma outra dissertação de Mestrado, motivo pelo qual não possuímos qualquer informação de inventário relativa a estes materiais, apenas o número de fragmentos.

Os materiais exumados nas últimas duas intervenções de 1999/00 e de 2001 encontram-se inventariados preliminarmente, existindo registo apenas da cerâmica fina, dos numismas e restantes metais, bem como das ânforas agora em estudo.

III.1. Intervenções de 1983-1987: Área do Jardim e do Horto do Jardim.

Na intervenção de 1984, a escavação do Corte 1 revelou a presença de um nível conservado na quadrícula G16. O nível 4 corresponde a um provável estrato de aterro com ânforas Dressel 1 itálicas associadas a ânforas Maña C2B, a cerâmica campaniense A, a cerâmica cinzenta e a cerâmica comum. Registou-se a presença de uma moeda de prata cuja cunhagem é atribuída a *Carisius*, datada entre 27 e 25 a.C.(Arruda, 1993).



Este numisma é o elemento cronológico que permite a datação deste estrato em torno do último quartel do século I a.C. (Ibidem: 173-175).

É de salientar que ao nível do conjunto anfórico, a forma Mana C2 B é dominante: regista a presença de oito indivíduos.

A inexistência de outros contextos preservados não permite tecer quaisquer considerações sobre a funcionalidade deste espaço, nem sobre a sequência ocupacional. Trata-se de um contexto isolado, dado que a maioria das realidades observadas neste espaço são características da Idade do Ferro (Arruda, 1999).

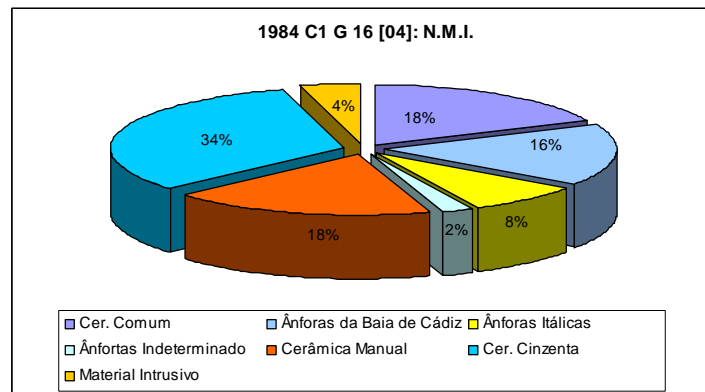


Figura 28- Gráfico dos materiais do contexto 84 C1 G16 [4]

III.2. Escavações no Jardim das Portas do Sol 1988, 1989.

As intervenções arqueológicas realizadas na área do Jardim consistiram na abertura do sector B e de 11 cortes, em alguns dos quais se documentaram-se contextos republicanos.

O sector B, escavado em 1988, foi a primeira área a ser intervencionada fora do Horto do

Jardim. Trata-se de uma área de 3x3m que apresenta no nível 7 um contexto tardo-republicano com abundantes materiais. Destaca-se a presença de um conjunto de cerâmica campaniense A, B, B-óide e de pasta cinzenta (formas Lamb. 1, 5 e 7), cerâmica de paredes finas (forma II, III, VIII de Mayet), ânforas Dressel 1 itálicas, greco-itálicas, Maña C2B, Haltern 70, Dressel 7-11 e um exemplar de tipo Tripolitana Antiga.

Neste nível foi exumada uma moeda e alguns metais, como uma agulha e um objecto de adorno e um arreio de cavalo, ambos de cobre/bronze.

Neste contexto, destaca-se, pelo número de exemplares e diversidade formal a cerâmica comum, estando representadas diversos recipientes de mesa, como as taças, e de cozinha, como as panelas e alguidares.

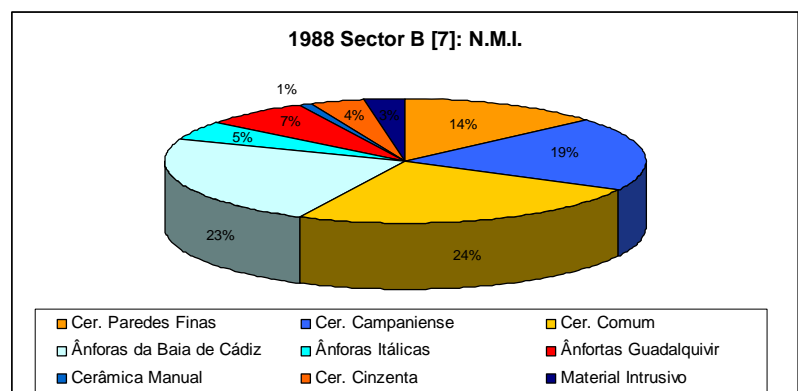


Figura 29- Gráfico dos materiais do contexto 88 B [7]

As importações anfóricas do Mediterrâneo durante a época romana republicana na Alcáçova de Santarém.



Ao nível das ânforas mais de 50% dos exemplares são oriundos da Baía de Cádiz, tendo os exemplares itálicos um carácter claramente residual. Documenta-se a presença de seis exemplares de Dressel 1 de proveniência itálica, um dos quais apresenta um *titulus pictus* sobre o colo e um outro apresenta uma marca incisa igualmente no colo.

Ao nível cronológico, podemos balizar esta ocupação num momento situado no terceiro quartel do século I a.C. A presença de ânforas do tipo Dressel 7-11, aliada à ausência de produções de *Terra Sigillata* itálica leva a propor esta baliza cronológica.

Os restantes materiais enquadram-se num momento tardio da ocupação republicana, onde dominam as formas Lamb.1, 5 e 7 de cerâmica campaniense B-óide e as formas II, III e VIII de Mayet de cerâmica de paredes finas.

A escassez de ânforas itálicas, característica destes momentos mais tardios, está plasmada neste contexto. Contudo, paralelamente a esta realidade, documentam-se alguns materiais cuja cronologia de produção apresenta um âmbito mais antigo e que, por este motivo, foi considerado que se encontram em deposição secundária. Referimo-nos a alguns exemplares de cerâmica campaniense A, cujo horizonte cronológico está centrado em finais do século II a.C., nomeadamente a presença da forma Lamboglia 31A, que atesta esse momento mais recuado da ocupação republicana na Alcáçova de Santarém.

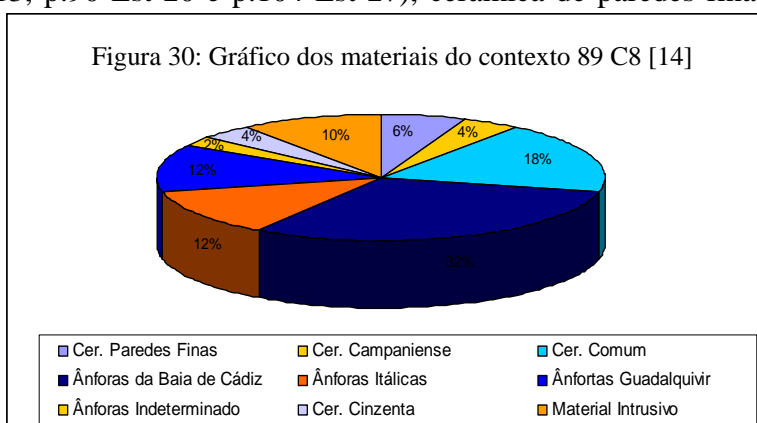
A sequência estratigráfica vem confirmar esta proposta cronológica uma vez que sobre este nível se encontrava um outro onde a *Terra Sigillata* itálica está presente nas formas Conspectus 14.1.3., 30 e 22.1 (Ettlinger et alii, 1990, p.76 Est.13, p.90 Est 20 e p.104 Est 27), cerâmica de paredes finas com decoração em rede de losangos, datada inequivocamente do principado de Augusto.

No Corte C5, os níveis 4 e 4 a, ambos inicialmente considerados como pertencentes ao período romano republicano, apresentam ânforas itálicas Dressel 1 e materiais do

período augustano como *Terra Sigillata* itálica e ânforas Dressel 7/11.

Dos 11 cortes escavados, apenas 1 revela uma ocupação republicana.

No Corte C8 o nível 14 corresponde a um nível conservado do período romano republicano, no qual se destaca a presença de ânforas da Haltern 70, Mañá C2 e Classe 67, bem como fragmentos de ânforas Dressel 1 itálicas. Ao nível da cerâmica fina verifica-se a presença de cerâmica de paredes





finas das formas II, VIIC e IX (único fragmento desta forma documentado em contexto), bem como um fragmento de cerâmica campaniense B-óide inclassificável.

O âmbito cronológico deste nível é claramente mais alargado que os anteriores. Trata-se de um nível tardo-republicano, balizado entre o segundo e o terceiro quartel do século I a.C.

A existência de produções anfóricas do Vale do Guadalquivir como a classe 67 e 32 (Maña C2), aliada à inexistência de materiais inequivocamente datáveis do principado de Augusto permitiu colocar esta proposta cronológica.

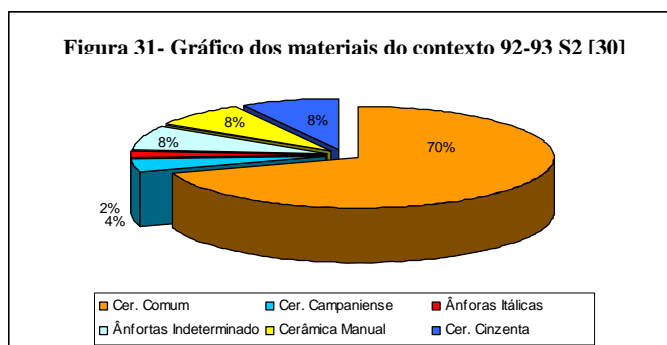
Refira-se ainda que neste nível se registou um número elevado de material intrusivo, cerca de 10%, que corresponde exclusivamente a fragmentos de *Terra Sigillata* tardia.

Nesta área de escavação, os níveis conservados são escassos e de cronologia variável, tendo sido documentados em três níveis três cronologias distintas.

III.3. Intervenção arqueológica na Igreja de Santa Maria da Alcáçova (1992-1993).

A intervenção de emergência realizada no interior da Igreja de Santa Maria da Alcáçova, consistiu na abertura de sete sondagens que revelaram a existência de um edifício romano imperial no interior da capela mor (Viegas, 2003), As sondagens 2, 5 e 7, (perfazem uma área total de 30,65m²) revelaram três níveis de ocupação romana republicana com ânforas itálicas associadas.

Dada a exiguidade da área de escavação, o conjunto artefactual exumado é de reduzidas dimensões, não permitindo tecer grandes considerações sobre a funcionalidade ou cronologia de ocupação do espaço. Trata-se de estratos de aterro que correspondem a momentos de abandono.



Destaca-se a presença de fragmentos de cerâmica de paredes finas da forma II, IIIB e XIV de Mayet e de dois bordos de ânfora Dressel 1 itálica. Os dados apresentados são claramente insuficientes para precisar o âmbito cronológico destes contextos, podendo apenas afirmarse que se trata de uma ocupação centrada no século I a.C., coeva das restantes áreas de escavação da Alcáçova onde se identificaram contextos de análoga cronologia.



III.4. Intervenções de 1994-1996: Largo da Alcáçova 3-5.

Nesta intervenção de emergência, após a demolição de uma garagem de um picadeiro (Arruda, 2000:6-77), detectou-se a presença de uma estrutura pétreo, identificada pelos responsáveis da escavação como um *podium* de um templo romano. Esta descoberta condicionou os trabalhos arqueológicos em torno da referida estrutura, tendo sido abertas cinco frentes de trabalho, quatro em torno da mesma: fachadas Sul, Norte, Este e Oeste e a área da piscina, num total de 427m² (Arruda, 2000:6-79).

De acordo com os autores da escavação, a descoberta do *podium* do templo é a mais significativa das construções encontradas na Alcáçova de Santarém (Arruda e Viegas, 2002:174). Os níveis escavados em torno desta estrutura revelaram uma ocupação da Idade do Ferro, romana republicana, imperial e islâmica.

A complexidade estratigráfica identificada dificulta a leitura das realidades escavadas. Segundo os responsáveis da intervenção, o estabelecimento de cronologias foi possibilitado pela escavação de níveis relativamente conservados, cujo espólio aponta para uma cronologia entre o final do terceiro quartel e meados do quarto quartel do século I a.C. (Idem: 175)

A análise dos contextos preservados de época romana permite confirmar a sua relação com a estrutura edificada. Todos os níveis de cronologia romana republicana que se encontram junto ao *podium* do templo são cortados pela fundação desta estrutura augustana.

Os contextos preservados que apresentam ânforas republicanas de produção mediterrânea, não são abundantes. Os profundos revolvimentos islâmicos, modernos e de época romana imperial destruíram, na maior parte das áreas intervencionadas, os níveis anteriores. Apesar deste facto, documentam-se dois níveis bem preservados, onde está presente um conjunto de ânforas itálicas em associação a outros materiais de cronologia republicana.

O nível 32 da quadrícula 11 constitui o depósito onde foi recolhido um número significativo de materiais republicanos de proveniência itálica, onde se destaca a presença de ânforas Dressel 1 associadas a cerâmica campaniense, formas Lamb 1 e 5/7, e a cerâmica de paredes finas da forma X de Mayet, destaca-se igualmente a presença de um fundo de fabrico itálico que corresponde possivelmente a uma ânfora greco-itálica e de um fragmento de lucerna Dressel 2 A datada de 30 a.C.

Na quadrícula 13, o nível 15 apresenta um conjunto de ânforas itálicas em associação a cerâmica de paredes finas forma VIIC e a ânforas da Classe 32 (Mañá C2). No que respeita ao conjunto anfórico, tipo Mañá C2 B dominam o inventário com 14 exemplares.



Na quadrícula 14-17, o nível 4 é constituído por um estrato de aterro com abundantes materiais de cronologia romana, onde se destaca a presença de cerâmica de paredes finas da forma IIIB de Mayet, ânforas itálicas do tipo Dressel 1 e ânforas de produção do Guadalquivir. Contudo, a presença de imitações de *Terra Sigillata* itálica forma Consp.11.1.4. (Ettlinger et all , 1990, p.70 -Est 10) indicia estarmos perante um contexto augustano antigo.

III.5. Intervenção de 1997: Área do Jardim.

A intervenção arqueológica, consistiu na abertura de 19 quadrículas distribuídas por três áreas distintas. Na primeira área, localizada junto ao portão do Jardim e às instalações sanitárias, foram inseridas oito quadrículas. Na segunda área, que corresponde ao Largo da Alcáçova, foram implantadas nove quadrículas (Q9-Q17). A terceira área localiza-se a norte do restaurante, na zona dos viveiros, onde foram implantados os quadrados Q18 e Q19. As 19 quadrículas escavadas perfazem uma área total de 103 m².

Nesta área são escassos os contextos do período romano republicano, logramos identificar cinco distintos níveis contextualizados com a presença de ânforas itálicas. Contudo, em três destes regista-se a presença de apenas um fragmento de asa de ânfora Dressel 1 de produção itálica, o que atesta a sua presença, mas é claramente insuficiente para efectuar qualquer outro tipo de análise.

O nível 9 da quadrícula 19 corresponde a um depósito argiloso com abundantes inclusões cerâmicas. Regista-se a presença de cinco exemplares de Dressel 1, de ânforas Maña C2B,

de um fragmento de Lamb. 1 e de dois fragmentos de Lamb. 5/7 em Campaniense B-óide, e de dois fragmento de cerâmica de paredes finas da forma II e III de Mayet.

É possível, com base nos dados supra citados, efectuar uma proposta cronológica centrada no século I a.C., muito provavelmente, em torno do 2^a-3^o quartel, a presença de ânforas de produção do Guadalquivir, aliada à cronologia da cerâmica de paredes finas e à ausência de *Terra Sigillata* itálica, vem confirmar esta proposta.

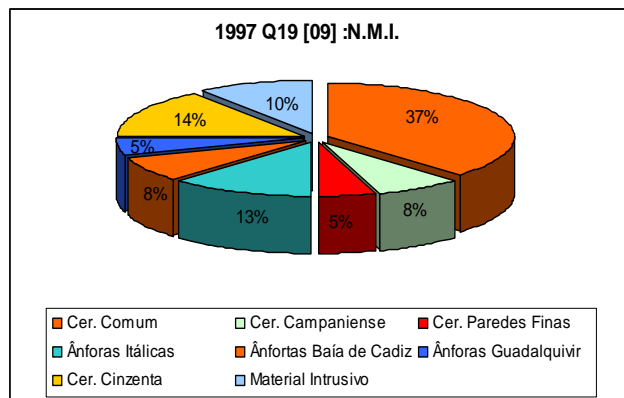
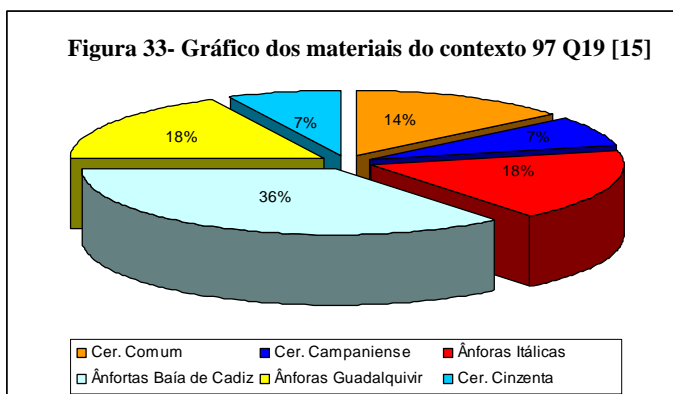


Figura 32- Gráfico dos materiais do contexto 97



A análise deste conjunto cerâmico regista uma clara predominância da cerâmica comum e de cerâmica cinzenta, onde o conjunto anfórico não ultrapassa os 26%. No universo das ânforas as importações itálicas não são maioritárias, uma vez que dominam os exemplares gaditanos.

Na mesma quadrícula, o nível 15 corresponde a um enchimento de fossa, onde dominam as ânforas. Foi possível identificar os tipos Dressel 1, Classe 32 (Mañá C2) bem como a presença de outros tipos indeterminados de produção do Guadalquivir, sendo a forma melhor representada por 10 indivíduos a Classe 32.



Regista-se apenas dois fragmentos inclassificáveis de cerâmica campaniense b-óide e a ausência de cerâmica de paredes finas.

Embora seja uma ocupação cronologicamente idêntica à analisada anteriormente, trata-se de um contexto de diferente funcionalidade, o que se reflecte no registo artefactual.

Deste modo, 76 % do material exumado nesta lixeira corresponde a ânforas, dividindo-se os restantes 24% pela cerâmica comum, cerâmica cinzenta e cerâmica campaniense.

III.6. Intervenção de 1998: Av. 5 de Outubro, nº9.

A escavação arqueológica foi efectuada devido à abertura de sapatas para a construção de um edifício localizado no n.º 9 da Av. 5 de Outubro. Intervenção levada a cabo pelo Dr. Artur Rocha.

Esta escavação revelou a existência de níveis romanos republicanos bem preservados em todas as áreas intervencionadas manualmente: quadrículas Q.5, Q.6, Q.7, Q.8, Q.9 e troço 9, respectivamente.

As condicionantes da intervenção de emergência confinaram a área a intervencionar, deste modo, as áreas escavadas são de pequenas dimensões (4x4 m) e não têm ligação física entre si, o que dificulta uma leitura sincrónica do espaço e a relação entre as realidades identificadas em cada quadrícula.

Os níveis preservados são, na sua maioria, estratos de aterro e/ou nivelamento correspondendo de, modo geral, a um momento de abandono, tendo sido identificado apenas um piso de ocupação (Q8 nível 4) associado a uma estrutura (E5).



Verifica-se a presença de cerâmica de paredes finas (da forma IIB e VIIC de Mayet), de cerâmica campaniense A (da forma Lamb. 6), de cerâmica campaniense B-óide (da forma Lamb. 7 e Lamb. 5/7) e de ânforas Lamb. 2, Dressel 1, Greco-italicas e Tripolitana antiga.

É de salientar que nesta área de escavação os metais são escassos e de uso doméstico (registando-se a presença de uma agulha e de uma pinça), e que a cerâmica de paredes finas é pouco frequente.

No que respeita às estruturas foram identificadas quatro com uma orientação NO-SE nas quadrículas Q5, Q8 e Q9, respectivamente, não tendo sido esta última escavada na sua totalidade.

Deste modo, os contextos preservados com estruturas associadas resumem-se a: Q5 nível 5; estrutura E2 e Q8 nível 5; estrutura E5.

Os contextos identificados revelaram uma ocupação bastante homogénea, tanto ao nível dos tipos presentes, da cronologia de ocupação. É de salientar que nesta zona da Alcáçova não se documentam níveis anteriores à ocupação romana. Trata-se de uma área ocupada pela primeira vez durante a época romana republicana.

Embora a leitura da funcionalidade das características arquitectónicas do espaço seja complexa, e de difícil interpretação, julgamos tratar-se de um momento de ocupação coevo das estruturas edificadas no Sector 1 (vide III.5), sem contudo se documentar qualquer ocupação precedente.

É nesta área de escavação que se documentam o maior número de contentores do tipo Lamboglia 2 em contexto. Curiosamente estes exemplares apresentam uma pasta de características singulares, com uma tonalidade cinzenta e abundantes minerais de origem vulcânica, claramente distinta das produções da apúlia.

Embora exista uma sequência estratigráfica observável em cada uma das quadrículas intervencionadas, como se verifica nas quadrículas 5, níveis 3 e 4; 7, níveis 4 e 5 e 8 níveis 3,4 e E5., não se observam significativas alterações no tipo de material exumado ou na morfologia dos recipientes, sendo por este motivo possível apenas propor uma baliza genérica para a ocupação republicana ali encontrada, o que irá enquadrar indistintamente fases construtivas, de ocupação e de abandono.

De acordo com a cronologia do material exumado, trata-se de uma ocupação centrada entre 80 e 30 a.C. A presença de ânforas de produção do vale do Guadalquivir, aliada à ausência de *Terra Sigillata* itálica permitiu propor esta baliza cronológica.

Em alguns níveis intervencionados, a recorrente presença de ânforas greco-italicas associadas a Dressel 1 de transição, a cerâmica campaniense A (formas Lamb. 6 e 8), fazem supor a existência de uma ocupação republicana mais antiga, muito provavelmente do século II a.C. que terá sido destruída no momento da edificação das estruturas E5 e E2.



III.7. Intervenção de 1999/2000: viveiros do Jardim das Portas do Sol.

A intervenção realizada na área dos viveiros do Jardim das Portas do Sol, entre 1999 e 2000 (designada por Sector 1), resultou na obtenção de uma sequência estratigráfica complexa, onde se documentam as sucessivas ocupações do sítio desde a Idade do Ferro até aos dias de hoje.

A opção metodológica tomada por parte dos directores da escavação de realizar uma intervenção em área, permitiu efectuar uma leitura sincrónica do espaço, caracterizando compartimentos e seus ambientes e fases de ocupação.

Deste modo, iremos incidir na análise da designada Fase IX, que corresponde ao momento tardo-republicano e ao início da ocupação romana no sítio (Arruda et alii, 2000).

Nesta fase, foram identificados 14 compartimentos interligados entre si e duas áreas de corredor designadas por Rua A e Rua B. Estes são os espaços que compõem um edifício de funcionalidade desconhecida, cuja planta se conhece parcialmente.

Os níveis republicanos deste espaço caracterizam-se pela presença de um único momento de ocupação composto por: uma fase construtiva (com estruturas e valas de fundação das mesmas); uma fase de ocupação (com pisos) e um momento de abandono (com estratos de derrube e de aterro).

Para além desta realidade foi identificado um conjunto de fossas de cronologia romana republicana que se encontravam sob o edificado da Fase I

Iremos efectuar a análise destes quatro momentos:

III.7.1. Fase anterior à edificação de estruturas da Fase I.

Este é claramente o contexto romano republicano mais antigo documentado no Sector 1. Trata-se de um momento de ocupação anterior à construção do edifício/compartimentos da Fase IX, caracterizado pela abundante presença de fossas e de alguns níveis/estratos de aterro.

A informação mais relevante sobre este momento é proveniente de fossas que se encontram sob as estruturas dos compartimentos 2, 4, 8, 12, como é o caso da U.E. [716], [413], [722] e [698].

Trata-se de um momento claramente anterior que deve, em nosso entender, ser dissociado dos compartimentos que o sucedem (2, 4, 8 e 12).

Ao nível do registo material, destaca-se a presença de artefactos com um espectro cronológico mais antigo que os contextos subsequentes, nomeadamente logramos identificar na U.E. [413] quatro



fragmentos de bordo de ânfora greco-italica tipo Will E, ânforas itálicas do tipo Dressel 1 e fragmentos de cerâmica campaniense do tipo Lamb. 2.

Dado relevante de análise é a ausência de ânforas de tipologia romana produzidas no vale do Guadalquivir num momento anterior à construção das estruturas. Este indicador cronológico, aliado ao registo material, coloca o início da ocupação romana da Alcáçova de Santarém num momento situado entre o final do século II a.C. e o início do século I a.C.

Os níveis supra referidos, são caracterizados pela presença de artefactos metálicos de ferro, cuja classificação como peças de armamento é inequívoca. Estes materiais revelam uma função eminentemente militar do sítio num momento anterior a qualquer estrutura romana edificada. Esta ocupação, anteriormente documentada apenas através de alguns materiais descontextualizados (Arruda e Almeida, 1999) é aqui, pela primeira vez, associada a um contexto preservado.

Para além das fossas supra referidas foi escavada uma U.E. [221] que apresenta um conjunto significativo de ânforas itálicas Dressel 1, ânforas de produção do Guadalquivir, dois bordos e dois fundos de Lamboglia 1 cerâmica campaniense b-óide, um fragmento de um unguentário, e um fragmento de lucerna do tipo Dressel 2/3. Este conjunto de materiais sugere uma cronologia mais tardia, cujo início deverá remontar ao segundo quartel do século I a.C. e poderá atingir o final do mesmo século.

Este estrato de enchimento encontra-se sob uma estrutura da Fase VIII de cronologia romano imperial. Coloca-se a hipótese de se enquadrar num momento posterior, uma vez que é a única U.E. desta sub-fase que apresenta um registo artefactual diferente e que não está associada a nenhuma estrutura da Fase IX.

III.7.2.Fase de construção.

Por razões metodológicas inerentes aos trabalhos de escavação efectuados, as estruturas desta fase permanecem, na sua totalidade, conservadas *in situ* (Esta opção surgiu no âmbito de um projecto de musealização das ruínas arqueológicas promovido pela Câmara Municipal de Santarém). Nesta fase inserem-se os materiais provenientes das valas de fundação das estruturas edificadas, que correspondem as U.E.s [373], [696], [640], [711] e [722].

Tratam-se de momentos construtivos dos compartimentos 2, 4, 6, 7, 8, 13 e 14, que apresentam ânforas de produção gaditana, ânforas itálicas da forma Dressel 1, cerâmica campaniense b-óide da forma Lamb.7, cerâmica de paredes finas formas IIIB, IIB e VIII de Mayet .



O material exumado nestes contextos não é abundante. Contudo é expressivo ao nível cronológico, particularmente a vala fundacional do compartimento 2. Aqui a associação da cerâmica de paredes finas a cerâmica campaniense e a ânforas, permite datar com alguma serenidade esta ocupação entre o segundo quartel do século I a.C. e agosto. A presença de exemplares da Classe 67 na U.E. [709], cuja cronologia de produção está centrada em meados do I a.C., aliada à existência de cerâmica de parede finas das formas VIII e IIIB de Mayet, sugere uma cronologia centrada em meados do século I a.C.

Saliente-se que sobre as estruturas edificadas, regista-se um complexo alto imperial, cuja implantação é idêntica às estruturas precedentes, que evidência uma clara continuidade no que respeita às características da ocupação subsequente.

III.7.3.Fase de ocupação.

Verifica-se a presença de escassos exemplares de ânforas itálicas em pisos no interior de alguns compartimentos como é o caso da U.E. [339], no compartimento 1, e da U.E. [671], na Rua B. Contudo nestes estratos não existem outros materiais classificáveis associados (isto é, metais, lucernas, cerâmica de paredes finas ou cerâmica campaniense).

Apenas num piso do compartimento 8, a U.E. [688], foram recolhidos três fragmentos de bordo de cerâmica campaniense b-óide, das formas Lamb. 5/7 e alguns fragmentos de cerâmica de paredes finas (formas II, III e VIII de Mayet) e um fragmento de bordo de ânfora produzida no vale do Guadalquivir.

No compartimento 6, a U.E. [669] corresponde a um piso onde foi exumado um fragmento de cerâmica de paredes finas da forma X de Mayet, datado entre a primeira metade do século I a.C. até agosto.

Na fase de ocupação, verifica-se a escassez de ânforas de produção mediterrânea em contextos de deposição primária, tendo sido identificados apenas três indivíduos que correspondem a exemplares de Dressel 1.

Trata-se possivelmente de um momento tardio situado num momento final do século I a.C., que corresponde ao final de produção das ânforas itálicas, como a Dressel 1, Lamboglia 2 e de Brindes.



III.7.4.Fase de abandono.

O último momento da Fase IX caracteriza-se pela presença de estratos de derrube e aterro, que correspondem a uma fase de abandono.

Nos referidos níveis, verifica-se a presença de ânforas de produção mediterrânea nos compartimentos 1, 2, 12, 14, rua A e B. No compartimento 1, na U.E. [297], foram recolhidos fragmentos de cerâmica campaniense Lamb. 5, cerâmica de paredes finas das formas III e VIII de Mayet e uma *Terra sigillata* itálica da forma Consp. 14.1, datada de 10 a.C. 10 d.C. (Ettlinger et alii, 1990 e Viegas, 2003, p.55-56) que datam o momento mais tardio desta sub-fase (Rua A [331]).

O fragmento de cerâmica de paredes finas da forma XIV de Mayet atesta uma cronologia augustana para a U.E. [331]. Destaque-se ainda a presença de ânforas de produção do vale do Guadalquivir nos níveis de aterro do compartimento 14 ([357]).

III.8.Intervenção de 2001: Alargamento da cozinha do restaurante das Portas do Sol.

A intervenção de emergência realizada em 2001 consistiu na abertura de uma sondagem na zona anexa ao restaurante das Portas do Sol.

A área de escavação (designada por Sector 2) é claramente de menores dimensões que a intervencionada no ano anterior. Os contextos romanos republicanos onde foram exumados fragmentos de ânfora de produção mediterrânea são escassos, e o número total de indivíduos documentados em contexto não ultrapassa os 16 exemplares.

Na maioria dos contextos, foram recolhidos apenas um ou dois exemplares classificáveis, tratando-se na muitas das vezes de fragmentos de asa.

Deste modo, são apenas quatro os níveis que registam mais de um exemplar em contexto, nunca ultrapassando os três indivíduos.

Por este motivo, considerei os dados disponíveis claramente insuficientes para efectuar uma leitura funcional do espaço ou para propor uma baliza cronológica estreita.

As ânforas apresentadas são da forma Dressel 1, Tripolitana Antiga e Lamboglia 2. A maioria dos níveis não tem materiais associados, com excepção da UE. 149, onde foi recolhido um fragmento de bordo de cerâmica campaniense b-óide da forma Lamb. 8.

Este conjunto artefactual remete-nos claramente para uma ocupação do século I a.C., a inexistência de outros materiais associados aliada à ausência de um inventário de todos os fragmentos classificáveis, não permite outras considerações.



III.9. Enquadramento cronológico da Ocupação republicana na Alcáçova de Santarém: síntese do faseamento.

De acordo com a nossa análise artefactual baseada no estudo das ânforas de produção mediterrânea, da cerâmica campaniense, da cerâmica de paredes finas e dos metais, aponto para uma sub-divisão do faseamento da ocupação romana republicana da Alcáçova em duas fases distintas, um primeiro momento datado entre o final do século II e inícios do I a.C., caracterizado pela ausência de estruturas, constituído essencialmente por fossas, com abundante material itálico e artefactos de ferro de cariz militar (armamento). E um segundo momento tardo-republicano, datado entre o segundo quartel do século I e o reinado de Augusto, caracterizado estruturalmente pela edificação, ocupação e abandono de uma estrutura de consideráveis dimensões, de funcionalidade indeterminada.

Neste ultimo edificado (que corresponde ao sector 1), os materiais encontram-se dispersos pelos diversos compartimentos, sendo frequente a presença de ânforas itálicas, cerâmica campaniense, maioritariamente de produção b-óide e cerâmica de paredes finas.

A análise da distribuição espacial que agora se apresenta revela uma maior concentração de materiais nos compartimentos 2, 12 e 14, e uma quase total ausência nos compartimentos 5, 6, 9, 10 e 11.

A par destas realidades melhor preservadas provenientes da escavação em área, realizada em 1999/2000, registam-se um conjunto de realidades dispersas por diferentes locais da Alcáçova, exumadas nas restantes intervenções.

Deste modo, podemos concluir que, percentualmente, e relativamente à área escavada, a maior concentração cerâmica de importação itálica se encontra em dois locais distintos: a Av. 5 de Outubro e no Jardim das Portas do Sol. Onde a maior concentração de ânforas itálicas verifica-se no primeiro destes dois sítios, cuja ocupação se inicia num momento não anterior ao século I a.C.

Estes indícios apontam, em meu entender, para um claro aumento da área ocupada/habitada a partir do final do primeiro quartel do século I a.C.

A existência de um número muito significativo de metais de ferro e cobre enquadráveis no âmbito de ornamentos e armamento evidencia a existência de uma presença militar.

Contudo, julgo a análise contextual permitiu aferir que essa é uma presença restrita no espaço e no tempo. ou seja, os depósitos que reuniram o maior conjunto de artefactos metálicos, com estas



características, correspondem aos contextos romanos republicanos mais antigos que aqui foram identificados.

Por outro lado, locais que foram ocupados, de raiz, num momento posterior, como a área intervencionada na Av. 5 de Outubro, apresentam um número muito inferior de artefactos metálicos.

A título de exemplo, refira-se que na intervenção que revelou abundantes contextos do século I a.C. e a maior concentração de ânforas itálicas por m², foram recolhidos em contexto apenas 2 numismas e 5 outros artefactos metálicos de uso quotidiano. Não existindo aqui qualquer adorno de cavalaria ou elemento de armamento.

Deste modo, considero que num momento recuado do século I a.C. a Alcáçova de Santarém apresenta algumas características eminentemente urbanas, que a distingue de outros locais de análoga cronologia.

Existem indícios claros de separação de espaços, onde se documenta a existência de diferentes funcionalidades, por este motivo consideramos a hipótese do alargamento da área ocupada, que ocorreu a partir do início do século I a.C., seja decorrente de um aumento populacional e de uma necessidade de criar espaços residenciais, aspecto patente em qualquer aglomerado populacional de características urbanas.

Resta ainda dizer que os contextos de abandono documentados revelam que o século I a.C. terá funcionado como um período de reestruturação do espaço e de criação de áreas diferenciadas, onde durante o reinado de augusto foram edificados complexos habitacionais e religiosos de cariz monumental, como parece ser o caso do *podium* do templo romano identificado no Largo da Alcáçova.

III. 10. Distribuição espacial.

Pela análise contextual efectuada foi possível observar uma concentração desigual dos fragmentos em contexto pelas diversas áreas de escavação.

Verifica-se um maior número de exemplares (cerca de 79%) nas áreas da Av. 5 de Outubro e nos viveiros do jardim das Portas do Sol, que além de uma expressão óbvia percentual, demonstra uma relação entre a dimensão das áreas escavadas e o número de exemplares conservados (como se verifica, nomeadamente na intervenção de 1992-93: Igreja de Santa Maria da Alcáçova).



Se por um lado há que ter em consideração que em algumas áreas a profundidade dos revolvimentos afectou, parcial ou totalmente, os níveis preservados, a totalidade dos fragmentos recolhidos em diferentes áreas de escavação vem confirmar esta assimetria.

Existe uma efectiva distribuição espacial que permite circunscrever a área ocupada. Algumas das áreas

escavadas não apresentam quaisquer níveis conservados, o que se verifica particularmente na intervenção de 1983-87 e de 1994-95. Outras porém, revelaram níveis preservados em toda a área escavada, como se verificou em 1998 e em 1999-2000. Destaca-se com quase 50% dos materiais em contexto os níveis associados ao complexo de estruturas identificadas no sector 1.

Os níveis romanos republicanos, apresentam uma dispersão distinta da ocupação da Idade do Ferro, encontram-se localizados maioritariamente na zona Norte da Alcáçova, distanciando-se das vertentes escarpadas viradas para o Tejo.

A diferente implantação desta ocupação romana, embora possa em parte ser fruto de diferentes metodologias e opções de escavação poderá ter vários significados.

Para além da evidente implantação privilegiada sobre um esporão rochoso com excelente visibilidade, que permite uma melhor defensabilidade a Sul, Este e Oeste, denota-se uma concentração da ocupação a Norte, onde os níveis da Idade do Ferro são desconhecidos.

O que poderá significar uma intencionalidade na implantação de carácter defensivo, uma vez que é justamente na área setentrional que se encontra a vertente mais acessível e desprotegida. Ao observarmos o mapa de distribuição dos materiais em contexto, verifica-se uma clara concentração de contextos, materiais e estruturas de época romana republicana na área norte da alcáçova.

Naturalmente que não é possível atestar uma intencionalidade na concentração da população, saliento mais uma vez, que esta distribuição pode ser apenas um reflexo de condicionalismos de escavação e de diferentes níveis de revolvimento.

Esta é apenas uma hipótese de trabalho que carece de confirmação arqueológica, e que apenas futuros trabalhos poderão fundamentar esta proposta.

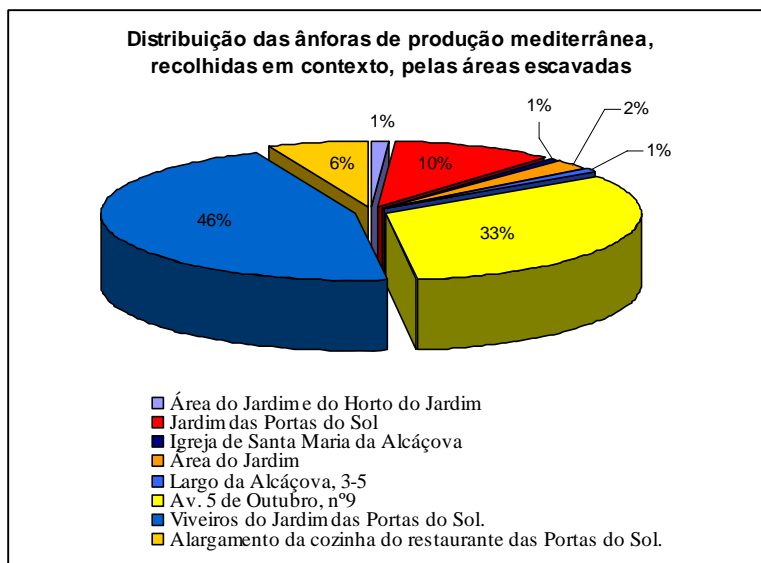


Figura 34- Gráfico da distribuição das ânforas pelas áreas escavadas.



III.11.1. Cerâmica de Paredes Finas

A cerâmica de paredes finas da Alcáçova de Santarém foi já alvo de um estudo e publicação (Arruda e Sousa, 2003). Contudo, a existência de alguns fragmentos inéditos, a sua associação contextual, e a funcionalidade destes recipientes, justificam, em meu entender o seu enquadramento neste trabalho.

Por uma questão metodológica, relacionada com o estudo anteriormente desenvolvido, optei por manter genericamente a tipologia utilizada pelas autoras e apenas remeter para algum outro enquadramento tipológico, sempre que tal se justifique. Optei por efectuar uma descrição sintetizada uma vez que outros aspectos, metodológicos e tipológicos foram já desenvolvidos na publicação *supra* referida (Ibidem).

Nos contextos já analisados, regista-se a presença de 31 fragmentos classificáveis de cerâmica de paredes finas, que se dividem por seis formas distintas.

Documenta-se a presença de copos, formas I,II e III de Mayet, copos altos , formas VIII e XIV de Mayet e taças, forma IX de Mayet (1975).

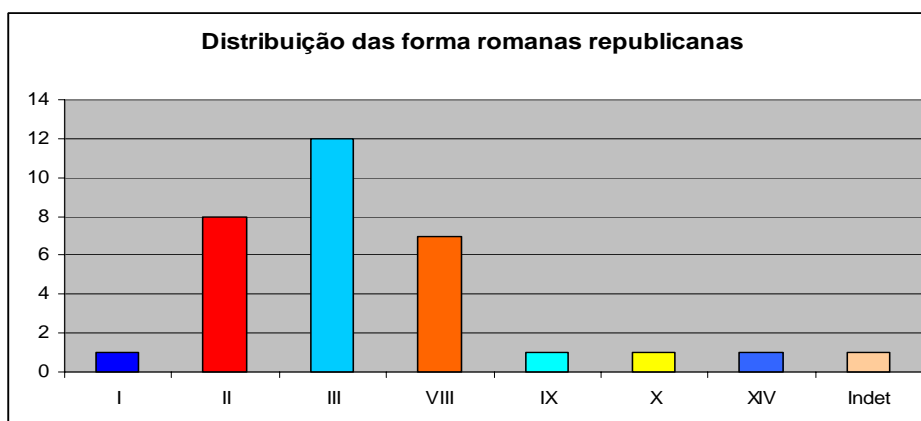


Figura 35- Gráfico das formas de Cerâmica de Paredes finas em contexto.

Forma I de Mayet.

Copo pequeno, fusiforme, caracteriza-se por um bordo moldurado e de perfil em S (Mayet,1975, 24-25).

Trata-se da forma mais antiga que surge habitualmente em contextos do século II a.C. embora surja igualmente associada a contextos da primeira metade do século I a.C.(Arruda e Sousa, 2003).

Na Alcáçova de Santarém foi classificada, com algumas reservas, um bordo, embora apresente o típico ressalto caracterizador trata-se de um bordo grosseiro um pouco incaracterístico (estampa XXX, n.º261). A análise da pasta permitiu apontar como área de fabrico a Itália Central, muito

As importações anfóricas do Mediterrâneo durante a época romana republicana na Alcáçova de Santarém.



presumivelmente na Campânia (Ibidem). Este fragmento surge num contexto da segunda metade do século I a.C. (1988, sector B nível 7), encontrando-se claramente num contexto de deposição secundária.

Forma II de Mayet.

Corresponde a um copo de perfil fusiforme ou ovóide, de bordo alto de perfil convexo ou oblíquo, ligado à pança através de um estreitamento.

Das cinco variantes integradas por F. Mayet nesta forma, duas estão documentadas nos níveis preservados Alcáçova de Santarém. O âmbito cronológico é bastante lato, o início desta produção terá ocorrido no último quartel do século II a.C., forma II A, (MAYET, 1975: 27). Esta forma está documentada durante o século I a.C., Forma 2B (Ibidem), até ao principado de Augusto, forma 2D, (MARABINI, 1973: 60).

Documenta-se seis fragmentos classificáveis em contexto (estampa XXX).

Forma III de Mayet.

Copo de perfil ovóide, bordo alto, vertical côncavo e fundo ligeiramente côncavo.

Cronologicamente podemos situar a produção desta forma entre o segundo quartel do século I a.C. e o principado de Augusto, tratando-se da forma típica do século I a.C. (Arruda e Sousa, 2003).

De acordo com a tipologia de F. Mayet a forma III foi dividida em seis variantes segundo as variações de forma e decoração (MAYET, 1975: 29-30). Em Santarém estão presentes as variantes 3.1, 3A e 3B. Trata-se da forma melhor representada nos contextos da Alcáçova de Santarém existindo 11 exemplares em contexto.

A forma 3.A é idêntica à forma 3 distinguindo-se apenas pela presença de duas asas caneladas, e pelos fundos largos côncavos rematados por um pequeno pé. Embora a cronologia de produção seja de um modo geral o século I a.C. (Arruda e Sousa, 2003,264).O fragmento em contexto aponta uma utilização destes recipientes apenas na segunda metade do século I a.C.(estampa XXXI, n.º281).

Forma VIII de Mayet.

Documentam-se nos contextos republicanos sete fragmentos passíveis de integração na forma VIII. Dois destes fragmentos (estampa XXXI, n.º283 e 284) apresentam características atípicas desta *As importações anfóricas do Mediterrâneo durante a época romana republicana na Alcáçova de Santarém.*



forma e foram aqui integrados com algumas reservas, como alias já tinha sido realizado em estudo anterior (Arruda e Sousa, 2003, 261).

Os restantes quatro fragmentos pertencem à forma 8C de bordo alto e convexo, pés côncavos ou plano-concavos. Ao nível da cronologia para além dos exemplares republicanos datados do terceiro quartel do século I a.C., documentam-se também alguns exemplares em contextos augustanos (Ibidem).

Forma IX de Mayet.

Regista-se apenas a presença de um fragmento da forma IX (estampa XXXI, n.º290), inspirada em modelos metálicos de época helenística, caracteriza-se por possuir duas asas que arrancam do bordo. A cronologia de produção é de acordo com o naufrágio de Madrague les Giens (TCHERNIA *et al.*, 1978: 17) e com a cronologia proposta por F.Mayet (Mayet, 1975, 42) entre o primeiro e o terceiro quartel do séc. I a.C.

O fragmento da alcáçova de Santarém foi exumado num contexto de 75-25 a.C.

Forma X de Mayet.

Enquadramos com muitas reservas um fragmento de fundo na forma X de Mayet (estampa XXXI, n.º291), que tal como a forma IX, corresponde a uma taça de duas asas. A cronologia de produção está balizada entre a primeira metade do século I a.C. e o principado de Augusto (Arruda e Sousa, 2003, 270).

Forma XIV

Vaso alto, cilíndrico, rematado por um fundo plano. Nos contextos analisados documenta-se apenas um fragmento de bordo desta forma (estampa XXXI, n.º292).

No que respeita à cronologia, a datação do contexto, em torno do principado de Augusto corresponde à documentação desta forma nos níveis do final do século I a.C. de Badalona e Ampúrias (Arruda e Sousa, 2003)



III.11.2. Cerâmica Campaniense

O conjunto de cerâmica campaniense que apresentamos reporta-se exclusivamente aos contextos republicanos abordados neste trabalho.

Trata-se de uma pequena amostra de um conjunto inédito de grandes dimensões no que respeita a número de exemplares, formas e fabricos.

A cerâmica campaniense em contexto divide-se em produções de A, B-óide e de pastas cinzentas, num total de 61 fragmentos classificáveis (bordos e fundos).

Os exemplares de cerâmica campaniense A encontram-se num estado muito fragmentário. Contudo e por se tratar na maioria de fragmentos de bordo, foi possível efectuar a classificação de nove dos onze fragmentos analisados. Os fragmentos desta produção apresentam pastas compactas rosadas e um verniz espesso e aderente de cor negra esverdeada.

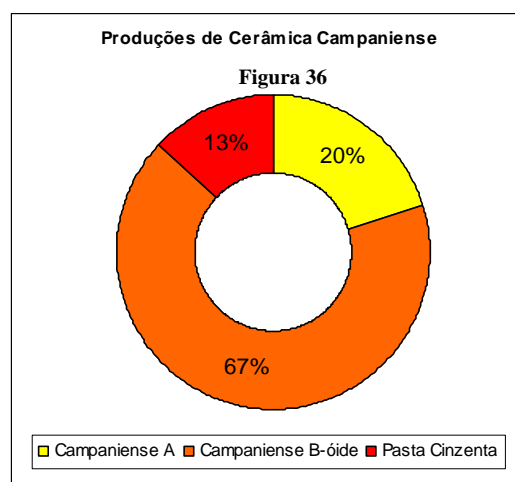


Figura 37-Quadro Tipológico da Cerâmica Campaniense

Produção	Forma	N.M.I.	N.M.I.(%)	n.m.i.	n.m.i.(%)
A	Lamb.5	1	2%	1	2%
	Lamb.6	1	2%	1	2%
	Lamb.8	1	2%	1	2%
	Lamb.31 a	1	4%	1	2%
	Lamb.33 b	2	4%	2	3%
	Lamb.36	1	2%	1	2%
	Lamb.55	1	2%	1	2%
	Indet	2	4%	2	3%
	B-óide	Lamb.1	12	21%	12
Lamb.2		2	4%	2	3%
Lamb.3		2	4%	2	3%
Lamb.4		1	2%	1	2%
Lamb.5		6	11%	6	10%
Lamb.7		2	4%	2	3%
Lamb.5/7		4	7%	7	12%
Lamb.1/8		4	7%	8	14%
Indet.		2	6%	2	3%
Pasta cinzenta	Lamb.2	1	2%	1	2%
	Lamb.7	1	2%	1	2%
	Lamb.1	1	2%	1	2%
	Lamb.1/8	1	2%	1	2%
	Indet.	2	4%	2	3%
Total		54	100%	61	100%

O repertório formal da cerâmica campaniense A é variado. Estão documentadas sete formas distintas: Lamb.5, Lamb.6, Lamb.8, Lamb.31, Lamb.33, Lamb.36 e Lamb.55.

Os exemplares desta produção aqui apresentados, embora tenham sido exumados em níveis romanos republicanos, encontram-se, na maioria das vezes, em contextos tardios, datados da segunda metade do século I a.C. Por este motivo, são referenciados como em contexto de deposição secundária.

As produções designadas de B-óide dominam o conjunto registando-se 42 exemplares em contexto. Neste âmbito a forma melhor



documentada corresponde às taças Lamb.1 e Lamb.1/8. Outra das formas bem documentadas é a Lamb. 5/7. O conjunto apresenta uma grande variedade, formal tendo sido igualmente identificado exemplares das formas Lamb.2, 3 e 4.

Os fabricos documentados reproduzem na sua totalidade repertórios formais das produções em B e apresentam acabamento de baixa qualidade. As pastas possuem uma tonalidade variável entre o bege e o acinzentado, sendo visível, através de uma análise macroscópica elementos não plásticos de pequenas dimensões, como micas e calcites.

Os vernizes são baços, com uma espessura irregular e pouco aderentes e adquirem uma tonalidade acinzentada ou esverdeada e por vezes apresentam reflexos metalizados.

Os exemplares de produção B-óide são aqueles que se encontram melhor preservados tendo sido exumados algumas peças inteiras.

A produção representada com o menor número de exemplares é a de pastas cinzentas que conta com oito exemplares em contexto. Apenas três fragmentos permitiram a integração nas categorias formais Lamb.1, 2, 7 e 1/8.

No que respeita à pasta, os exemplares apresentam pastas cinzentas escuras porosas, revestidas por um verniz mate de cor preta que cobre a superfície interna e externa dos fragmentos.

Forma 1 de Lamboglia.

Trata-se da forma de cerâmica campaniense melhor documentada nos contextos romanos republicanos da Alcáçova de Santarém, sendo a totalidade dos fragmentos de produção b-óide (estampa XXXIII)

As taças apresentam um perfil de bordo e um diâmetro variável, com uma, duas ou três caneluras, que podem ser genericamente enquadradas nas séries F2320/30/50 de Morel (1981 e Lamboglia, 1952, 143-144).

Trata-se de uma forma produzida ao longo da segunda metade do século II a.C. e de todo o século I a.C. até ao principado de Augusto, contudo, a maioria dos exemplares apresentados foi recolhida no sector B nível 7 datado do 3º quartel do século I a.C., os restantes enquadram-se num âmbito cronológico mais alargado entre o segundo e o terceiro quartel do século I a.C.(Ibidem e Py, 1993, 151).



Forma 2 Lamboglia.

Pequena taça de bordo esvazado e paredes côncavas, rematada por um fundo de pé anelar, corresponde à forma F 1141, 1222, 1226, 1251 e 2622 de Morel (Lamboglia, 1952, 144-145 e Morel 1981).

Na Alcáçova de Santarém identificamos três exemplares enquadráveis nesta forma, dois fragmentos em cerâmica campaniense B-óide (estampa XXXV n.º324 e 325), e um fragmento em produções de pasta cinzenta (estampa XXXVIII).

Um dos exemplares (n.º325) foi classificado com alguma reservas uma vez que se trata de um pequeno fragmento de carena e do arranque do pé que não permite a sua classificação segura, esta peça foi recolhida num contexto mais antigo caracterizado pela presença de ânforas greco-italicas e de Dr.1 de transição.

A cronologia de produção desta forma está balizada entre o último quartel do século II a.C. e o principado de Augusto. Os restantes exemplares surgem num contexto tardio, de 50-25 a.C. (Py, 1993, 151)

Forma 3 de Lamboglia.

Pequeno copo, também designado por *pyxis*, corresponde à série F7540/7550 de Morel (1981 e Lamboglia, 1952, 158). Regista-se apenas dois exemplares desta forma (estampa XXXV n.º326 e 327), tratam-se de fragmentos de bordo de pequeno diâmetro (> 9 cm) ligeiramente esvazado, parede côncava, em fabrico b-óide. Utilizado como recipiente para beber ou como contentor de pequenas dimensões, trata-se de uma das raras formas fechadas aqui identificadas.

Este copo é produzido a partir de meados do século II a.C. e perdura até ao final do século I a.C. Os contextos de recolha dos exemplares escallabitanos não são muito expressivos, um dos fragmentos foi recolhido num contexto augustano e o outro num nível datado do século I a.C. (Py, 1993, 151-153).



Forma 4 de Lamboglia.

São taças pouco profundas, de bordo pendente e pé alto, correspondem à série F 1412/13/14/16 de Morel (1981) e foram produzidas exclusivamente em cerâmica campaniense B e B-óide. Desconhece-se ao certo a sua funcionalidade, uma vez que poderiam ter sido utilizadas como suporte.

A sua produção inicia-se no último quartel do século II a.C. e perdura até 25 a.C. (Py, 1993, 152).

O exemplar da Alcáçova de Santarém é um fragmento de bordo pendente em cerâmica campaniense b-óide (estampa XXXV, n.º328), que apresenta um contexto de recolha pouco esclarecedor, centrado grosso modo no século I a.C.

Forma 5 de Lamboglia.

Prato de bordo vertical não carenado, com um diâmetro variável entre os 16 e os 34 cm, corresponde à F 2250/60 (Lamboglia, 1952 e Morel, 1981). Na Alcáçova de Santarém lográmos identificar seis exemplares desta forma.

O fragmento n.º293 corresponde a um fundo de cerâmica campaniense A e foi enquadrado neste tipo, com algumas reservas, uma vez que não conserva o bordo (encontra-se num contexto de deposição secundária). Os restantes fragmentos são bordos de cerâmica campaniense B-óide.

Esta forma é produzida em cerâmica campaniense A a partir do segundo quartel do século II a.C., tendo sido igualmente produzida em B a partir de meados dessa centúria. Esta forma está documentada em produções de A, B e C e de pasta cinzenta e foi fabricada até 25 a.C. (Py, 1993, 147-154)

Os contextos de recolha são tardios, estão centrados no segundo e terceiro quartel do século I a.C.

Forma 6 de Lamboglia.

Foi exumado um fragmento de bordo desta forma, em cerâmica campaniense A, proveniente do Q6 nível 4 da intervenção da Avenida 5 de Outubro, datado do século I a.C, possivelmente da primeira metade (estampa XXXII, n.º294).

O fragmento corresponde a um prato de bordo exvertido em aba que apresenta uma ligeira ondulação corresponde à F1443 de Morel (1981). O início de produção ocorre em meados do século



II a.C. e a forma foi produzida até ao final da Republica (Lamboglia, 1952, 168-169 e Py, 1993, 147).

Forma 7 de Lamboglia.

Registam-se três fragmentos de bordo de Lamb. 7 (estampa XXXV, n.º336 e 337). Trata-se de um prato amplo de bordo vertical, separado da parede por uma carena bem marcada (Lamboglia, 1952, 147-148), e corresponde à F2280 de Morel (1981). Os diâmetros dos exemplares da Santarém variam entre os 20 e os 36 cm. Um dos exemplares apresenta uma pasta cinzenta e um engobe espesso e os restantes apresentam uma pasta b-óide.

A produção desta forma inicia-se na Etrúria em meados do século II a.C., sendo a produção em campaniense C mais tardia, de finais da mesma centúria. O seu fabrico perdurou até ao final da Republica, início do principado de Augusto (Py, 1993, 152).

Os fragmentos são provenientes de contextos republicanos tardios do segundo e terceiro quartel do século I a.C., não estando documentados em contexto exemplares de uma fase mais arcaica da produção.

Forma 5/7 de Lamboglia.

Existem alguns fragmentos de pratos em contexto, cujo estado de conservação não permite diferenciar se estamos perante uma forma 5 ou uma forma 7. Tratam-se de quatro fragmentos de pé/fundo e de dois fragmentos de bordo de cerâmica campaniense b-óide, que foram classificados indistintamente como Lamboglia 5/7.

Forma 8 de Lamboglia.

No nível 5, do Q7 da intervenção da Av. 5 de Outubro n.º9, foi exumado um fragmento de bordo de cerâmica campaniense A que classificamos, com algumas reservas, da forma Lamb.8 (estampa XXXII, n.º295). Trata-se de uma taça pouco profunda de bordo rectilíneo, que apresenta uma cronologia de produção de 150-100 a.C.(Py, 1993, 147). Este fragmento encontra-se em deposição secundária, uma vez que o contexto onde foi exumada apresenta uma cronologia mais tardia.

Alguns dos fragmentos de fundo/pé em cerâmica campaniense A recolhidos poderão ser enquadrados neste tipo embora com muitas reservas.



Forma 1/8 de Lamboglia.

Há um conjunto de cinco fragmentos de bordo, cuja caracterização morfológica permite o seu enquadramento nas formas 1 e 8 de Lamboglia. Trata-se de taças côncavas lisas ou com uma ou duas caneluras, um dos fragmentos apresenta pastas cinzentas e os restantes inserem-se em fabricos b-óides.

A produção desta forma está balizada entre o século II a.C e o final da republica.

Forma 31 A de Lamboglia.

Taça profunda de bordo e parede ligeiramente esvertida, rematada por um pequeno pé anelar, produzida exclusivamente na Campânia, corresponde à forma F 2754 de Morel (1981). O exemplar escalabitano apresenta na parede interna do bordo duas finas bandas pintadas a branco, entre as quais se encontra uma decoração incisa ondulada. A cronologia de produção é bastante lata, balizada entre 225e 75 a.C.(Py, 1993, 148)

Na Alcáçova de Santarém o fragmento que integrei nesta forma (estampa XXXII, n.º296) encontra-se em de deposição secundária, tendo em consideração que a cronologia apresentada para o contexto é de 50-25 a.C.

Forma 33 de Lamboglia.

Classificamos dois pequenos fragmentos de bordo rectilíneo e oblíquo de cerâmica campaniense A, com algumas reservas, na forma Lamb.33 (1952, 181-182). Corresponde à F-212-2154 de Morel (1981).

Trata-se de uma taça funda de parede obliqua e grande diâmetro, que está sub-dividida em duas variantes: a variante A apresenta uma decoração pintada idêntica à forma Lamb.31 A e a variante B é caracterizada por um pequeno espessamento interno ao nível do bordo (Py, 1993, 148).

Julgamos poder enquadrar o fragmento n.º297, na variante B. A cronologia de produção desta forma é bastante lata balizada entre 225 e 50 a.C. (Ibidem). Esta forma surge num contexto de meados do século I a.C.



Forma 36 de Lamboglia.

Regista-se apenas um fragmento de bordo em cerâmica campaniense A da forma Lamb.36 (estampa XXXII, n.º299). Trata-se de um prato de bordo em aba, de paredes oblíquas e pé anelar, com uma cronologia de produção balizada entre o último quartel do século III e o terceiro quartel do século I a.C. (Lamboglia, 1952, 182; Morel 1981 e Py, 1993, 148). O contexto de recolha está datado do século I a.C, documenta o momento final da produção desta forma.

Forma 55 de Lamboglia.

Num contexto do terceiro quartel do século I (sector B, nível 7), foi recolhido um fragmento de bordo em cerâmica campaniense A da forma Lamb.55 (estampa XXXII n.º300). Trata-se de um prato muito esvaziado paredes oblíquas e bordo reentrante, datado de 200/100 a.C. (Lamboglia, 1952, 196-197; Morel 1981 e Py, 1993, 150)

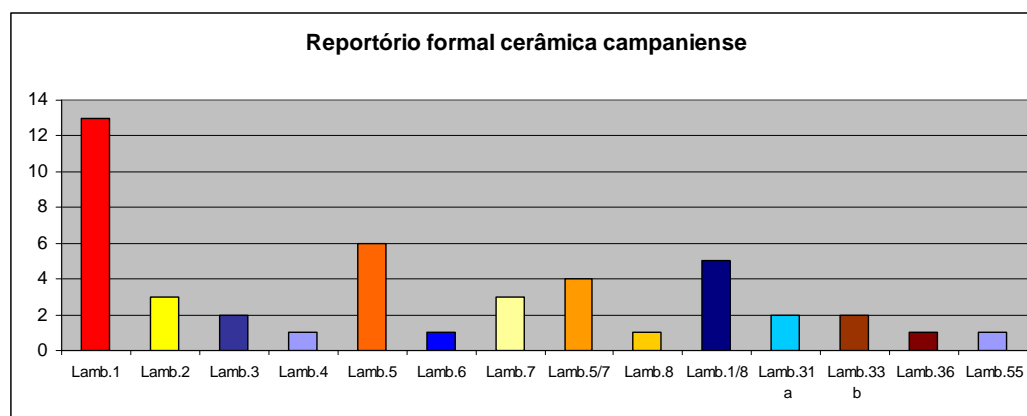


Figura 38- Gráfico das formas de cerâmica campaniense documentadas em contexto.



IV. Análise quantitativa.

IV.1. Introdução,

IV.2. Método A.

IV.3. Método B.

IV.4. Método C.

IV.5. Método D.

IV.6. Método E.

IV.7. Método F.

IV. Método G.

IV. 9. Análise quantitativa do conjunto.



IV.1. Introdução.

No momento de efectuarmos a análise quantitativa do conjunto confrontei-me com algumas dificuldades na divisão dos fragmentos nos diversos tipos e na contabilização do número mínimo de indivíduos.

Em primeiro lugar, impôs-se a separação dos bordos de ânforas greco-italicas e de Dressel 1 itálicas. Por outro lado, registava-se um elevado número de fragmentos de asa e fundo passíveis de integração em qualquer uma destas formas. Esta constatação impossibilitou uma atribuição formal segura da maioria destes fragmentos e, por consequência, uma quantificação formal do N.M.I.

O número avultado de fragmentos classificáveis de proveniência itálica gerou uma massa informativa, cujo tratamento estatístico se afigurava difícil sem a presença de um pressuposto quantitativo aplicável ao conjunto.

Deste modo, inspirados no trabalho realizado por F. Maza (1998) optei, no que respeita aos fragmentos de bordo, por ensaiar vários métodos classificativos preconizados por diferentes investigadores, de modo a verificar a sua operacionalidade e aplicabilidade ao conjunto em estudo.

IV.2. Método A.

De acordo com tripartição tradicional do tipo Dressel 1, preconizada por N.Lamboglia (1955, 241-270), que divide os fragmentos de bordo em três variantes A, B e C., Tchernia propôs um agrupamento de acordo com a altura de bordo, criando três grupos: o primeiro, mais arcaico, corresponde a bordos cuja altura é inferior a 3,5 cm; o segundo, engloba indistintamente ânforas greco-italicas e Dressel 1 A, caracteriza-se por fragmentos cuja altura de bordo não exceda os 5,5 cm; e o último que compreende as variantes 1B e 1C com uma altura de bordo superior a 5,5 cm (Tchernia, 1986, 313).

Ao quantificar o conjunto de bordos da Alcáçova de Santarém obtivemos os seguintes resultados:

Greco-italicas até 3,5 cm (N.M.I.)	N.M.I.%	Dressel1/greco-italicas > 5,5 cm (N.M.I)	N.M.I %	Dressel 1B/C < 5,5 cm (N.M.I)	N.M.I %
01	43%	69	23%	126	3

Figura 39 – quantificação dos bordos da Alcáçova de Santarém de acordo com o Método de Tchernia.

A contabilização e divisão de acordo com este método compromete a leitura dos resultados, tendo em consideração que, na primeira categoria o número de ânforas greco-italicas aumenta



exponencialmente. Por outro lado, tornasse agrupar a totalidade das ânforas greco-italicas, uma vez que, a segunda categoria corresponde, indistintamente, a exemplares de Dressel 1 A e de Greco-italicas.

Este método, para além de não efectuar uma sub-divisão formal aplicável às ânforas Dressel 1, não permite a distinção entre as formas greco-italicas e as Dressel 1.

IV.3.Método B.

Este método consiste na divisão da altura dos bordos pela sua espessura e no agrupamento de fragmentos de acordo com os índices apresentados. Estas medições permitem com segurança identificar os exemplares greco-italicos e de Dressel 1.

Por este motivo optei, em primeiro lugar, por diferenciar os fragmentos de bordo das ânforas Dressel 1, Dressel 1 de transição e greco-italicas através da aplicação do método de Gateau (1990).

Deste modo, foi processada toda a informação respeitante a espessura e altura dos fragmentos de bordo. A altura de cada bordo foi dividida pela sua espessura e o resultado desta equação foi agrupado de acordo com valores pré-estabelecidos:

$$\text{Altura bordo} / \text{Espessura bordo} =$$

Resultados > a 1,3 = Greco-italica

<1,3 > 1,4= Dressel 1 de transição

<1,4 = Dressel 1

A aplicação deste método permitiu tipificar uma parte considerável do conjunto, identificar os exemplares de ânforas greco-italicas existentes, bem como as formas consideradas de transição. Contudo esta abordagem quantitativa não permite dividir seguramente as ânforas Dressel 1 em variantes sem criar grupos de transição, isto é, transição entre as Dressel 1 A e as Dressel 1 B e entre as Dressel 1B e as Dressel 1C.

Greco-italicas >1	%	Dressel 1 de Trans entre 1,3 e 1,4	%	Dressel 1 < 1,4	%
57	17%	11	3%	277	80%

Figura 40 – quantificação dos bordos da Alcáçova de Santarém de acordo com o Método de Gateau.



Num ensaio realizado em mais de 300 fragmentos verifiquei que os bordos que segundo a tipologia tradicional podem ser enquadrados na variante 1A, apresentam um quociente entre o 1,4 e 1,74, a variante 1B apresenta valores entre 1,63 e 3,18 e a 1C entre 2,44 e 3,73.

Estes resultados permitem concluir que, há determinados valores que correspondem a determinadas variantes. Contudo existe uma zona de fusão onde os fragmentos se podem integrar indistintamente nas variantes A ou B e nas variantes B ou C. A experimentação deste método vem, mais uma vez, inviabilizar a tripartição proposta por Nino Lamboglia.

Este método é aplicável apenas aos fragmentos de bordo, não existindo uma metodologia equivalente que permita qualquer quantificação aplicável aos fragmentos de asa ou de fundo.

A grande variação formal documenta a existência de alguns bordos curtos e estreitos e de outros longos e espessos, o que na prática poderá significar um índice muito semelhante de altura/espessura. Estas variações, embora minoritárias não permitem identificar um padrão mas apenas tendências.

IV.4. Método C.

Numa abordagem muito semelhante à exposta anteriormente, utilizei a altura e o diâmetro dos bordos numa tentativa de determinar um padrão, dividindo o diâmetro de bordo pela sua altura, método idêntico ao utilizado por Metlzer para a análise da dispersão dos diâmetros e alturas dos bordos exumados em naufrágios (Maza, 1998, 24-25). A tendência fusiforme verificada nos exemplares mais alongados corresponde, genericamente, a lábios mais altos e pendentes e diâmetros mais curtos. Tendo por base esta observação empírica foi efectuado um ensaio quantitativo.

Os diâmetros determinados são muito variáveis e, embora possam demonstrar tendências, não são uma constante em nenhum tipo de secção ou de altura de bordo. Há uma propensão para os bordos curtos possuírem um diâmetro largo e os bordos longos um diâmetro mais reduzido.

O ensaio permitiu chegar aos seguintes valores:

O coeficiente de diâmetro/altura das ânforas greco-italicas varia entre os 7,62 e os 3,83, o das Dressel 1A oscila entre os 4.50 e os 2.70, o da Dressel 1B está balizado entre os 3 e o 1,78 e o da Dressel 1C entre 2,5 e 1,67.

Tal como no método ensaiado anteriormente, existe uma zona nebulosa entre cada uma das variantes. A única diferença reside no facto de a quantificação efectuada através dos diâmetros não permitir definir, com segurança, os exemplares de greco-italicas, e torna praticamente indistintos os



exemplares de Dressel 1B e C, uma vez que há uma maior proximidade entre diâmetros e alturas de bordo.

IV.5. Método D.

Este método consiste no agrupamento de exemplares com secções formalmente idênticas e proceder a uma posterior leitura comparativa entre as variantes formais e os diferentes fabricos. Os resultados lidos permitem, segundo alguns os autores, associar determinadas variantes a determinados características de pasta (Olmer, 1998 e Benquet e Olmer, 2002, 302). Tendo ficado demonstrado que, de certa forma, a ampla variação formal documentada está intimamente ligada com os centros produtores, e não com cronologias de produção, conteúdos envasados ou qualquer outro fenómeno. Assim, os fragmentos de bordo são divididos de acordo com a sua secção em diferentes formas: bordos triangulares, côncavos, convexos e direitos. Dada a ampla variação formal, existem variantes compostas, isto é bordo direito triangular e bordo direito rectangular por exemplo (Ibidem).

Naturalmente, quanto maior é o número de variantes estabelecidas, exclusivamente, através da observação, mais subjectiva é a classificação, sendo que algumas das variantes de Dressel 1 apresentadas no sistema de inventário de Bibracte (Ibidem, fig. 135) poderiam ser classificadas como greco-italicas de acordo com o método de Gateou.

Assim, analisando os fabricos onde se documentam exemplares de Dressel 1: PI 1, 2, 3, 5, e 6, chegamos aos seguintes resultados: a variação formal aumenta consoante o número de fragmentos atribuídos a cada fabrico, ou seja, os fabricos documentados com maior número de exemplares apresentam mais de variantes.

Deste modo, os fabricos PI 1 e PI 3 são os mais representados e são os únicos que apresentam todos os tipos de variante, a diferente proveniência destes dois fabricos, indicia que a variação formal encontrada não é exclusiva de uma área de produção.

No caso do conjunto em estudo, pode-se concluir que a aplicação deste método não permite identificar áreas de fabrico ou centros produtores distintos, uma vez que os diferentes grupos formados de acordo com as análises químicas efectuadas apresentam idêntica variação formal.

A tendência formal documentada em alguns fabricos resulta, em nosso entender, das diferentes características das pastas. Os exemplares de minerais negros, de constituição mais arenosa, tem menor consistência e as arestas tendem a tornar-se mais arredondadas, situação que não se verifica em pastas mais duras e compactas. Trata-se apenas de tendência cujo grau de subjectividade implícito à sua avaliação é muito elevado.



IV.6. Método E.

Dada a realização de análises químicas, efectuamos uma contabilização de fabricos por forma.

A análise da associação de forma ao fabrico revelou dados interessantes. Em primeiro lugar, constatou-se a existência fabricos exclusivos de determinadas formas, como se verificou nas produções africanas e brindisinas. No que respeita às produções itálicas documenta-se um fabrico com minerais negros, onde se insere a maioria dos fragmentos de Lamb.2 o PI 6 e um fabrico onde se registam apenas fragmentos de Greco-itálicas e Dressel 1 de bordo curto, o PI 5.

Ao nível de uma análise mais abrangente, verificou-se que as produções Greco-Itálicas se registavam em igual proporção entre fabricos tirrénicos (PI 1,2 e 6) e fabricos adriáticos (PI 3 e 5), existindo, no entanto, uma significativa percentagem de produções indeterminadas.

Resta ainda dizer que, as Dressel 1 de transição se documentam exclusivamente em fabricos tirrénicos o que demonstra a uma intensificação da produção nesta região.

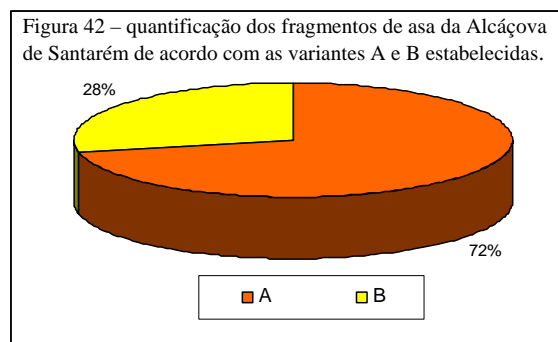
A forma e produção dominante é a Dressel 1 de fabrico itálico PI 1 que representam 65% dos exemplares.

Formas/ Fabricos	Greco- itálicas	Dressel 1 Transição	Dresse1	Lamb.2	Brindes	Máña C2	Tripolitana Antiga
PI 1	17	7	168				
PI 2	4	1	6				
PI 3	16		29				
PI 4					3		
PI 5	5		3				
PI 6	2	1	1	4			
PA 1						2	
PA 2							15

Figura 41 – quantificação dos bordos da Alcáçova de Santarém por forma e fabrico.

IV.7. Método F.

Dado o elevado número de fragmentos de asa recolhidos (com e sem contexto), bem como o seu estado fragmentário, optei por efectuar uma subdivisão formal das asa em dois sub tipos, de acordo com as suas características.





Esta sub-divisão permitiu efectuar uma contagem mais precisa do número de exemplares. Deste modo, considerou-se como variante A as asas mais pequenas, leves e mais estreitas, cuja largura máxima média, oscile entre os 3 e os 5cm. Estas asas estão presentes em todos os fabricos apresentados. Os exemplares desta variante apresentam habitualmente secções arredondadas, ovaladas e quadrangulares e correspondem a formas greco-italicas e de Dressel 1 A.

A variante B caracteriza-se pelas suas dimensões. Trata-se de fragmentos maiores e mais pesados que os anteriores, cuja largura ultrapassa os 5 cm e não excede os 9 cm. Apresentam secções elípticas e rectangulares, sempre muito alongadas e correspondem às variantes mais alongada Dressel 1B e C.

Dada a impossibilidade de tipificar, com exactidão a forma dos exemplares de asa optei por os agrupar nestas duas variantes, que embora não permitam ser enquadradas num único tipo ou variante, fornecem uma indicação formal, isto é, indicam se estamos perante uma variante mais pequena ou uma maior.

Podemos verificar que a variante A é dominante, com 72% do conjunto das asas.

IV.8. Método G. Quantificação de fragmentos de fundo

No que respeita aos fragmentos de fundo, verifiquei uma situação idêntica à observada com os exemplares de asa: a indefinição tipológica.

Quando se está perante exemplares de pequena dimensão, com uma parede estreita, mais leves e de pequeno diâmetro. Torna-se difícil tendo por base, exclusivamente as características do fundo, identificar, categoricamente, se estamos perante um exemplar greco-italico ou de Dressel 1.

Ao contrário de outros investigadores (Pimenta, 2004), não ousei efectuar tal distinção, uma vez que julgo não existirem características suficientemente distintas para uma diferenciação tipológica.

Outros exemplares de fundo, são grandes, maciços e pesados com paredes espessas, e foram classificados sem reservas como Dressel 1, uma vez que correspondem a variantes mais alongadas (tipos 1B e 1C) e que se diferenciam morfológicamente dos exemplares anteriormente descritos.

Deste modo, a indiferenciação tipológica ocorre em exemplares greco-italicos tardios e Dressel 1 de transição, que pela sua filiação apresentam características intrínsecas indiferenciáveis, apenas através dos exemplares de fundo.



IV. 9. Análise quantitativa do conjunto.

Os fragmentos de bordo, asa e fundo que incluímos neste estudo integram-se nas categorias formais que se descreveram no capítulo 2.

A quantificação da totalidade dos fragmentos por forma revela um claro domínio das ânforas vinárias Dressel 1 sobre o restante conjunto. Trata-se da ânfora republicana melhor documentada, o que

permite peremptoriamente dizer que no âmbito das importações alimentares de proveniência mediterrânea domina o consumo de vinho.

Destaca-se o domínio das importações oleárias, oriundas da Tripolitania, que suplantam claramente, em número de fragmentos e em exemplares em contexto as produções de Brindes.

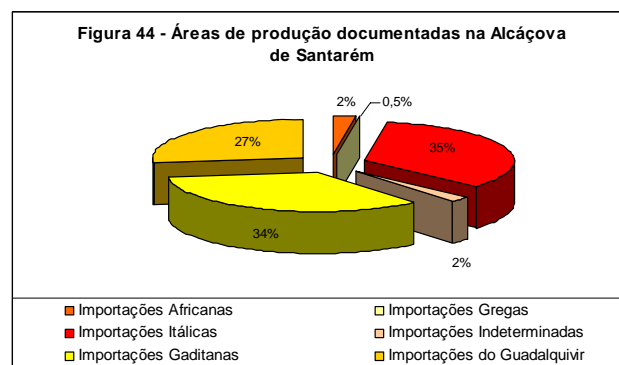
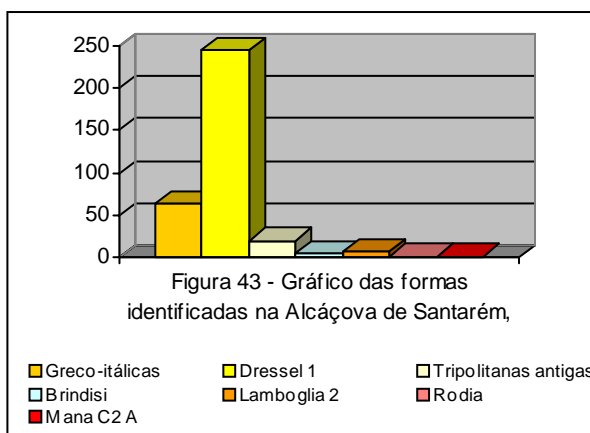
Por outro lado, as ânforas gregas são muito raras, mas a sua presença confirma a existência de um consumo sumptuário de elites, desde os primeiros momentos da ocupação romana.

No que respeita à Lamb. 2, embora seja uma forma produzida ao longo de todo o século I a.C. a sua exportação massificada ocorre apenas em meados da centúria. Assim, apenas os contextos da segunda metade do século I a.C. documentam esta forma nos seus inventários.

Existe também um claro domínio das produções tirrénicas sobre as adriáticas, o que se deve a um conjunto de factores. A proliferação de centros produtores que originou a massificação da produção de Dressel 1 nesta região é um factor decisivo na sua expressiva presença nos inventários dos sítios do extremo ocidente peninsular.

A área dedicada ao cultivo da vinha em regiões mais setentrionais da península itálica seria seguramente mais exígua que na costa tirrénica. Aliado a estes factores terá que ser tida em consideração a maior proximidade dos centros de consumo peninsulares, de uma região em relação a outra.

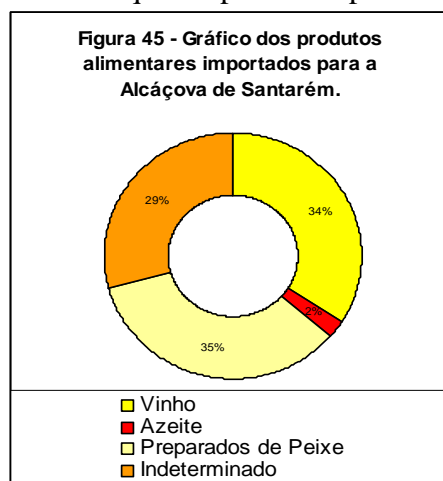
Numa análise comparativa entre as diferentes áreas de produção identificadas na Alcáçova de Santarém durante a ocupação republicana, destaca-se as importações itálicas que correspondem a





35% do conjunto anfórico identificado. Pudemos, mais uma vez, constatar que as produções gaditanas, onde se regista maioritariamente exemplares de Mañá C2, surgem praticamente em igual número às itálicas.

No que respeita aos produtos importados, o vinho ocupa uma proporção muito expressiva das



importações, a par com as importações de preparados de peixe. A dificuldade inerente à quantificação por conteúdo reside no desconhecimento de muitos dos conteúdos envasados, como pudemos constatar no gráfico apresentado (figura 45), 24% das importações apresentam um conteúdo indeterminado. Trata-se maioritariamente de exemplares produzidos no Vale do Guadalquivir, nomeadamente ânforas da forma Haltern 70 (Classe 15) e Classe 67, que à luz dos dados conhecidos, apresentam uma indefinição no que respeita aos conteúdos

transportados.

Formas	Fragmentos	Bordos	Fundos	Asas	N.M.I.	N.M.I. %	n.m.i.	n.m.i. %
Greco-itálica		63			63	11,75	63	5,26
Dr.01 de transição		11			11	2,05	11	0,91
Dr.01		235	50	167	235	43,84	694	57,97
Greco-itálicas/Dr.01			128	403	201	37,5	403	33,7
Lamb.2		6			5	0,94	5	0,41
Mañá C2		2	1		2	0,38	3	0,25
Tripolitana Antiga		15		1	15	2,8	16	1,34
Brindes		3	2	1	3	0,55	1	0,08
Ródia				1	1	0,19	1	0,08
Total		335	181	573	536	100	1197	100

Figura 46 – quantificação dos fragmentos de ânfora de produção mediterrânea da Alcáçova de Santarém

Optei por efectuar a contabilização do N.M.I. e do n.m.i. da totalidade da amostra, tendo em consideração que algumas das formas apresentadas não se encontram em contexto. Contudo, foram exumadas largas centenas de fragmentos em níveis posteriores aos séculos II/I a.C., muitos dos quais pertencem a silos de época islâmica ou a revolvimentos modernos. Deste modo, foi possível identificar a existência de fragmentos do mesmo exemplar em U.E.s diferentes.

De acordo com os resultados da análise quantitativa optei por estabelecer para além de quantificar a forma Dressel 1 de transição, estabelecer uma alínea onde se incluem os fragmentos que cabem indistintamente na forma Dressel 1 ou na Greco-itálica.



V. As produções mediterrâneas no sul do actual território português: alguns casos de estudo.

V.1. Introdução

V.2. Metodologia.

V.3. Os sítios arqueológicos.

V.4. Análise comparativa.



V. As produções mediterrâneas no sul do actual território português: alguns casos de estudo.

V.1. Introdução

O levantamento arqueológico que propomos realizar consiste na sistematização dos dados respeitantes às importações anfóricas de origem mediterrânea recolhidas, em contexto de escavações arqueológicas, trabalhos de prospecção, recolhas sub-aquáticas, ou achados dispersos provenientes de locais que se situem no sul do actual território português.

As balizas espaciais propostas para este trabalho consistem numa delimitação geográfica abrangente de todo o território português situado a sul do rio Tejo, e conseqüentemente a sul de Santarém, bem como toda a área envolvente ao território *escallabitano*.

Esta delimitação geográfica foi condicionada por diferentes factores. Em primeiro lugar, considerámos que uma divisão tradicional centrada no actual território português não resultaria na melhor opção metodológica, uma vez que não reflectiria o ritmo das importações verificadas na Alcáçova de Santarém. Por outro lado, a opção pela circunscricção administrativa romana *Conventus Scallabitanus* não faria sentido, dado que o presente trabalho incide, cronologicamente, num momento anterior à sua criação.

Se considerarmos um processo de romanização operado, naturalmente, de Sul para Norte, e tendo como referência histórica a chegada de contingentes militares ao estuário do Tejo em 138 a.C. entendi que o território de delimitar era o mais aconselhável.

No que respeita ao levantamento de dados da área envolvente da cidade de Santarém, considerei que fazia sentido incluir também a região da Península de Lisboa, ainda que esta se localize a norte do rio Tejo.

Os dados resultantes deste levantamento foram explanados individualmente por sítio estudado, tendo sido alvo de análise conjunta onde se desenvolveram questões relativas à forma e local de produção dos respectivos contentores, bem como os possíveis significados da sua distribuição.

V.2 Metodologia

Para realizar este levantamento, optei por efectuar uma recolha de informação sistemática, centrada em critérios descritores previamente estabelecidos.



Em primeiro lugar, procedi ao levantamento bibliográfico sobre o tema, de modo a identificar possíveis sítios arqueológicos onde tivessem sido identificadas produções anfóricas de origem mediterrânea.

Procurei, posteriormente, ter acesso ao maior número de possíveis conjuntos provenientes de diferentes locais, efectuando a recolha da seguinte informação: identificação de forma e fabrico de cada fragmento; representação gráfica e fotográfica do conjunto; identificação de materiais associados e recolha de uma amostra de cada fabrico identificado.

Contudo, condicionalismos financeiros, temporais e de ordem prática, impediram a análise da totalidade dos sítios inicialmente proposta.

Em primeiro lugar, os custos inerentes à realização de análises de lâmina delgada e químicas condicionaram o número de peças sujeitas a estudo. Por outro lado, o tempo necessário à execução das referidas análises limitou a inclusão de um maior número de sítios, dado que apenas foram analisados os materiais provenientes de locais, cujo espólio se encontrou atempadamente e integralmente disponível para tal procedimento.

Deste modo, os vários conjunto artefactuais, cujos condicionalismos burocráticos das instituições onde se encontram depositados, não permitiram a sua análise atempada não foram, por este motivo, abrangidos por este estudo.

Por último, a impossibilidade de realizar um estudo mais abrangente deveu-se em parte a uma alteração, instituída, do prazo de entrega desta dissertação, que reduziu o tempo de execução deste projecto em mais de um ano.

A inclusão dos restantes locais implicaria meios que não se enquadram no âmbito desta dissertação, dado o elevado montante de informação a tratar. Por este motivo, os dados apresentados neste capítulo devem ser encarados como um estudo preliminar, em curso, cuja conclusão deverá ser apresentada fora do âmbito desta dissertação.

Deste modo, apresentamos os resultados da análise de Castro Marim, Cerro do Cavaco, Faro, Monte Molião, Lisboa e Chões de Alpompe.

Tendo em conta que alguns destes locais não foram alvo de escavações arqueológicas, ou que não existem contextos de deposição primária de cronologia romana republicana, considereei que uma contabilização baseada no NMI não era a mais apropriada para a análise que pretendia efectuar.

Para proceder a uma equiparação quantitativa entre os conjuntos provenientes de diversos locais, optei por valorizar os fragmentos de bordo, de acordo com o tipo e o fabrico em que se inseriam, bem como por contabilizar a totalidade de fragmentos existentes (nmi).



Este levantamento permitiu a posterior comparação entre os diversos sítios e uma análise da dispersão desta produção no sul do actual território português, segundo diferentes critérios.

V.3 Os sítios arqueológicos.

Castelo de Castro Marim

Nas escavações arqueológicas realizadas pela Professora Ana Margarida Arruda, no Castelo de Castro Marim na década de 80 do século XX, foi recolhido um conjunto significativo de ânforas de cronologia republicana (Arruda *et alii*, no prelo).

O conjunto anfórico é constituído, maioritariamente, por exemplares de Mañá C2 e Classe 67, bem como por exemplares tardios de Maña Pascual A4, Forma D de Pellicer, ânforas ovóides gaditanas, do tipo T.9.1.1.1. de Ramon Torres (1995) e do tipo Castro Marim I (Arruda *et alii*, no prelo), sendo claramente dominantes as produções provenientes da Baía gaditana.

Neste sítio arqueológico, as produções do Mediterrâneo encontram-se mal representadas. São escassas as produções oriundas da Península Itálica e raros os fabricos norte africanos.

Estes materiais surgem associados a um conjunto significativo de cerâmica de paredes finas das formas II, III, VIII, IX e XIV, a cerâmica campaniense A (formas inclassificáveis), B e, sobretudo, B-oides, das formas Lamboglia 1, 3, 4, 5, 7, 5-7 (Viegas, no prelo).

Em relação às produções itálicas, os fabricos do Lácio, da Campânia e da Etrúria são dominantes, registando-se um pequeno conjunto de fragmentos de bordo, fundo e asa de Dressel 1, num total de 27 fragmentos de bordos, fundos e asas, enquadráveis nas variantes A e B de Dressel-Lamboglia.

As produções adriáticas estão documentadas por dois fragmentos de bordo da forma Lamboglia 2. Um destes fragmentos apresenta uma estampilha impressa sobre o bordo onde se pode ler PHIL.LAE, abreviatura recorrente nos repertórios epigráficos das produções Apulas (Desy, 1989). A marca apresenta uma cartela simples, rectangular com as arestas arredondadas e letras em relevo (estampa XLI).

Ainda no âmbito das produções da Apúlia, foi já publicado (Arruda e Almeida, 1998) um fragmento de bordo de características singulares, que julgamos poder enquadrar-se no tipo Dressel 6 (estampa XLI).

Para além do material referido, recolhido em contextos tardo republicanos datados de 50-30 a.C., foram exumados alguns fragmentos de ânfora greco-itálica e um fragmento de Mañá C2 de produção cartaginesa, que indiciam que as primeiras importações itálicas tenham ocorrido ainda durante o século



II a.C. Contudo, devido possivelmente a revolvimentos de época Moderna esta realidade não se encontra documentada em contexto.

Para além dos materiais referidos, regista-se ainda a presença de exemplares de ânforas da forma Tripolitana Antiga (estampa XLI).

Alguns exemplares de Dressel 1 traduzem fabricos itálicos mais frequentes em Castro Marim, foram analisados quimicamente, e enquadram-se no fabrico PI1. Por último, documentam-se alguns fragmentos de asa de Dressel 1, de produção indeterminada.

A singularidade deste conjunto anfórico reside na escassez de contentores itálicos, o que contrasta com a quantidade de cerâmica de paredes finas e de cerâmica campaniense com a mesma origem.

Por outro lado, no âmbito das importações de ânforas adriáticas, é de destacar o conjunto do Castelo de Castro Marim, que, juntamente com o de Mértola, coloca o rio Guadiana como o local, do extremo ocidente peninsular, em que estas produções se encontram, presentemente, melhor documentadas.

Forte de São Sebastião (Castro Marim)

Um recente projecto de recuperação do Forte de S. Sebastião, em Castro Marim, originou um trabalho de acompanhamento e escavação arqueológica levado a efeito em 2006 pela Professora Ana Margarida Arruda e pelo Dr. Carlos Pereira.

Até ao momento, desconhecia-se a existência de níveis de cronologia romana ou da Idade do Ferro neste local, uma vez que o sítio foi alvo de profundos revolvimentos e remoções de terras, até ao substrato geológico, no momento da edificação do forte, no século XVI.

Uma das sondagens de diagnóstico efectuadas revelou níveis preservados de época romana republicana, cuja cronologia preliminar proposta foi centrada no século II a.C.

A existência exclusiva de cerâmica campaniense A, associada a pratos de peixe de kouass e a ânforas itálicas Dressel 1 A, sustentam esta hipótese (Arruda e Pereira, 2006).

No que respeita às ânforas itálicas, os exemplares recolhidos traduzem a presença dos típicos fabricos de minerais negros, que correspondem ao PI1 e 2 da Alcáçova de Santarém. Contudo as pequenas dimensões dos fragmentos recolhidos são demasiado incaracterísticas para se proceder à sua classificação segura, por este motivo não existem dados para afirmar a presença de ânforas greco-itálicas.



Cerro do Cavaco

O Cerro do Cavaco foi pela primeira vez identificado por Estácio da Veiga nos finais do séc. XIX (1910). Trata-se de uma pequena elevação sobranceira ao Rio Séqua, que apresentava uma grande concentração de materiais à superfície.

O local nunca foi alvo de escavações arqueológicas, mas apenas de trabalhos de prospecção, que resultaram na recolha um conjunto de materiais itálicos, como ânforas, cerâmica campaniense, cerâmica de paredes finas, seis denários de prata, bem como de outros de «tipo pré-romano», nomeadamente cerâmicas pintadas em bandas, ânforas de tipologia ibero-púnica (Fabião, 2002, 79) .

Presentemente, o sítio encontra-se praticamente destruído. Uma acção de realocização, efectuada, em 1998, por Carlos Fabião e pelo arqueólogo da Extensão do IPA - Silves, permitiu verificar a existência de alguns taludes e o que parece ser um vestígio de muralha de aparelho ciclópico (Ipa , 05/04/06 19.08).

Para realizar este estudo tivemos acesso a dois conjuntos de ânforas de produção itálica, provenientes do Cerro do Cavaco (um total de 21 fragmentos encontram-se depositados na UNIARQ e no MNA). No que respeita ao conjunto anfórico de produção mediterrânea, documenta-se a presença de ânforas greco-itálicas, de Dressel 1 de transição e de Dressel 1, de Maña C2 e de um exemplar de difícil classificação, muito fragmentado, que poderá corresponder à forma Tripolitana Antiga.

Foram recolhidos exemplares de tipologia ibero-púnica, como Mañá Pascual A4, forma D de Pellicer e Castro Marim 1, e outros de tipologia romana, como ânforas da Classe 67. O predomínio das formas ibero-púnicas reflecte a influência da região de Cádiz sobre este território algarvio.

O conjunto anfórico demonstra a existência de uma ampla cronologia de ocupação para o sítio, que poderá ser balizada, grosso modo, entre a segunda metade/finais do século II a.C. e o terceiro quartel do século I a.C.

Embora estejamos a lidar com materiais de recolhas de superfície, o registo artefactual apresentado é muito semelhante ao de Castro Marim, tendo em consideração que ambos apresentam uma idêntica cronologia de ocupação romana republicana, bem como um conjunto anfórico muito semelhante, sendo a única diferença os exemplares de Lamb, documentados em Castro Marim.~

A ausência de formas como a Haltern 70 (Classe 15), em ambos os locais vem confirmar a hipótese da importação deste tipo no barlavento algarvio, ter ocorrido apenas no alto império, como parece ser o caso de Castro Marim.



No que respeita aos fabricos mediterrâneos, os exemplares sujeitos a análises químicas e de lâmina delgada, revelaram a presença dominante dos fabricos PI 1 e PI 2 nos exemplares de Dressel 1. Contudo, os fragmentos que integramos nas formas greco-italica e Dressel 1 de transição apresentam fabricos de possível proveniência adriática, e não se inserem, em nenhum grupo estabelecido. Os fragmentos de Mañá C2 A e de Tripolitana Antiga, inserem-se nos fabricos PA 1 e PA 2 , respectivamente.

Faro

Nas escavações realizadas pelos Dr.s Dália Paulo e Nuno Beja, nas instalações anexas ao Museu Lapidar infante D. Henrique em Faro (PAULO e BEJA, 2002, 2003), foram recolhidos abundantes materiais de época romana (em estudo pela Dra. Catarina Viegas), entre os quais se contavam ânforas de republicanas de produção mediterrânea.

A observação do conjunto dessas ânforas permite tecer algumas considerações. Tendo em conta a dimensão da área escavada de 60m², devido a uma opção metodológica de conservar *in situ* os vestígios de estruturas das diversas épocas documentadas, os níveis que apresentam uma ocupação romana republicana correspondem a uma área inferior a 10m². Trata-se conjunto é de dimensão considerável, com cerca de 40 exemplares. Verifica-se a presença ânforas Greco-italicas, Dressel 1, Maña C2 A, Tripolitana Antiga e um exemplar de Lamboglia 2.

É de destacar a presença de exemplares da forma T.9.1.1.1. de Ramon Torres, de fabrico Norte Africano, escassas no território português e ausentes dos restantes locais algarvios ocupados durante a República (Arruda, Bargão e Sousa, 2005).Igualmente singular, é a presença de um conjunto de fragmentos de ânfora do tipo 8.1.1.2 de Ramon Torres (1995) identificados num contexto do século III a.C.(Sousa, 2006: 87-88).

No que respeita às Dressel 1, as ânforas de produção itálica presentes, documentando-se um número escasso de fabricos. Neste âmbito, constatámos que, embora exista uma considerável variação formal ao nível dos lábios, a maioria dos mesmos são curtos e de secção triangular (não excedendo os 4,5 cm de altura, podendo ser enquadrados numa variante de bordo curto (Dressel 1 A).

Tal como nos outros locais já analisados, a presença de ânforas greco-italicas é escassa regista-se apenas dois fragmentos.

De acordo com as amostras recolhidas, pudemos identificar três grupos de fabrico distintos, apresentando a maioria dos fragmentos uma pasta rosada, com minerais negros, enquadrável nas



produções da Campânia e da Etrúria, e estando presente apenas um exemplar de produção adriáticas. Foram realizadas análises químicas e de lâmina delgada a dois exemplares o que permite incluir as ânforas de Faro no PI 1 (a descrição químico-mineralógica dos fragmentos analisados consta no anexo I), dominante no que respeita às importações itálicas no sul da Península Ibérica.

Estas importações itálicas surgem em contextos onde está presente cerâmica campaniense, cerâmica de paredes finas, cerâmica comum e ânforas de produção bética, onde se destaca a presença de Mañá C2 B.

A ocupação republicana está balizada entre o séc. II e o séc. I a.C (VIEGAS, no prelo), mas a que corresponde ao século II encontra-se documentada apenas por escassos fragmentos de cerâmica campaniense . Deste modo, os momentos mais recuados da ocupação republicana são pautados pela presença de alguns fragmentos de cerâmica campaniense A, das formas Lamboglia 16 e 36 e ânforas greco-itálicas, estando ausentes os restantes materiais característicos deste período, nomeadamente a cerâmica de paredes finas.

Embora as importações de ânforas itálicas se tenham iniciado ainda no século II a.C. foi na primeira metade do século I a.C. que ocorre um aumento do consumo de vinho itálico, o momento em que Faro importou também ânforas Mañá C2B, Haltern 70, Classe 67, bem como cerâmica de paredes finas, cerâmica campaniense B e b-oide, registo artefactual idêntico ao de Castro Marim e do Cerro do Cavaco.

Monte Molião

O Monte Molião foi pela primeira vez identificado por Nunes J.J. (1900,p.102-103), tendo sido primeiramente classificado como uma Necrópole. A primeira referência ao povoado e a sua associação a *Laccobriga* é feita por Estácio da Veiga em 1910 (Veiga, p.220). Localiza-se junto à estrada da Meia Praia, paralela à Ribeira de Bensafrim.

Está documentada uma longa diacronia da ocupação desde a Idade do Ferro até época moderna. Contudo, a maioria das publicações de materiais provenientes do sítio reporta-se a espólios imperiais ou islâmicos (Viana *et alii*, 1952).

As vagas referências ao material republicano indicam a presença de ânforas Dr 1, Mañá C2, e de Campaniense B-oide (Arruda e Gonçalves, 1993).



Na década de 90 do século XX, o sítio sofreu uma intervenção arqueológica de emergência, realizada pela Dr^a Susana Estrela, que originou uma posterior publicação dos materiais exumados nessa intervenção (Estrela, 1999).

Na última intervenção realizada no local, em 2005/06, foi identificada uma ocupação republicana que pode ser datada por espólios vários, como cerâmica campaniense A, formas Lamb. 27, 28, 31 e 35, cerâmica de paredes finas, da forma I e II de Mayet (1975), do final do século II a.C. (Sousa e Serra, no prelo).

Ao nível do conjunto ânforico documenta-se a presença de exemplares de Dressel 1 de transição, tripolitanas antigas, Maña C2B, de formas D de Pellicer e de do T-9.1.1.1. de Ramon Torres (1995)

Chões de Alpompe

Localizado a cerca de 15 Km de Santarém, Chões de Alpompe foi pela primeira vez identificado por A. Girão e Bairrão Oleiro, na década de 50 do século XX (Girão e Oleiro, 1953, p.77-9; Fabião, 1989, p.98).

Este sítio arqueológico foi por diversas vezes prospectado (Zbyszewski, Ferreira e Santos, 1968; Diogo, 1982), embora nunca se tenham realizado escavações arqueológicas.

Os diversos trabalhos de prospecção resultaram numa recolha de fragmentos cerâmicos, líticos e metálicos que se encontram depositados em diferentes instituições.

Destaca-se a recolha de um conjunto numismático constituído por 133 moedas datáveis até 80 a.C., com excepção de três moedas (Ruivo, 1999 e Fabião, 2002, p.150). O restante espólio inclui elementos de adorno pessoal, projecteis de chumbo para funda, cerâmica de tipo campaniense e ânforas (Fabião, 2002, p.150).

A grande maioria das ânforas provenientes de Chões de Alpompe não é inédita, e os fragmentos recolhidos pelos arqueólogos dos Serviços Geológicos de Portugal e pelos Técnicos do Museu nacional de Arqueologia foram dados à estampa, por Carlos Fabião, em 1989.

Outro conjunto de ânforas, da mesma proveniência, encontra-se depositado no Centro de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Aqui as produções itálicas são dominantes, documenta-se a presença de exemplares de Dressel 1, de Greco-itálicas e de Tripolitana Antiga.



Ao nível das produções identificadas, o grande número de exemplares que se enquadram no fabrico PI 2 revela uma importação distinta dos outros locais do estuário do Tejo.

Lisboa

Em relação aos materiais provenientes de Lisboa não possuímos dados novos ou inéditos, e a recente dissertação de Mestrado de João Pimenta sobre as ânforas do Castelo de S. Jorge reúne um significativo acervo de informação sobre as antigas ocupações republicanas da cidade (Pimenta, 2004).

Resta apenas referir que, sobre alguns exemplares de fabricos identificados no referido estudo, foram efectuadas análises químicas, cujos resultados pude comparar com os que se obtiveram para fragmentos de outros locais.

É de salientar a semelhança existente entre alguns fabricos identificados na Alxcáçova de Santarém e os de Lisboa. Sendo este o único local, para além de Santarém, onde se documenta exemplares de PI 3. Embora os contextos analisados apresentem um horizonte cronológico mais antigo (140-130 a.C.), parece existir uma clara ligação entre o abastecimento que é efectuado aos dois locais.

De igual modo, salientamos a presença do azeite itálico, tendo em conta que, dos locais aqui em análise, Lisboa é o único que regista esta presença.

V. Análise comparativa.

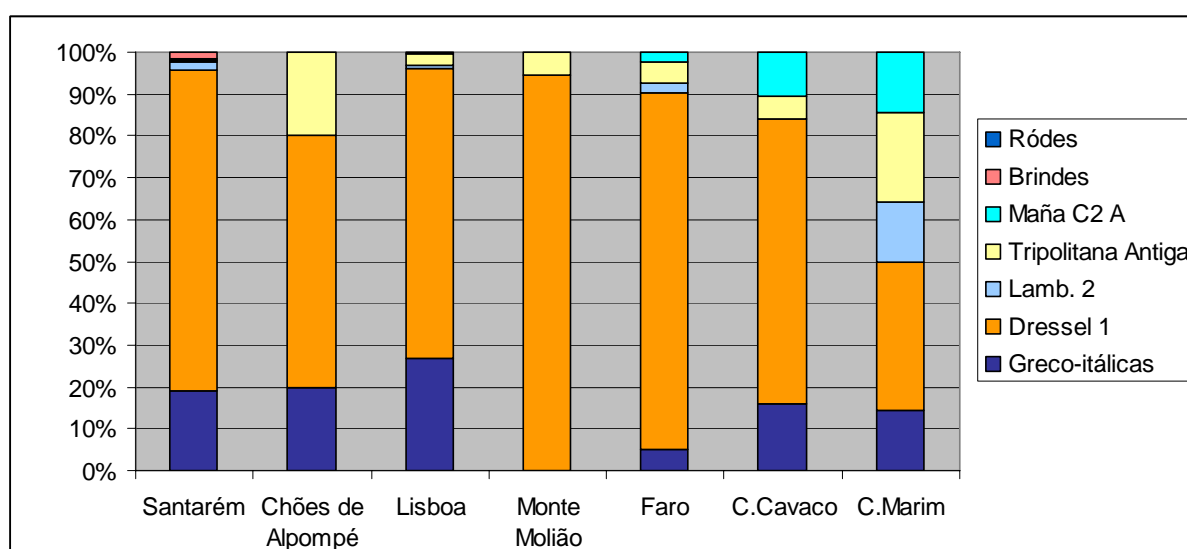


Figura 47 – quantificação dos fragmentos de ânfora de produção mediterrânea de Santarém, Chões de Alpompe, Lisboa, Monte Molião, Cerro do Cavaco e Castro Marim.



Os dados obtidos através do estudo destes locais possibilitam a comparação de padrões de consumo.

Em primeiro lugar sobressai o predomínio da forma Dressel 1 e das importações vinárias itálicas em todos os locais analisados. À excepção do Monte Molião, todos os locais estudados apresentam ânforas greco-itálicas, independentemente da sua cronologia. Embora represente uma expressão percentual inferior ao vinho, refira-se que Azeite africano está presente de igual modo representado em todos os locais analisados.

O restante azeite itálico é claramente residual e encontra-se muito provavelmente associado a um consumo sumptuário, uma vez que as produções de Brindes se registam, exclusivamente, nos dois pólos urbanos do vale do Tejo: Lisboa e Santarém.

No que respeita às ânforas vinárias, verificamos que a forma Lamb. 2 é sempre residual, e está ausente dos locais com ocupação exclusiva do século II a.C.

Os sítios caracterizados pela presença de materiais do século II a.C. não registam exemplares da forma Mañá C2 A, tendo em consideração que se trata de uma forma por excelência do século II a.C., deixa a discussão em aberto sobre o âmbito cronológico desta forma e a sua distribuição no actual território português.

É de salientar que a Alcáçova de Santarém é o local que apresenta maior diversidade formal, apresentando um artigo que podem ser considerados de luxo como é o caso do fragmento de ânfora ródia. Por outro lado, Castro Marim é o único local que apresenta uma maior paridade entre as formas documentadas, sendo menos evidente o predomínio de contentores vinários e da forma Dressel 1.

Com excepção dos produtos considerados de consumo sumptuário, como as ânforas de Brindes, a ânfora ródia, e de certo modo a Lamb.2, verifica-se um abastecimento generalizado de contentores vinários e oleárias aos locais analisados do sul do território português.

Assim, consideramos que os produtos de origem mediterrânea, chegaram aos locais em análise durante o séc. II e I a.C., sob a forma de um comércio institucionalizado, que ocorreu independentemente da funcionalidade dos espaços. Esta observação é estabelecida, tendo em conta que sítios com funcionalidades e cronologias, aparentemente distintas, apresentam um registo, de ânforas de produção mediterrânea, idêntico.



VI. Considerações finais

VI.1 A importação e consumo de vinho no extremo Ocidente Peninsular.

VI.2 O azeite no quotidiano.

VI.3 As ânforas do Mediterrâneo durante a época romana republicana na alcáçova de Santarém-
Leituras e significados



VI.1. A importação e consumo de vinho no extremo Ocidente Peninsular

O vinho é um recurso pleno para a Itália desde a época arcaica, momento em que a vinha é introduzida pelos gregos na Sicília. O comércio de vinho itálico no Mediterrâneo tem uma progressão rápida e vai suplantar os restantes ao longo dos séculos II e I a.C.(Olmer, 187)

Uma parte da informação sobre o vinho e o seu consumo encontra-se acessível no estudo das ânforas, que através da epigrafia, nos fornece dados preciosos sobre o seu consumo em locais específicos.

O consumo de vinho em determinado local poderá possuir vários significados, existindo sempre uma relação directa entre a economia e o comércio de vinho. A presença deste produto, documentada através de importação ou de produção local, poderá estar associada à existência de elites locais ou estrangeiras ou mesmo a um contexto religioso (Saéz Fernandez, 1996, 30).

Aliado à análise das ânforas vinárias, não podemos descurar a existência de outros artefactos cuja funcionalidade remete para o consumo de vinho. Por este motivo, optei por enquadrar nos contextos romanos republicanos da Alcáçova de Santarém artefactos cerâmicos relevantes, não apenas para determinar o âmbito cronológico dos mesmos, mas também de forma a associar os produtos alimentares importados a uma baixela cerâmica de proveniência itálica.

Na Alcáçova de Santarém, os recipientes de beber que foram recolhidos contextualmente com os contentores vinários itálicos são os copos e cálices de cerâmica de paredes finas, formas I,II, III, VIII, IX e XIV de Mayet (1975). Na cerâmica de paredes finas, há um domínio das formas mais simples e mais robustas, sendo abundante, a presença de copos e de copos altos (formas II, III e VIII de Mayet). Este fenómeno deve-se, provavelmente, aos condicionalismos de transporte, o que explica o facto das taças e de outros recipientes com asas serem raros (Forma IX de Mayet).

No que respeita à cerâmica campaniense, o repertório formal é composto, maioritariamente, por formas abertas, sendo raros os recipientes cuja morfologia se adaptaria ao consumo de vinho, podendo apenas enquadrar a forma Lamboglia 2 neste âmbito (Lamboglia, 1952).

A importação massificada de contentores do tipo Dressel 1, que ocorre desde o final do século II e o início do século I a.C., sugere um consumo generalizado de vinho itálico da costa tirrénica e um consumo residual de vinho de outras proveniências.

Dada a conhecida qualidade de determinados vinhos, nomeadamente os gregos, que são conhecidos por serem mais doces”_(Ibidem, 40), podemos concluir que existem claros indícios de um consumo sumptuário materializado através das produções gregas e adriáticas.



Como já foi referido anteriormente, o processo de distribuição dos contentores itálicos adriáticos, nada tem que a ver com os circuitos de abastecimento instituídos, uma vez que se documenta em distintos locais e em quantidades diversas e em fases diferentes do processo de romanização do território.

O vinho de proveniência tirrénica é produzido em maior quantidade por um período mais alargado de tempo. Por outro lado, o vinho de proveniência adriática, materializado através da presença de ânforas Lamboglia 2, surge num momento tardio da República, sempre de forma residual.

Deste modo, não parece desprovido de sentido colocar a hipótese de existirem dois tipos de abastecimento: um abastecimento «ordinário» caracterizado pela importação de quantidades significativas de Dressel 1 de produção tirrénica, que se registam um pouco por toda a costa litoral portuguesa, como parece ser o caso dos exemplares de Faro, do Monte Molião, do Castelo de São Jorge e da Alcáçova de Santarém, e um outro abastecimento diferenciado e selectivo que terá chegado apenas a algumas elites, como se verifica em Mértola, Castro Marim e na Alcáçova de Santarém.

A corroborar esta hipótese estão os *tituli picti* encontrados na Alcáçova de Santarém, que indicam a presença de um vinho com alguns anos de idade, muito provavelmente de baixa qualidade, dada a ausência de conservantes (Tchernia, 1986).

Outro dos aspectos a considerar, quando se fala de consumo de vinho, é a possível existência de uma produção local que venha suprir parte da procura. A presença da *vitis* está atestada no vale do Tejo desde o século VIII a.C. (Arruda, 2003). Contudo, desconhece-se em que momento foi domesticada e se essa domesticação ocorreu antes da presença romana no território (Ibidem).

Embora se pressuponha que tenha existido comércio de vinho num momento anterior à ocupação romana da Península Ibérica, através da importação das típicas ânforas de saco (tipos 10.1.1.1. e 10.1.2.1. de Ramon Torres, 1995), não há, até ao momento, provas cabais da sua existência, dada a indefinição de conteúdos transportados que caracteriza a maioria dos envases fenícios e púnicos (Ramon Torres, 1995).

O comércio vinário, durante a ocupação romana republicana, surge associado a outros contentores anfóricos, refiro-me à forma Mañá C2B, cujo mapa de dispersão no actual território português assume idênticos contornos ao registado para as ânforas Dressel 1. Ambas as formas surgem em locais, contextos e quantidades idênticas. Tendo em consideração que se trata de contentores com diferentes conteúdos e de diferentes proveniências, pode defender-se que ocorreu uma institucionalização do abastecimento e do consumo destes produtos.



VI.2. A presença do azeite no quotidiano

A proposta de um abastecimento oleícola de carácter institucional colocada para Valência (Pascual Berlenga e Ribera Lacomba, 2000) e posteriormente aplicada ao vale do Tejo (Pimenta, 2004), coincide com o registo anforico da Alcáçova de Santarém e com a leitura de funcionalidade, proposta com base no registo artefactual.

A conhecida importância do azeite no mundo romano, que era utilizado para diversos fins, como a iluminação, a alimentação e higiene. Nalguns locais do extremo ocidente peninsular a presença do azeite carece de confirmação arqueológica, uma vez que se encontram ausentes os típicos artefactos cerâmicos que são a face mais visível da utilização deste produto e que funcionam, simultaneamente, com um precioso indicador cronológico, refiro-me às lucernas. São raros os fragmentos de lucerna que apresentam uma cronologia romana republicana, tendo sido documentado apenas dois exemplares em contexto na Alcáçova de Santarém. Esta situação, aparentemente invulgar, é recorrente nos contextos arqueológicos de época romana republicana em sítios do sul do território português.

Deste modo, podemos assegurar que os fragmentos de lucerna exumados em Faro, Castro Marim, Monte Molião e na Alcáçova de Santarém, muito abundantes a partir do principado de Augusto, se encontram praticamente ausentes num momento anterior.

Não colocando em causa a existência de contentores de iluminação no mundo romano republicano, equacionamos duas hipóteses de interpretação para este fenómeno: por alguma razão que desconhecemos, estes artefactos não se conservaram até aos dias de hoje, ou foram utilizados outros recipientes como contentores de iluminação.

É possível afirmar, à luz dos dados conhecidos para o actual território português, que o azeite itálico está documentado de forma muito residual em todo o território, sendo a quantidade importada claramente insuficiente para suprir as necessidades das populações (militares ou civis itálicas).

A substituição dos produtos oleícolas itálicos por africanos, bem documentada pelos exemplares de Santarém, de Lisboa, de Castro Marim e de Monte Molião, é uma evidência arqueológica inegável desta realidade.

Quando discutimos a importação de azeite há que equacionar as eventuais produções de *olea*, bem como a presença de contentores oleários de produção do Vale do Guadalquivir. As produções oleícolas desta região constituem um elemento significativo nos inventários de sítios ocupados durante o século I a.C.



Para a região do Algarve podemos supor a existência de uma continuidade no abastecimento de produtos oleícolas desde o século IV/III a. C., atestada pela presença de ânforas de produção da campina gaditana, de tipo Tiñosa (Carretero Poblete, 2005 e Arruda, Bargão e Sousa, 2005) e, posteriormente, pela presença de ânforas oleárias de tipologia romana produzidas no vale do Guadalquivir.

Situação diferente ocorre no vale do Tejo, onde se desconhece a existência de ânforas tipo Tiñosa (T-8.1.1.2. de Ramon Torres) e a importação de azeite num momento anterior à presença romana no território carece de confirmação arqueológica. Desconhecem-se os conteúdos envasados em muitas formas de ânforas de tipologia ibero-púnica, nomeadamente nas formas D de Pellicer (1978) e D evolucionadas. Actualmente existem várias propostas para o conteúdo transportado nestes contentores, como o vinho (Ruiz Mata E Niveau De Villedary E Marinas, 1999) ou os preparados de peixe (Frutos *et alii*, 1988), que carecem de confirmação arqueológica.

Deste modo, vários indícios levaram a considerar a hipótese de uma auto-suficiência no que respeita à produção de azeite, provida pelas explorações agrícolas locais e regionais, desde a Idade do Ferro.

A escassez de ânforas oleárias verificada nos importantes centros urbanos, como Lisboa e Santarém, vem fundamentar esta hipótese, uma vez que os contentores que abasteciam de azeite esta região estão documentados em escassa quantidade e são provenientes de locais longínquos, onde este produto é conhecido pela sua qualidade excepcional (como é o caso das ânforas de Brindisi), o que permite defender um consumo sumptuário de azeite importado, associado à existência de elites.

Em favor desta hipótese, estão as diversas análises palinológicas que atestam a presença de *olea* no extremo ocidente peninsular. como sendo uma espécie indígena (Pimenta; 2004).

Assim, não só no estuário do Tejo, mas também para outros locais, como o Castelo da Lousa (Fabião,1989) e a Lomba do Canho (Gonçalves e Carvalho,2002), os dados arqueológicos, relativos à importação de azeite, fazem supor a existência de uma produção local.

Resta referir que, a produção de azeite e vinho está documentada arqueologicamente na Península de Lisboa durante o Alto Império, mais concretamente na *villa* romana de Freiria, através da presença de lagares de azeite e possivelmente de vinho, sendo que esta última produção carece de confirmação arqueológica (Encarnação e Cardoso, 1992-93).

A existência de uma produção local de *olea* aliada à inexistência de recipientes específicos para a iluminação, torna muito difícil ou mesmo impossível de rastrear arqueologicamente o consumo de azeite durante a ocupação republicana. Tendo em conta que são residuais ou mesmo inexistentes os contentores inequivocamente oleários, bem como, os recipientes de iluminação, resta apenas tentar



aferir a existência de *olea* e de estruturas associadas à exploração oleícola durante os séculos II e I a.C., como lagares de azeite.

Assim, embora a implementação de hábitos quotidianos de matriz mediterrânea, como a utilização do azeite para diversos fins, esteja atestada desde o início da ocupação romana, através das importações brindisinas e tripolitanas, não se possuem dados que permitam verificar a sua evolução e generalização entre a população indígena. Sabemos apenas que, no século I d.C. a importação de contentores oleários é recorrente e que a utilização de lucernas está generalizada um pouco por todo o território.

Resta saber se as populações indígenas adoptaram novos hábitos de consumo ou se apenas adoptaram diferentes recipientes cerâmicos para a utilização de um produto já existente. Porque motivo se verifica um incremento na importação de contentores vinários e o mesmo não sucede com os oleários?

VI.3 As ânforas do mediterrâneo durante a época romana republicana na alcáçova de Santarém- Leituras e significados.

Para efectuarmos uma análise da introdução de novos hábitos de consumo na Alcáçova de Santarém, é necessário o conhecimento da realidade pré-existente. A medição do impacte causado pela presença romana no território está intimamente ligada com o conhecimento das comunidades que aqui viveram num momento imediatamente anterior à presença romana (Fabião, 2001: 112).

O Mediterrâneo tem um papel preponderante e, de certa forma, dominante, durante o primeiro milénio, sobre as comunidades humanas localizadas no Baixo Tejo.

Durante toda a Idade do Ferro, particularmente na primeira metade, o estuário do Tejo sofreu, directa ou indirectamente, uma influência de cariz orientalizante, cujos vestígios são arqueologicamente visíveis, inclusive, durante a ocupação romana.

São as inovações tecnológicas de um povo «colonizador» que impulsionam o desenvolvimento de novas técnicas, como o torno ou a utilização do ferro.

Ao contrario de outras regiões mais a sul, no estuário do Tejo, em particular, na Alcáçova de Santarém, verifica-se, a partir do século V a.C., alguma estagnação, ou seja, regista-se um decréscimo acentuado de materiais importados, uma escassez considerável das cerâmicas ditas de luxo e a previdência de reportórios formais e decorativos claramente associados a uma presença orientalizante.



Esta tendência mantém-se e acentua-se durante os séculos IV e III a.C., onde as importações estão praticamente ausentes, fenómeno justificado através de uma alteração substancial no modo de vida destas populações, habituadas a receber produtos importados desde o século VIII a.C.

A diminuição das importações e a utilização de um repertório formal idêntico ao utilizado em momentos anteriores, origina uma sobre valorização das inovações tecnológicas documentadas com a chegada das primeiras importações romanas, dado o contraste existente entre o novo espólio romano e o de cariz indígena.

Deste modo, constatamos que as profundas alterações originadas pela ocupação romana no território. Se encontram inseridas num macro processo de romanização e da criação de uma nova geografia política (Ibidem). Neste âmbito é possível identificar a existência de micro processos tópicos que ocorrem de acordo com as características geográficas, políticas e culturais de cada lugar ou região.

Em primeiro lugar, não posso deixar de referir que, a chegada de um novo povo colonizador promove o retomar das importações mediterrânicas para a Alcáçova de Santarém e que as primeiras importações romanas ocorrem no final do século II a.C.

O início desta ocupação é caracterizado pela presença de ânforas gregas, greco-italicas e itálicas, cerâmica campaniense A e alguns objectos de armamento.

Esta nova realidade surge isolada, isto é, desprovida de um contexto arquitectónico, uma vez que não se detectaram quaisquer estruturas deste período (séc. II a.C.) em Santarém. Por outro lado, os materiais exumados nestes contextos mais antigos correspondem a fossas, não se tendo documentado quaisquer níveis de ocupação com esta cronologia (eg. pisos).

O registo artefactual identificado permite *a priori* diferenciar a ocupação republicana documentada na Alcáçova de Santarém, da identificada em Lisboa ou em Chões de Alpompe. Cronologicamente, os materiais escalabitanos apresentam um âmbito mais tardio, estando por isso ausentes determinadas formas de cerâmica campaniense A, cerâmica de paredes finas e numismas.

Apesar de um diferente enquadramento cronológico, consideramos que os indícios existentes são suficientes para presumir que o primeiro momento da ocupação romana na Alcáçova de Santarém tenha sido pautado pela presença de militares e que o sítio, a partir do final do século II a.C., tenha sido integrado no processo de conquista romana do território. Este fenómeno não indica *a priori* qual o estatuto e importância que uma cidade como Santarém teve no processo de conquista. Sabemos apenas que, a partir do final do século II a.C, fez parte desse processo.



Embora num primeiro momento, da ocupação romana da Alcáçova de Santarém, esteja praticamente ausente um dos indicadores do índice de romanização, as lucernas¹ (Fabião, 2001:124), consideramos que existem outros artefactos cuja singularidade é difícil de confundir ou de atribuir uma funcionalidade diferente daquela com que foram concebidos. Referimo-nos nomeadamente aos artefactos metálicos utilizados como elementos de armamento, como pontas de seta e glandes de chumbo, que se encontram ausentes num momento anterior à ocupação romana e apresentam uma funcionalidade inequívoca.

No que respeita aos restantes produtos importados, como a cerâmica fina ou as ânforas, é praticamente impossível de determinar se o seu consumo era feito por populações itálicas ou elites indígenas.

Contudo, a presença de recipientes de beber de formas altas e fechadas, os vulgares copos, é uma inovação que ocorre com a presença romana na Alcáçova de Santarém, que dada a sua clara morfologia dificilmente se lhe poderá atribuir outra funcionalidade. A sua presença implica uma adopção de novos hábitos alimentares.

A existência da *vitis* esteja, documentada nesta região, e de ânforas do tipo T.101.1.1. e 10.1.2.1. de Ramon Torres (1995) documenta o consumo de vinho, durante o chamado período orientalizante. Este consumo pré-existente não invalida a hipótese de se terem implementado novos hábitos de consumo de vinho.

O mapa de dispersão das ânforas itálicas no extremo ocidente peninsular, transmite uma informação distorcida da realidade existente. Apesar de todos os locais onde se documentou uma ocupação republicana apresentarem exemplares de ânforas Dressel 1 itálica, considero que a distribuição deste tipo não é uniforme, se for tido em consideração o número de exemplares recolhidos. Deste modo, um local como Santarém apresenta um número elevado destes recipientes vinários. Contudo, existem outros locais profusamente escavados e de localização litoral onde o número de contentores vinários itálicos é estranhamente pequeno, como é o caso de Castro Marim (Arruda et Alii, no prelo).

Esta constatação, permite dizer que uma relação de proximidade entre o local de produção e o local de consumo, verificada nomeadamente no que respeita às produções gaditanas, não se regista em relação às produções mediterrâneas.

¹ Documentam-se apenas dois exemplares nos contextos arqueológicos analisados e apresentam uma cronologia tardo-republicana. Os exemplares mais antigos identificados encontram-se descontextualizados e são datados do final do século II a.C. (Agradecemos a informação disponibilizada oralmente por Carlos Pereira).



Elemento irrefutável, prova de uma assimilação cultural acentuada, são as produções locais ou regionais de cerâmica cinzenta. A tradição de produção de recipientes cerâmicos de pastas cinzentas e cozeduras redutoras ocorreu durante toda a Idade do Ferro na Alcáçova de Santarém. Com a chegada dos primeiros produtos itálicos a produção, que anteriormente gerava formas análogas à cerâmica cinzenta fina polida, passa a reproduzir formas de cerâmica campaniese e de cerâmica de paredes finas. Existem materiais que apresentam um aspecto mais tosco, contudo, outros apresentam com uma grande depuração das pastas e uma grande qualidade ao nível dos acabamentos, contendo verniz e estampilhas idênticas às produções itálicas. Essa reprodução formal ocorre durante todo o século I a.C. e chega ao Alto Império, tendo sido reproduzidas formas de *Terra Sigillata* itálica.

Se por um lado não podemos deixar de colocar a hipótese da existência de uma importação de produções de pasta cinzenta cujas características de pasta, verniz e forma são em tudo similares às produções de cerâmica campaniese C, por outro existem reproduções formais de cerâmica campaniese B e C onde o verniz está ausente e cujas pastas se assemelham às produções de cerâmica cinzenta fina polida.

Este é um reflexo bem visível do processo de romanização, identificado igualmente noutros locais, como Cabeço de Vaiamonte (Fabião 2001:128) e no Castelo de Castro Marim.

Em nosso entender, o processo de assimilação cultural é dificilmente rastreável no reportório da cerâmica comum de proveniência não itálica, onde praticamente todas as formas estão presentes num momento anterior, como é o caso das tigelas e dos almofarizes. Apenas a presença de algumas formas fechadas, como jarrinhas/garrafas ou a alteração na morfologia dos almofarizes, poderá evidenciar um processo de aculturação em curso.

Outra grande inovação documentada com a presença romana é a escrita latina, a informação gráfica presente em grafitos, *tituli picti* e estampilhas das ânforas itálicas, que nos fornecem informações sobre o local de produção e o seu conteúdo.

A introdução da escrita em objectos do quotidiano é por si só um processo de aculturação, que resultara na assimilação cultural por parte das populações indígenas de uma nova escrita.

Importa dizer que na Alcáçova de Santarém não se documentam em contexto momentos tão recuados da ocupação romana republicana, com aqueles que nos foram dados a conhecer no Castelo de S.Jorge.

Apesar das fontes clássicas e arqueológicas, indicarem a presença romana no estuário do Tejo a partir da segunda metade do século II a.C., os dados analisados não permitiram identificar uma ocupação tão antiga.



Embora se registre a presença de materiais cujo início de produção está balizado entre a primeira metade do século II a.C. e meados da mesma centúria, o final de produção ocorre no final do século II a.C., não tendo por este motivo qualquer argumento em prol de uma datação recuada.

Como já foi referido anteriormente, a análise dos contextos romanos republicanos da Alcáçova de Santarém permitiu identificar duas fases distintas, um primeiro momento datado entre o final do século II e inícios do I a.C., e um segundo momento tardo-republicano, datado entre o segundo quartel do século I e o reinado de Augusto.

A concentração artefactual associada à ocupação do século I a.C. revela um aumento significativo das importações, não apenas de ânforas mas de outros artefactos de uso quotidiano, como cerâmica campaniense, cerâmica de paredes finas e cerâmica comum.

O retomar das importações surge associado a estruturas e contextos de ocupação bem definidos, caracterizados pela presença de um edificado de grandes dimensões na zona norte da Alcáçova.

Estas características claramente urbanas, surgem associadas a um elemento inovador a ocupação de raiz de novos locais, ou seja, verifica-se um aumento da área ocupada da Alcáçova documentando-se uma extensão do povoamento para Norte.

O carácter eminentemente urbano, documenta-se não apenas através das estruturas edificadas, mas também pela funcionalidade dos espaços. Neste sentido, refira-se que as armas identificadas nos contextos mais antigos, associadas a uma primeira fase de ocupação, são «substituídas» por objectos de uso quotidiano, como agulhas e pinças. Esta realidade está documentada, precisamente na zona Norte da alcáçova, anteriormente despovoada.

Deste modo, no século I a.C. os indícios de uma ocupação militar desvanecem-se, prevalecendo vestígios da criação de novos espaços residenciais. Este momento de estruturação do aglomerado populacional, poderá ter funcionado simultaneamente como um momento de criação de áreas diferenciadas onde posteriormente foram edificados estruturas religiosas de cariz monumental, como o templo de Scallabis (do qual se conserva apenas o seu podium).

O registo arqueológico do século I a.C. evidencia a importância que este local adquiriu a partir de do principado de Augusto, uma vez que sobre grande parte das estruturas edificadas no neste século foi contruída a cidade imperial.



Bibliografia

Bibliografia



- ALARCÃO, J. de (1976) - Les Amphores. *Fouilles de Conimbriga: VI*. Paris: Diffusion de Boccard, p. 79-91.
- ALARCÃO, J. de (1987) – Traços essenciais da geografia política e económica do Vale do Tejo em época romana. *Arqueologia do Vale do Tejo*. Lisboa. I.P.P.C., p. 55-58.
- ALARCÃO, J. de (1988a) – *The Roman Portugal*. Warminster: Aris & Phillips.
- ALARCÃO, J. de (1988b)- *O domínio romano em Portugal*. Lisboa: Europa-América.
- ALARCÃO, J. de (1990a) – Identificação das Cidades da Lusitânia Portuguesa e os seus territórios. *Les Villes de Lusitanie romaine: hiérarchie et territoires*. Table ronde internationale du Centre National de recherche scientifique (Talence 1988). Paris: C.N.R.S., p. 21-34.
- ALARCÃO, J. de (1990b) – O Estado e o governo local. In ALARCÃO, J., ed. – *Nova História de Portugal. I: Portugal das origens à romanização*. Lisboa: Presença, p. 383-394.
- ALARCÃO, J. de (1993) - Les ciutats romanes de Portugal. In *La Ciutat hipano-romana*. Madrid: Ministerio de Cultura, p. 207-233.
- ALARCÃO, J. de (1994) – Lisboa Romana e Visigótica. In *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Capital Europeia da Cultura 94, p. 58-63.
- ALARCÃO, J. de (1997) – Paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal. *Conimbriga*. Coimbra, 37, p. 89-119.
- ALARCÃO, J. de (2002) – *Scallabis* e o seu território. *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 37-46.
- ALMEIDA, C.A.F. (1974) - *Escavações no Monte Mouzinho* (1974). Penafiel: C.C.P.
- ALMEIDA, F. de (1969) – Sobre a Barragem romana de Olisipo e o seu aqueduto. In *O Arqueólogo Português*, serie III, vol III, p. 179-189.
- ALVES, F.; DIOGO, M.D.; CARDOSO, J.P.(2001) – Considerações sobre dois grandes cepos de âncora em chumbo, com alma de madeira, do sec.V-IV a. C., provenientes do ancoradouro natural da ilha da Berlenga (Peniche) e sobre achados de ânfora do tipo púnico em águas portuguesas. In *Actas do colóquio internacional: Os Púnicos no Extremo Ocidente (Lisboa, 27 e 28 de Outubro de 2000)*. Lisboa: Universidade Aberta, p. 239-260.
- ARENIGUI GASCÓ, C. (2001) – Lixus Colonia Fenicia y Ciudad Púnico-Mauritana: anotaciones sobre su ocupacion Medieval. In *Saguntum: Papeles del laboratorio de Arqueologia de Valencia*, Extra 4, Valência.
- ARENIGUI GASCÓ, C. (2003) – Lixus 2 - Ladera Sur: escavaciones arqueológicas Marroco-Españolas en la colónia fenícia: campañas 2000-2003. In *Saguntum*. Papeles del laboratorio de Arqueologia de Valencia, Extra 6, Valência.



- ARRUDA, A.M. (1983/84a) – Escavações Arqueológicas no Castelo de Castro Marim relatório dos trabalhos de 1983 e 1984, In *Clio Arqueologia*. Lisboa. 1, p. 245-254.
- ARRUDA, A.M. (1983/84b) – Alcáçova de Santarém: relatório dos trabalhos de 1984. In *Clio Arqueologia*. Lisboa. 1, p. 217-225.
- ARRUDA, A.M. (1987) – Castelo de Castro Marim. In *Informação Arqueológica*. 8, p 32-34.
- ARRUDA, A.M. (1988) – Nota acerca da ocupação romana republicana do Castelo de Castro Marim. In *Actas do 5º Congresso sobre o Algarve (Montechorro, 1988)*: vol I. Silves. Racal Clube, p. 13-17.
- ARRUDA, A.M. (1993) – A Conquista. In MEDINA, J., dir. – *História de Portugal: o Mundo Luso-Romano*. Vol II. Lisboa: Ediclube.
- ARRUDA, A.M. (1996) – O Castelo de Castro Marim. In *De Ulisses a Viriato: o primeiro Milénio A.C.* Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 95-100.
- ARRUDA, A.M. (1997a) – *As Cerâmicas Áticas do Castelo de Castro Marim*. Lisboa: Colibri.
- ARRUDA, A.M. (1997b) – Os núcleos urbanos litorais da Idade do Ferro no Algarve. In *Noventa Séculos entre a Terra e o Mar*. Lisboa: IPPAR, p. 243-256.
- ARRUDA, A.M. (2000a) – As cerâmicas de importação do Castelo de Castro Marim: no âmbito do comércio ocidental dos séculos V a II a.C. In *IV Congresso Internacional de estudios Fenicios y Púnicos*. Cadiz: Universidad de Cadiz, p. 727-735. (separata).
- ARRUDA, A.M. (2000b) – *Os Fenícios e mundo Indígena no centro e sul de Portugal (séculos VIII-VI a.C.)*. Dissertação de Douturamento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa. Edição policopiada.
- ARRUDA, A.M. (2003) – Contributo da colonização fenícia para a domesticação da terra portuguesa. In *Ecohistória del paisaje agrário*. Valência, Universidade, p.205-217.
- ARRUDA, A.M.; ALMEIDA, R.R. (1998) – As ânforas da Classe 32 da Alcáçova de Santarém (Campanhas 1983 – 1991). *Conimbriga*, Coimbra, XXXII, p. 201-231.
- ARRUDA, A.M.; ALMEIDA, R.R. (1999) – As importações de vinho itálico para o território actualmente português, cronologias e significado. In *Èconomie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid: Collection de la Casa de Vélasquez, 65, p. 307-337.
- ARRUDA, A.M., ALMEIDA, R.R. (2000a) – Importação e consumo de vinho Bético na Colónia Romana de *Scallabis* (Santarém, Portugal). In *Actas Congresso Internacional Ex Baetica Amphorae (Ecija 1998)*: vol. II. Ecija: Ed. Gráficas Sol, p. 703-715.
- ARRUDA, A.M; ALMEIDA, R.R. (2005) – As ânforas de tipo *Mañá c* em Portugal.
- ARRUDA, A.M; CATARINO, H.(1981) – Nota acerca de alguns materiais da II Idade do Ferro do Complexo Arqueológico de Vidais (Marvão). *Clio Arqueologia*. Lisboa. 1, p. 183-188.



- ARRUDA, A.M.; GONÇALVES, L.J. (1993) – Sobre a Romanização do Algarve. In *Actas do 2º Congresso Peninsular de História Antiga (Coimbra, 1991)*. Coimbra: p. 455-465.
- ARRUDA, A.M.; GONÇALVES, V.S. (1995) – Produção e consumo de vinho no território actualmente Português durante a Idade do Ferro. In *Amar Sentir e Viver a História: Estudos de Homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão*. Lisboa: Ed Colibri, p. 21-27
- ARRUDA, A.M.; SOUSA, E. (2003) - A cerâmica de Paredes Finas na Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6:1, p. 236-286.
- ARRUDA, A.M.; VIEGAS, C. (1999) - The Roman Temple of *Scallabis* (Santarém, Portugal). *Journal of Iberian Archaeology*. Porto.1, p.185-224.
- ARRUDA, A.M.; VIEGAS, C. (2001) - Intervenção Arquelógica na área do Jardim das Portas do Sol (2001) Alcáçova- Centro Histórico de Santarém. Relatório dos Trabalhos de Campo. Policopiado.
- ARRUDA, A.M.; VIEGAS, C. (2002) - A Cerâmica de Engobe Vermelho Pompeiano na Alcáçova de Santarém. *Revista do Instituto Português de Arqueologia*. Lisboa. 5:1, p. 221-238.
- ARTEGA, O. (1985) - Escavaciones arqueológicas en el Cerro del Mar: una aportación preliminar al estudio estratigráfico de las ánforas púnicas y romanas del yacimiento. *Noticiario arqueológico hispánico*. 23, p. 216-221.
- ARSENIO, D.; DEVENAT, L.; SANMARTÍ (1998) – Les importacions amforals d’origen púnic a la costa de Catalunya en època tardo-republicana. In *Actas do 2 Colloqui internacional d’arqueologia Romana: el vi a l’antiguitat: Economia, Producció i comerç al Mediterrani Occidental*. Barcelona: Museu de Badalona (Monografies Badalonines; 14), p. 66-73.
- ARSENIO i VILARÓ, D.; MARTÍN MENENDEZ, A. (1998) – El derelict de Bon capó (l’Ametlla de Mar): l’inici de l’expansió de vi italià a la Península Ibèrica. In *Actas do 2 Colloqui internacional d’arqueologia Romana: el vi a l’antiguitat – Economia, Producció i comerç al Mediterrani Occidental*. Museu de Badalona. (Monografies Badalonines; 14), p. 66-73.
- BARROS, L.; AMARO, C. (1984-85) – Fabrica de Salga de Peixe em Cacilhas. *Al-madan*, Almada. 4-5, p. 33-34.
- BARROS, L.; HENRIQUES, F.(2000) – A última fase de ocupação do Almaráz. In *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana. Almada 20-23 de Fevereiro de (1997)*. Almada: Camara Municipal de Almada/ Divisão de Museus (Monografias – Arqueologia), p. 97-107.
- BAUDAUX, J. (1996) – Les amphores du nord-est de la Gaule (Territoire français). Paris. Editons de la Maison des Sciences de l’Homme (Documents D’archeologie Française, nº52).
- BELTRÁN LLORIS, M. (1976) - La ceramica del Campamento de Caceres el Viejo.IV Congreso de Estudios Estremehos.



- BELTRÁN LLORIS, M. (1970) - Las Ànforas Romanas en Espanha. *Monografias arqueologicas*. Zaragoza. 8,
- BELTRÁN LLORIS, M. (1989) - *Guia de la Ceramica Romana*. Zaragoza: Libros Pórtico.
- BENOIT, F. (1957) – Typologie et Épigraphe amphoriques: les marques de SEXTIUS. *Rivista di Studi Liguri*. 23, p. 247-285.
- BENOIT, F. (1961) – *Le Épave de Grand Conglué à Marseille*, Sup. Gallia, XIV, Paris.
- BENOIT, F. (1965) – Recherches sur l'helenisation du Midi de la Guale, Aix-en Provence. Paris.
- BENQUET, L.; OLMER, F. (2002) – Les amphores. In BLÁSQUEZ MARTINEZ, J.M. ; DOMERGUE, C. ; SILLIERES, P.; dirs. - *La Loba (Fuenteobejuna, Corduue, Espagne)*. *La Mine et la Village Minier Antiques*. Bordeaux: Ausonius-Publications (Memories; 7), p. 295-331.
- BENQUET, L ; PILOT, C. (2000) – Les amphores de Lacoste (Mouliets-et-Villemartin, Girond). In *Actes du Congrès de Libourne*. Societe française d'étude de la ceramique Antique en Gaule, p.155-165.
- BERNAL, D.; DÍAZ, J.; EXPOSÍTO, J.; SÁEZ, A.M.; LORENZO, L. (2003) – *Arqueologia y urbanismo: avance de los hallazgos de época púnica y romana en las obras de la carretera de Camposoto (San Fernando, Cádiz)*. Cadiz: Universidade de Cádiz (Coleccion Patrimonio Historico y cultural de San Fernando).
- BERNAL, D.; AREVALO, A.; LONRENZO, L.; AGUILERA, L. (2003) – Imitations of Italic Amphorae for Fish Sauce in *Baetica*: New Evidence from the Salt-Fish Factory of *Baelo Cláudia* (Hispania). In *Rei Cretariae Romanae Favtores. XXIIIrd International Congress – 2002*. Rome: American Academy in Rome, p. 305-322.
- BERNAL, D.; JIMENEZ, R. (no prelo) – Recientes actuaciones arqueologicas en el Rinconcillo y la importancia del factor italico en la Bahía de Algeciras (s. I a.C.). In *Congreso Internacional Figlinae Baeticae: Talleres Alfareros y Producciones Cerámicas en la Bética Romana (s. II a.C. – III d.C.)*. Facultad de Filosofia y Letras, Universidad de Cadiz (12-14 de Noviembre de 2003).
- BERNI MILLET, P.(1996 a) – Amphora epigraphy : Proposals for the study of Stamp contents. *Archeologia e calcolatori*.7, p.751-770.
- BERNI MILLET, P.(1996 b) – Instrumentum domesticum Romà del Meseu Episcopal de Vic. La col.lecció de segells en àmfora, tegula i mortier. *Pyrenae*. 27, p.311-326.
- BERNI MILLET, P.; CARRERAS MONFORT, C. (2001) – El circuit comercial de Barcino reflexions al voltant de las marques amfóriques. *Faventia*. 23:1, p.123-129.



- BLAC-BIJON, V. ; CARRÉ, M.B. ; HESNARD, A. ; TCHERNIA, A. (1998) – Recueil de Timbres sur Amphores Romaines II. *Travaux du centre Camile Julian*. N.º20. Publications de l'Université de Provence. Aix-en-Provence.
- BLANCO JIMÉNEZ (1989)- Excavaciones de urgencia en un solar de la Calle Gregório Marañón: Cadiz. *Anuario Arqueológico de Anlalucía*. Sevilla. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía. 3, p. 78-81.
- BLÁZQUEZ JIMÉNEZ, F.J. (1985) - *Historia de España Antigua: tomo II – Hispania Romana*. Madrid: Cátedra.
- BONET ROSADO, H; KBIRI ALAOUI, M.; VIVES FERRÁNDIZ, J.; HASSINI, H. (2001) - Lixus Colonia Fenicia y Ciudad Púnico-Mauritana: Anotaciones sobre su ocupación Medieval. *Saguntum: Papeles del laboratorio de Arqueología de Valencia*. València. Extra 4, p. 158-168.
- BOUBE, J. (1973-75) – Marques D'Amphores Découvertes à Sala. Volubilis et Banasa. *Bulletin d'Archéologie Marocaine*. Rabat. 9 , p. 163-236.
- BOUBE, J. (1979-80) – Amphores Préromaines Trouvées en Mer au Vousinage de Rabat. *Bulletin d'Archéologie Marocaine*. Rabat. 12, p. 99-109.
- BOUBE, J. (1988) – Les Amphores de Sala à l'époque Maurétanienne. *Bulletin d'Archéologie Marocaine*. Rabat. 17, p. 183-207.
- BOURGEY, S.; DEPEYROT, G. (1988) – *La republique romaine*. Paris: Editions Errance (Fons Collecitions Numismatiques).
- BOUARD, M.R.; MEILLE, E.; VICHY, M.; PICON, M. (1989) – Les argiles utilisées pour la fabrication des amphores en Italie: Etrurie, Latium, Campagne. In *Amphores romaines et histoire économique : dix ans de recherch*. Rome: École Française de Rome (Collection de l'École Française de Rome;114), p. 257-268.
- BRUNO, J.P. (1997) – Aspectti di Storia Economica della Cisalpina Romana: le anfore di tipo Lamboglia 2 rinvenutein Lombardia. In *Studi e Ricerche sulla Gallia Cisalpina*. Roma: Edizioni Quasar.
- BUSTAMARTE, M.; MARTIN ARROYO, D. (no prelo) – La producción de Ánforas Greco-italica de imitación y su evolucion en la Bahía de Cadiz durante el siglo II a.C.: los contextos de la Avenida Pery Junquera en San Fernando (Cádiz). In *Congresso Internacional Figlinae Baeticae: Talleres Alfareros y Producciones Cerámicas en la Bética Romana (s. II a.C. – III d.C.)*. Facultad de Filosofia y Letras, Universidad de Cadiz (12-14 de Noviembre de 2003).
- CALLANDER, M.H. (1965) – *Roman Amphorae: With Index Stamps*. London: Oxford University Press.



- CANTO, A. M. (1996) – *Oppida Stipendiaria* : los municipios flavios en la descripción de Hispania de Plinio. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*. Madrid. 23, p. 212-243.
- CASTILLO, C. (1988) – La tribu galeria en Hispania: ciudades y ciudadanos. In GONZALEZ, J.; ARCE, J.; eds. - *Estudios sobre la Tabula Siarensis: actas de las jornadas celebradas en Sevilla en 1986*. Madrid: C.S.I.C, Centro de Estudios Históricos (Anejos de Archivo Español de Arqueología; 9), p. 233-241.
- CARVALHO, A.F.; ALMEIDA, F. (1996) – Aspectos económicos da ocupação romana na foz do Tejo. In *Actas das Primeiras Jornadas sobre a Romanização dos estuários do Tejo e Sado*, Lisboa: Publicações D.Quixote; Seixal: Camara Municipal do Seixal, p. 137-155.
- CALLU, J.P. et alli (1965) - *Thamusida I*. 2º supp. de « Mélanges de l'école Française de Rome et Athenes », Paris.
- CANTARELLAS CAMPS (1972) - Excavaciones en Ca Na Cotrexa (Muro, Mallorca). *Noticiario Arqueológico Hispánico, Prehistoria*. 1, p. 179-226.
- CARDOSO, G. (1978) – Ânforas romanas no museu do mar. *Conimbriga*. Coimbra. 17, p. 63 – 78.
- CARDOSO, J.L. (1987) - O final da Idade do Ferro no Conselho de Oeiras. *Estudos de Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras*, 6, p.361-366.
- CARDOSO, G. (1994) – Do paleolítico ao romano Investigaçã arqueológica na area de Lisboa os últimos 10 anos: 1984-1993. *Al-Madan*. Almada. 2ª série, 3, p. 59-74.
- CARRERAS MONFORT, C. (1997) – Los beneficiarii y la red de aprovisionamento militar de Britannia e Hispania. *Gérion*. Madrid. 15, p. 151-176.
- CARRERAS MONFORT, C. (1999) – The Nature of Roman Trade: an Archeological Prespective. *Munstersche Beitrage z. antiken Handelsgeschichte*. Bd XVIII. H 2 S, p. 87-114.
- CARRERAS MONFORT, C. (2000) – *Economia de la Britania Romana: La importación de alimentos*. Barcelona: Publicacions universitat de Barcelona (Collecció Intrumenta; 5).
- CARRERAS MONFORT, C. (2002) – The Roman Military Supply During the Principate Transportations and Staples. In ERDKAMP, P, ed. - *The Roman Army and Economy*. Amsterdam: J.C. Giben Publisher, p. 70-89.
- CARRETÉ, J.M.; KEAY, S.; MILLET, M. (1995) – A Roman Provincial Capital and its Hinterland: the Survey of the Territory of Tarragona: Spain, 1985-1990. *Jornal of Roman Archaeology: Supplementary Series*, 15.
- CARRETERO POBLETE, P.A. (no prelo) - Producciones Cerámicas de Ânforas tipo Campamentos numantinos en San Fernando: los fornos de Pery Junquera. In *Congreso Internacional Figlinae*



- Baeticae: Talleres Alfareros y Producciones Cerámicas en la Bética Romana (s. II a.C. – III d.C.)*. Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Cadiz (12-14 de Noviembre de 2003).
- CARVALHO, P. (2001) – *Castelo da Lousa: análise sumária do espólio das escavações de 2000*. Évora: Arkhaios.
- CERDA JUAN, D. (1980) - *La nave romana-republicana de la Colonia de Sant Jordi*. Palma de Mallorca: Ses Salines – Mallorca.
- CHARLIN, G.; GASSEND, J.M.; LÉQUEMENT, R. (1978) – L'épave antique de la Baie de la cavaliere (le lavandu, Var). In *Archaeonautica*. 2. Paris. Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, p.9-93.
- CHAVES TRISTÁN, F.; E VARGAS, G. (1994) – Gadir y el Comercio Atlantico a Través de las Cecas Occidentales de la Ulterior. In *Arqueologia en torno del Bajo Guadiana: Encuentro Internacional de Arqueologia del Sudoeste, Huelva*. Huelva. P. 375- 392.
- CINTAS, P.(1950) – Cerámique Punique.Paris.
- CIPRIANO, M.T.; CARRÉ, M.B. (1989) – Production et typologie des amphores sur la côte adriatique de l'Italie. In *Amphores romaines et histoire économique: dix ans de recherch*. Rome: École Française de Rome (Collection de l'École Française de Rome ;114), p.67-104.
- COLLS, D. (1987) – *L'épave de la Colonia de Sant Jordi I (Majorque)*. Paris. Publications du centre Pierre Paris. Difusion de Boccard.
- COMAS I SOLÁ, M. (1985) – Baetulo: Les Amphores, Badalona. *Monografias Badalonines*, 8, p.18-21.
- CORZO SANCHÉZ, R. (2002) – La fundacion de Itálica y su desarrollo urbanistico.In *Valencia y las primeras ciudades Romanas de Hispania*. Grandes Temas Arqueologicos. Nº. 3 Ajuntamento de Valencia, p.123-135. Fotocopiar
- COSTA, A.I.M. (1910) – Estações Pré-históricas dos arredores de Setubal: Apêndice - Homem Proto-histórico, Idades do Bronze e do Ferro no Castro Chibanes. *O Arqueólogo Português*, Lisboa. I série, 15, p. 55-83.
- COUNSUL, W.; MOOK, M.; REHARD, J. (1986) – Stamped Handles from Tel Beersheba. *BASOR*. 306, p. 47-62.
- CRISCUOLO, L. (1982) - Bolli D'anfora Greci e Romani. La Collezione dell'Università Cattolica di Milano.
- CRUZ, M.D. (1986) – A propósito de uma inscrição honorífica do Museu de Santarém. *Arqueologia*. Porto. 14, p. 115-121.



- CUSTÓDIO, J. (2001) – Santarém the Lezirias and the *Tagus*. Cultural Landscape. Inscriptions to the World Heritage List. Santarém: Camara Municipal de Santarém.
- CUSTÓDIO, J. (2002) – O Tejo e Santarém. In *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p.11-29.
- DESBAT, A (1998) – L'arrêt des importations de Dressel 1 en Gaule. In *Actes du Congrès d'Istres. Société Française d'Étude de la Céramique Antique en Gaule*, p. 31-35.
- DESBAT, A.; MAZZA, G. Col De M. PICON (1997) – La marque C.L. SEX sur amphores Dressel 1 A . In *Actes du Congrès d'Istres: Société Française d'Étude de la Céramique Antique en Gaule*, p. 511-516.
- DESY, P. (1989) – *Les timbres amphoriques de l'apúlie romaine: documents pour une histoire économique et sociale*. BAR. (International Series; 554).
- DIÁZ, M. (2000) – Tipologia de los contextos cerámicos tardo-republicanos en Tarraco. *Empuriés*. Barcelona. 52, p. 201-260.
- DIOGO, A.M.D. (1982) – A propósito de «Moron»: estudos de alguns documentos provenientes de Chões de Alpompe (Santarém). *Clio*. Lisboa. 4, p.147-154.
- DIOGO, A.M.D. (1984) – O material romano da primeira campanha de escavações na Alcáçova de Santarém (1979). *Conimbriga*. Coimbra. 23, p. 125-142.
- DIOGO, A.M.D. (1987) – Ânforas provenientes do rio Tejo. *Arqueologia*. Porto. 16, p. 112-114.
- DIOGO, A.M.D. (1988/9) – Ânforas provenientes do meio fluvial nas imediações de Vila Franca de Xira e de Alcacer do Sal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 4, 6-7, p. 227-240.
- DIOGO, A.M.D. (2000a) – Um conjunto de ânforas dos dragados da foz do rio Arade, Algarve. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3:2, p. 81-116.
- DIOGO, A.M.D. (2000b) – As ânforas das escavações de 1989/93 do Teatro Romano de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3: 1, p. 163-178.
- DIOGO, A.M.D.; TRINDADE, L. (1993/94) – Materiais provenientes de Chões de Alpompe (Santarém). *Conimbriga*. Coimbra. 32-33, p. 263-281.
- DOMERGUE, C. (1973) – *Belo I: La Stratigraphie*. Paris: Publicaciones de La Casa velazquez, (Série Archéologique; 1).
- DOMINGUES MONEDERO, A.J. (1984) – Reflexiones acerca de la siedadade hispana reflejada en la «Geografía de Estrabon». *Lucentum*, III, p. 201-218.
- DRESSEL, H. (1879) – Di un grande deposito de anfore rinvenuto nel nouvo quartiere del Castro Pretorio. *Bulletino Comunale di Roma*. Roma. 7.



- DRESSEL, H. (1899) – *CIL XV: Incriptiones urbis Romae latinae. Intrumentum domesticum*. Berlin: [s.n.].
- EDMONDSON, J. (1996) – Roman Power and the Emergence of Provincial Administration in Lusitania during the REPUBLIC. In HERMON, E., ed. - *Pouvoir et Imperium (III av. J-C I ap J.C.) Actes du Colloque tenu dans le cadre du Congrès de la Fédération Internationale des Etudes Classiques.(F.I.E.C.) du 24 au 26 août 1994, a l'Université Laval Napoli*. Napoli: Jovene, p.163-211.
- EMPEREUR, J.Y.; HESNARD, A. (1987) – Les amphores hellenistiques. *Ceramique hellenistiques et romaines*. 2, p. 9-71.
- ESTRELA, S. (1999) - Monte Molião, Lagos: intervenção de emergência (1998) e problemas da gestão do património em sítios arqueológicos classificados. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2:1, p. 199-234.
- ÉTIENNE, R.; MAYET, F. (1994) – À propos de l'amphore Dressel 1c de Belo (Cadix). In *Melanges de la Casa de Velazquez*. Madrid: Casa de Velásquez, 30-1, p.131-138.
- ÉTIENNE, R.; MAYET, F. (2000) – *Le vin Hispanique*. Paris: Difusion E. de Boccard.
- ETTLINGER, E. et alli (1990) – *Conspectus formarum terrae sigillatae italico modo Confectae*.
- FABIÃO, C. (1987a) – Ânforas Romanas Republicanas de um Depósito de Mértola no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia. *O Arqueologo Português*. Lisboa. Série IV, 5, p. 125-148.
- FABIÃO, C. (1987b) – *As ânforas do Acampamento Romano da Lomba do Canho Arganil*. Lisboa: Trabalho de síntese apresentado à F.C.S.H. - U.N.L. Edição policopiada.
- FABIÃO, C. (1987c) – Recensão à obra de PEACOCK/ WILLIAMS. *Conimbriga*. Coimbra. XXVI, p.167-177.
- FABIÃO, C. (1989) – *Sobre as Ânforas do Acampamento Romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- FABIÃO, C. (1992/93) – Garum na Lusitânia Rural? Alguns Comentários sobre o povoamento romano do Algarve. *História Antiga*. Salamanca. X-XI, p. 227-247.
- FABIÃO, C. (1993/1994) – O azeite da Bética na Lusitânia: reflexões em torno de um problema arqueológico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1:1, p. 169-198.
- FABIÃO, C. (1996) – O povoado fortificado da Cabeça de Vaiamonte (Monforte). *A Cidade*. Portalegre. Nova Série. 11, p. 31-80.
- FABIÃO, C. (1997) – O passado proto-histórico e romano. In MATTOSO, J., dir. - *História de Portugal: vol. I*. Lisboa: Editorial Estampa, p. 81-271



- FABIÃO, C. (1998a) – O vinho na Lusitânia: reflexões em torno de um problema arqueológico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1:1, p. 169-198.
- FABIÃO, C. (1998b) – *O mundo indígena e a sua romanização em área celtica do território hoje português*. Lisboa: Dissertação de Doutoramento apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- FABIÃO, C. (1999) – A propósito do depósito de Moldes, Castelo de Neiva, Viana do castelo: a baixela romana tardo-republicana em bronze no extremo ocidente peninsular. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2:1, p. 163-188
- FABIÃO, C. (2000a) – Sobre as mais Antigas Ânforas “Romanas” da Baetica no Ocidente Peninsular. In *Actas Congresso Internacional Ex Baetica Amphorae (Ecija 1998)*. Vol II. Ecija: Ed. Gráficas Sol, p. 665-682.
- FABIÃO, C. (2000b) – O Sul da Lusitânia (Algarve Português) e a Baetica: Concorrência ou Complementaridade? In *Actas Congresso Internacional Ex Baetica Amphorae (Ecija 1998)*. Vol. II. Ecija, Ed. Gráficas Sol, p. 665-682.
- FABIÃO, C. (2002a) – Mundo indígena, romanos e sociedade provincial romana: Sobre a percepção arqueológica da mudança. *Era Arqueologia*. Lisboa. 3, p. 108-131.
- FABIÃO, C. (2002b) – Chões de Alpompe. In *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 149-151.
- FABIÃO, C. (2003) – O Cerro do Cavaco (Tavira). In *Tavira: Território e Poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 77-81.
- FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1987) – Considerações preliminares sobre a cerâmica comum do acampamento militar romano da Lomba do Canho, Arganil. In *Da Pré-história à História. Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira*. Lisboa: Delta Ed., 287-308.
- FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1994) – As ocupações antigas de Mesas de Castelinho, resultados preliminares das campanhas de 1990-92. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, 1993)*, vol. II. Lisboa, p. 275-289.
- FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1996) – A cerâmica campaniense do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil). *Ophiusa*. Lisboa. 0, p.109-131.
- FARIA, A.M. (1987) – Guerras e conflitos no vale do Tejo na Antiguidade. In *O testemunho dos tesouros monetários*.
- FARIA, A.M. (1989) – Sobre a presença romana no actual território português: apostilas ao recente livro do Prof. Jorge de Alarcão. *Conimbriga*, Coimbra. 28, p. 55-69.



- FARIA, A.M. (1995) – Plínio-o-velho e os estatutos das cidades privilegiadas hispano-romanas localizadas no actual território português. *Vipasca*. Aljustrel. 4, p. 89-99.
- FARIA, A.M. (1999) - Colonização e municipalização das províncias hispano-romanas: reanálise de alguns casos polémicos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2:2, p. 29-51.
- FERNANDEZ CACHO (1995) - Las industrias derivadas de la pesca en la provincia romana de la Bética: La alfarería de “El Rinconcillo” (Algeciras, Cádiz). *SPAL*. 4, p. 173-214.
- FERNANDEZ IZQUIERDO, A. (1984) - *Las anforas romanas de Valentia y su entorno marítimo*. Valencia: Delagacion Municipal de cultura. Ayuntamiento de Valencia.
- FERNANDEZ NIETO, J.F. (1970-71) – Aurífer Tagus. *Zephyrus*. 21-22, p.245-259.
- FERNANDEZ PALACIOS, F. (2000) – Estrabon e Ibéria. A propósito de un libro reciente. *Gerión*. Madrid. 18, p. 551-570.
- FERRINI, B.; ROSSI, E. (2000) – Le anfore. In BRUN S., dir. - *Le navi antiche di Pisa*. Firenze: Edizione Polistampa, p.119-163.
- FEVRIER, P.A. (1956)- Fouilles de la Citadelle Méridionale de Forum Julii (Fréjus, Var). *Galia*. 14, p. 35-53.
- FITZPATRICK, A.P. (1985) – The distribution of Dressel 1 amphorae in north-west Europe. *Oxford Journal of Archaeology*. Oxford. 4, p. 305-340.
- FOUET, G. (1958) – Puits Funéraires d’aquitàune: Vieille-Toulouse, Montmaurin. *Galia*. 16, p.115-196.
- FRUTOS, G. de; CHIC, G.; BERRIATUA, N. (1988) – Las anforas de la factoría prerromana de salazones de «Las Redes» (Puerto de Santa Maria, Cadiz). In *Actas do 1º Congreso peninsular de História Antigua*. Santiago de Compostela. [s.n.], p. 295-306.
- FRUTOS, G. de; MUÑOZ, A. (1994) – Hornos púnicos de Torre Alta (San Fernando, Cádiz). In *Arqueología en el Entorno del Bajo Guadiana*. Huelva, p. 393-414.
- GAMITO, T.J. (1994) – Polícia Judiciária. *Informação Arqueológica*. Lisboa. 9, p. 115-117.
- GAMITO, T.J. (1997) – *Ipses* (Vila Velha, Alvor). In *Noventa séculos entre a serra e o mar*. Lisboa: Ministério da Cultura, IPPAR, p. 257-263.
- GARCIA Y BELLIDO, A.(1986) - España y los españoles hace dos mil años, según la geografía de Strabon. Madrid: Espasa Calpe.
- GARCIA Y BELLIDO, A. (1987) – La España del siglo primero de nuestra era, según P.Mela y C.Plinio. Madrid: Espasa Calpe.



- GARCIA HERNÁNDEZ, E. (2000) – Plinio y los oppida stipendiaria. A propósito de un artículo de Alicia M.^a Canto. *Gerión*. Madrid. 18, p. 571-591.
- GARCIA VARGAS, E. (1996) – La Producción Anfórica en la Bahía de Cádiz durante la República como índice de Romanización. *Habis*. 27, p.49-62.
- GARCIA VARGAS, E. (1998) – *La Producción Anforas en la Bahía de Cádiz en la Época Romana (Siglos II a.c.- IV d.c.)*. Sevilla, Editorial Gráficas Sol.
- GARCIA VARGAS, E. (2000a) – La producción de anforas “Romanas” en el Sur de Hispania: República y Alto Imperio. In *Actas Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae (Ecija 1998)*, vol. I. Ecija: Ed Gráficas Sol, p. 57-174.
- GATEAU, F. (1990) – Amphores importées durant le I^{er} s. Av. J.C. dans trois habitas de Provence Occidentale: Entremont, le Baou-Roux; Sant-Blaise. *Documents d’Archeologie Méridionale*.13, p.163-183.
- GISBERT SANTOJA, A. (1982) - Hallazgos arqueológicos submarinos en la Costa de Denia. Las anforas de Cronología Romana Republicana. In *VI Congreso Internacional de Arqueología Submarina*. Cartagena, p. 411-424.
- GOMES, M. V. (1993) - O estabelecimento fenício-púnico de Cerro da Rocha Branca (Silves). *Estudos Orientais*, 4 (Actas do Encontro “Os fenícios no território português), Lisboa, p. 73-107.
- GOMES, M.V., GOMES, R.V. e BEIRÃO, C. (1986) – O cerro da Rocha Branca (Silves) – Resultados preliminares de três campanhas de escavações. In *Actas do 4º Congresso do Algarve (Montechoro, 1986)*. Silves: Racal Clubbe, 2, p.77-83.
- GOMES, M.V., CARDOSO J.C. e ALVES, F.J. (1995) – Levantamento arqueológico do Algarve. Conselho de Lagoa. Câmara Municipal de Lagoa. Gráficas Europlum. Men Martins.
- GONÇALVES, A.; CARVALHO, P.C. (2002) – Intervenção arqueológica no Castelo da Lousa (1997-2002): Resultados preliminares. *Al-madan*. Almada. 11, p. 181-188.
- GONZÁLEZ TORAYA, B.; TORRES QUIRÓS, J.; LAGÓSTENA BARRIOS, L.; PRIETO REINA, O. (2000) – Los inicios de la producción anfórica en la Bahía Gaditana en época republicana: La intervención de urgencia en Av. Pery Junquera (San Fernando, Cádiz). In *Actas Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae (Ecija 1998)*, vol. I. Ecija: Ed. Gráficas Sol, p. 175-185.
- GRACE, V. (1961) – *Amphoras and the Ancient Wine Trade*. Princeton-New Jersey: American School of Classical Studies at Athens.
- GRUAT, P. (1994) – Les Timbre sur les amphores Dressel 1 du sud-ouest de la France: premier inventaire. *Aquitania*. Aix en provence. XII, p.183-201.
- GUERRA, A.(1995) – *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa, Colibri



- GUERRA, A., BLOL, M.A., QUARESMA, J.C.(2000) – Para o enquadramento do sítio de Povos, um estabelecimento romano no curso inferior do Tejo. In *Senhor da Boa Morte Mitos, História e Devoção*. Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p.29-42.
- GUERRA, A. (2001) – Resistência e aculturação no ocidente hispânico: defesa do território e identidade linguística. *Era arqueologia*. Lisboa. 3, p. 150-164
- GUERRA, A. (2002) – A Península de Lisboa no I milénio a.C.: uma breve síntese à luz das Fontes de dos dados arqueológicos. In *Turres Veteras IV: Actas de História Antiga*. Torres Vedras: Câmara Municipal - Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo “Alexandre Herculano”, p.119-128.
- GUERRA, A. (2003) – Algumas notas sobre o mundo rural do território olisiponense e as suas gentes. In *Mundo Antigo economia rural*. Lisboa: Colibri, p.123-150.
- GUERRA, A. (2004) – Caepiana: uma reavaliação crítica do problema da sua localização e enquadramento histórico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, p.
- GUERRA, A.; FABIÃO, C. (1988) – Escavações do Acampamento Romano da Lomba do Canho (Arganil): resultados preliminares. In *Actas del Congreso Peninsular de Historia Antiga (Santiago de Compostela, 1986), vol I*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, p. 307-328.
- GUERRERO AYUSO, V.M. (1986) – Una aportación al estudio de las ánforas púnicas Mañá C. *Archaeonautica*. Paris. 6, p. 143-186.
- GUICHARD, V. (1997) – Amphores. *Rodumna (Roanne, Loire), le village Gaulois*. (Documents D’Archeologie Française; 62). Paris, p. 133-142.
- GUITART I DURAN, J; PERA I ISERN, J.; CARRERAS MONFORT, C. (1998) – La Presència del vi italic a les fundacions urbanes del principi del segle I a.C. a l’interior de Catalunya: l’exemple de Iesso. In *Actas do 2 Colloqui internacional d’arqueologia Romana: El vi a l’antiguitat – Economia, Producció e Comerç al Mediterrani Occidental*. Badalona. Museu de Badalona (Monografias Badolinas; 14), p. 39- 65.
- HANDIMANN, M. (1998) – Les amphores en valais roamin: une porte du monde alpin sur la vallée du Rhône. In *Actes du Congrès d’Istres. Société Française d’Étude de la Céramique Antique en Gaule*, p. 37-48.
- HESNARD, A. (1990) – Les amphores. In *Gaule Interne et Gaule Méditerranéenne ao Iie et Ier siècles avant J.C.: Revenue Archéologique de Narbonnaise*. Paris: Editions du CNRS, (Supplément 21), p. 47- 54.
- HESNARD, A.; LEMOINE, C. (1981) – Les amphores du Cécude et du falerne: Prospection, typologie et analyses. In *Melanges de l’École Française de Rome (Antiquité)*. 93, p. 243- 295.



- HESNARD, A.; MONIQUE, R.; ARTHUR, P.; PICON, M.; TCHERNIA, A. (1989) – Aires de production des gréco-italiques et des Dr.1. In *Amphores romaines et histoire économique: dix ans de recherche*. Rome: École Française de Rome, (Collection de l'École Française de Rome.114), p. 21-65.
- JONCHERAY, J.P. (1975) – L'Épave «C» de la Chrétienne. In *Premier Supplément aux Cahier d'archéologie subaquatique*.
- KALB, F.; HOCH, M. (1983) – El Alto do Castello, Alpiarça (Distrito de Santarém, Portugal), - Un acampamento romano? In *Actas del VI Congreso Nacional de Arqueologia*. Zaragoza: Universidade de Zaragoza, p. 829-832
- KALB, F.; HOCH, M. (1988) – Moron. *Conimbriga*. Coimbra. 27, p. 189-201.
- LAFFI, U. (2002) – La conolização romana desde el final de la Guerra de Anibal a los Gracos. In *Valencia y las primeras ciudades romanas de Hispania*. Valencia. Ajuntament de Valencia. (Grandes Temas Archeológicos; 3), p. 19-26.
- LAGOSTENA BARRIOS, L. (1996a) – Exportación de salazon en la Bahía de Cadiz en la Antigüedad: Aportación al conocimiento de su evolucion através de la producion de las ânforas Maña C. *Florentina Iliberitana*. Granada. 2:7
- LAGOSTENA BARRIOS, L. (1996b) – *Alfareria romana en la Bahía de Cadiz*. Cadiz.
- LAMBOGLIA, N. (1952a) - La nave romana di Albenga. *Revista de Studi Liguri*. XIII: 3-4, p.131-236.
- LAMBOGLIA, N. (1952b) - Per una Classificazione preliminare della Ceramica Campana. In *Atti del I Congresso Internazionale di Studi Liguri*. Monaco;Bordighera;Genova: [s.n.], p.139-206.
- LAMBOGLIA, N. (1955) - Sulla Cronologia Delle Amphore Romane de Etá Republicane (II-I secolo A.C.). *Revista de Studi Liguri*. 22, p. 243-295.
- LAMBOGLIA, N. (1964) - La campagna 1963 sul rellito di Punta Scaletta. *Revista de Studi Liguri*, XXX:1-4, p. 229-257.
- LAUBENHEIMER, F. (1990) – *Les temps de amphores en Gaule. Vins, huiles et sauces*. Paris : Editions Errance.
- LAUBENHEIMER, F. (1996) – Des amphores et des Hommes. In *Dialogues d'Histoire ancienne*. Centre National de la Recherche Scientifique. 22:2, p. 261-279.
- LAMBRINO, S. (1953) – Les inscriptions de São Miguel d'Odrinhas. *Bulletin des Études Portugaises*. Coimbra.
- LEMAÏTRE, S.; DESBAT, A.; MAZA, G. (1998) – Les amphores du site du «Santuaire de Cibèle» à Lyon: etude préliminaire. In *Actes du Congrès d'Istres. Société Française d'Étude de la Céramique Antique en Gaule*. Paris: [s.n.], p. 49-59.



- LÉQUEMENT, R; LIOU, B. (1975) – Les Épaves de la côte Transalpine: Essai de Dénombrement suivi de quelques observations sur le trafic maritime aux II et I siècles avant J.C. *Cahiers Ligurs de Préhistoire et Archéologie*. 24, p. 76-82.
- LEVI, D.; CARRATELLI, G. (1965) – Nuove iscrizioni di Iasos. In *Annuario della Scuola Archeologica di Atene e delle missioni italiane in oriente*. 27-28, p. 605-630.
- LONG, L. (1987a) – L'Épave antique Benat 4: Expertise archéologique d'un talus d'amphores a grand profondeur. *Cahiers D'Archeologie Subaquatique*. VI, p. 99-108.
- LONG, L. (1987b) – Les Épaves du Grand Conglué Étude du Journal de Fouilles de Fernand Benoit. *Archeonautica*. Paris. 7, p. 9-36.
- LONG, L. (1988) – L'Épave antique des Basses de Can (Var) nouvelle expertise archéologique à l'aide d'un sous-marin. *Cahiers D'Archeologie Subaquatique*. VII, p. 14-19.
- LONG, L.; XIMÉNÈS, S. (1988) – L'Épave Riou 3 à Marseille: un chargement d'amphores Dressel 1 estampillées en greg et de céramique campanienne A tardive. *Cahiers D'Archeologie Subaquatique*. VII, p.159-183.
- LOPES, L.S. (1995-1997) – Itinerários da Estrada *Olisipo-Bracara*. *Arqueólogo Português*. Lisboa. IV: 13-15, p. 315-346.
- LOUGHTON, M.E. (2000) – La morphologie des amphores républicaines en Auvergne. In *Actes du Congrès de Liburne*. Paris: Société Française d'Étude de la Céramique Antique en Gaule, p.243-256.
- LUÍS, L. (2003a) – *As Cerâmicas campaniense de Mértola*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. (Trabalhos de Arqueologia; 27).
- LUÍS, L. (2003b) – Ânforas republicanas de Mata-filhos (Mertola). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6:2, p. 363-382.
- MAIA, M. (1978) – Ânforas neo-púnicas do Sul de Portugal. In *Actas das III Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa 1977)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 1, p. 199-207.
- MAIA, M. (1980) – Escavações na estação romana de S.Marcos do Cacém (Sintra). *Clio*. Lisboa. 1, p. 158-159.
- MAÑA, (1951) – Sobre a tipologia de ânforas púnicas. In *Crónica del VI Congreso de Arqueologia do Sudoeste (Alcoy 1950)*. Cartagena: [s.n.], p.203-210.
- MANDY, B; GENIN, M.; GODARD, C.; KRAUSZ, S.; SANDOZ, G.; THIRION, P., (1987-1988) – Un réseau de fossés défensives aux origines de Lyon. *Galia. Fouilles et Monuments archeologiques en France métropolitaine*. Paris. 45, p. 49-66.



- MANTAS, V. (1986) - Arqueologia urbana e fotografia aérea: contributo para o estudo do urbanismo antigo de Santarém, Évora e Faro. In *Trabalhos de Arqueologia (Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana- Setúbal 1985)*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural. 3, p.13-26.
- MANTAS, V. (1990) - Cidades marítimas da Lusitânia. In *Les Villes de Lusitanie romaine. Hiérarchie et territoires. Table ronde internationale du Centre National de recherche scientifique (Talence 1988)*. Paris: C.N.R.S., p. 149-205.
- MANTAS, V. (1993a) - *Rede Viária na Faixa Atlântica entre Lisboa e Braga*. Coimbra: Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Policopiado.
- MANTAS, V. (1993b) - As fundações coloniais no território português nos finais da República inícios do Império. In *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga*. Coimbra.
- MANTAS, V. (1994a) - Olisiponenses: Epigrafia e Sociedade na Lisboa romana. In: *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Capital Europeia da Cultura 94, p.70-75.
- MANTAS, V. (1994b) - A rede viária do território português. In MEDINA, J. dir., GONÇALVES, V.S. org. - *História de Portugal*. vol. 2. Lisboa: Ediclube, p. 213-320.
- MANTAS, V. (1996) – Comércio Marítimo e Sociedade nos portos romanos do Tejo e Sado. In *Actas das Primeiras Jornadas sobre a Romanização dos estuários do Tejo e Sado*. Lisboa: Publicações D.Quixote; Seixal: Câmara Municipal do Seixal, p. 343-369.
- MANTAS, V. (1999) – *Olisipo e o Tejo*. In *II Colóquio temático. Lisboa Ribeirinha*. Lisboa.
- MANTAS, V. (2000) – A rede viária romana e medieval na região de Torres Vedras. In *Turres Veteras II. Actas de História Medieval*. Torres Vedras: Câmara Municipal; Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo “Alexandre Herculano”, p.9-25.
- MANTAS, V. (2002a) – A rede viária de *Scallabis*. In *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p.107-112.
- MANTAS, V. (2002b) – A População da região de Torres Vedras na Época Romana. In *Turres Veteras IV, Actas de História Antiga*. Torres Vedras: Câmara Municipal; Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo “Alexandre Herculano”, p. 129-140.
- MANTAS, V. (2003) – Os Romanos na região de Coruche. In *O Homem e o Trabalho, a magia da mão. Catálogo da exposição permanente*. Coruche: Câmara Municipal de Coruche, p. 53-68.
- MARIA NOLLA, J.; JAVIER NIETO, F. (1989) – La importación de ánforas romanas en Cataluña durante el periodo tardo-republicano. In *Amphores Romaines et histoire économique: Dix ans de recherché*. Rome: École Française de Rome, (Collection de l'École Française de Rome; 114), p. 368-391.



- MARÍN, C. (2002) – La cultura material de la época de la fundación de Valencia. In *Valencia e las primeras ciudades romanas de Hispania*. Valencia: Ajuntament de Valencia (Grandes temas Arqueológicos; 3), p. 349-353.
- MARÍN, C.; RIBERA, A. (2002) – La realidad arqueológica de la fundación de Valencia: Magia, basureros y cabañas. In *Valencia e las primeras ciudades romanas de Hispania*. Valencia: Ajuntament de Valencia (Grandes temas Arqueológicos; 3), p.287-298.
- MARQUES, G. (1972) – Arqueologia de Alpiarça. As estações representadas no Museu do Instituto de Antropologia do Porto. *Trabalhos do Instituto de Antropologia do «Dr. Mendes Correia»*. Porto. 13.
- MARTIN, G.; DOLORES SERRES, M. (1970) - *La Factoria pesquera e Punta del Arenal y outros restos romanos de Jávea*, Valencia.
- MAS, J. (1982) - Escavaciones en el Yacimiento Submarino de “San Ferreol” (Costa de Cartagena). In *VI Congresso Internacional de Arqueologia Submarina*. Cartagena, p.189-224.
- MAZA, G. (1998) – Recherche methodologique sur les amphores Greco-italique et Dressel 1 découvertes à Lyon II^e-I^{er} siecle avant J.C. In *Actes du Congrès d’Istres. Société Française d’Étude de la Céramique Antique en Gaule*, p. 11-29.
- McCANN, A.M. (1977) – *The Roman Port and Fishery of Cosa*. Princeton; New Jersey: Princeton University Press.
- MOLINA VIDAL, J. (1995) – Las Anforas “Lomba do Canho 67”: Aportaciones al estudio de un nuevo Tipo: Difusion y Valoracion economica. In *Actas del XXII Congresso Nacional de Arqueologia (Vigo 1993)*. vol. II. Vigo, p. 419-424.
- MOLINA VIDAL, J. (2000) – Las Primeras exportaciones Béticas en el Mediterráneo Occidental. In *Actas Congresso Internacional Ex Baetica Amphorae (Ecija 1998)*, vol II. Ecija: Ed. Grafica Sol, p. 665-682.
- MORÁN, M. (1994) – Ánforas romanas en Ilerda i Aeso. *Revista d’Árqueologia de Ponent*. 4, p. 205-213
- MOREL, J.P. (1981) – *Ceramique Campanienne. Les Formes*. 2 vols. Rome: École Française de Rome.
- MUÑOZ VICENTE, A. (1985) – Las anforas prerromanas de Cadiz (informe preliminar). In *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla: Consejería de cultura de la Junta de Andalucía, 3, p. 471-478.
- NAVIERO LOPEZ, J. (1986) – El comercio marítimo en el NO, durante a época romana, através de las anforas. *Revista de Arqueología*. Madrid. 57.



- NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M.; RUIZ MATA, D. (2000) – El poblado de Las Cumbres (Castillo de Doña Blanca): Urbanismo y materiales del s. III a.C. In *Actas do Congresso de Cádiz, vol. II*. Cadiz, p. 893-903.
- NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M. (2003) – *Cerámicas Gaditanas “Tipo Kuass”*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- NOLLA BURFAU, J.M. (1974) - *Las ánforas romanas de Ampurias*. Ampurias. 36, p.147-197.
- NUNES, J.J. (1900) - Necrópole luso-romana nos arredores de Lagos. *O Archeologo Português*. Lisboa. V, p. 102-104.
- NUNES, J.C.; FABIÃO, C.; GUERRA, A.(1988) – *O acampamento militar romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Arganil: Museu Regional de Arqueologia.
- NUNES, J.C.; FABIÃO, C.; GUERRA, A.(1989) – O acampamento militar romano da Lomba do Canho, Arganil. In *Actas do I Colóquio Regional de Arqueologia de Viseu*. Viseu, p.403-424.
- OLMER, F. (2003) – À propos de la consommation du vin en Bourgogne (IIe-Ier s.av.n.e.): deux remarques sur les Dressel 1. In *Actas do 2 Colloqui international d’arqueologia Romana. El vi a l’antiguitat- Economia, Producció i Comerç al Mediterrani Occidental*. Barcelona: Museu de Badalona (Monografias Badalonines; 14), p. 465-471.
- OLMER, F. (2003) – Les amphores de Bibracte -2 Le commerce di vin chez les Éduen d’apres les timbres d’amphores.Coll Bibracte 7.
- PALAZZO, P. (1989) – Le anfore di Apani (Brindisi). In *Amphores romaines el Histoire éconimique:Dix ans de recherché (Colloque de Siena, 1986)*. Rome: Collection de l’École Française de Rome, p. 548-553.
- PASCUAL BERLENGA, G.; RIBERA E LACOMBA (2002) – *Las ânforas tripolitanas antigas en el contexto del Occidente Mediterráneo: Vivre Produire et échanger: reflects méditerranéens*. Centre Camile Jullian d’ Aix-en-Provence, p.303-324.
- PASCUAL GUASH, R. (1961) - *Las anforas que no fuguran en la Tabla de Dressel*. *CRIS - La Revista de la Mar*. 25, p. 4-7.
- PASCUAL GUASH, R. (1971/72) - Arqueologia submarina en Andaluzia (Almeria y Granada). Ampurias. 33-34, p. 321-334.
- PAULO, D.; BEJA, N. (2002) - *Relatório de Progresso 2001 – Sondagens no Museu de Faro*. dactilografado (disponível no IPA).
- PAULO, D.; BEJA, N. (2003) - *Relatório de Progresso 2002 – Sondagens no Museu de Faro.*, dactilografado (disponível no IPA).



- PEACOCK, D.P.S. (1977) - Amphorae and the Baetican fish industry. *Antiquaries Journal*. 57, p. 262-269.
- PEACOCK, D.P.S.; WILLIAMS, D.F. (1991)- *Amphorae and the Roman Economy. An Introductory Guide*. London: Longman.
- PERDIGONES MORENO, L.; MUÑOZ VICENTE, A. (1988) – Excavaciones arqueológicas de urgencia de los hornos punicos de Torre Alta, San Fernando, Cadiz. In *Anuário Arqueologico de Andalucia*. Sevilla: Consejaria de Cultura de la Junta de Andalucia, 3, p.106-112.
- PONSICH, M.(1968) – *Alfarerias de época fenicia y punico mauritana en Kuass (Arcila, Marruecos)*. Valencia. (Papeles del laboratorio de arqueologia de Valencia; 4).
- PONSICH, M.E.; TARRADELL, M. (1965) - *Garum et Industries Antiques de Salason dans la Mediterranéen Occidentale*, Paris.
- PORRO, G. () – *Bolli d'anfore rodie del Museu Nazionale Romano*. p. 103-124.
- POUX, M. (2004) – L'age du vin. Rites de boisson, festins et libations en Gaule independant. *Protohistoire Europeéenne*, 8.
- PY, M (1993a) – Amphores greco-italiques. In *Dictionnaire des carámiques antiques (VII e s. av. N.e.- VIIe s. De n.e.) en Mediterranée nord-occidentale (Provence, Languedoc, Ampurdam)*. Lattes. Lattara. 6, p.46-48.
- PY, M (1993b) – Amphores italiques. In *Dictionnaire des carámiques antiques (VII e s. av. N.e.- VIIe s. De n.e.) en Mediterranée nord-occidentale (Provence, Languedoc, Ampurdam)*. Lattes. Lattara. 6, p. 53-55.
- PY, M; ADROHER AUROUX, A; SANCHES, C. (2001) – *Corpus des ceramiques de l'age du fer de Lattes*. (Fouilles de 1963-1999). Lattara, 14:I , p. 241-253.
- PELLICER CATALÁN, M. (1978) – Tipologia y cronologia de las ánforas prerromanas del Guadalquivir según el Cerro Macareno (Sevilla). *Habis*. Sevilla. 9, p. 365-400.
- PELLICER CATALÁN, M. (1982) – Las ceramicas del mundo fenicio en el Bajo Guadalquivir: evolucion y cronologia según el Cerro Macareno (Sevilla) In. Niemeyer, G.H. (ed), p.371-402.
- PELLICER CATALÁN, M. (1983) – El Cerro Macareno. In *Excavaciones Arqueológicas en España*. Madrid. 124,
- PEREZ CENTENO, M.R. (1995-1997) – Evolución urbana en el Conventus Scalabitanus. *Arqueólogo Portugues*. Lisboa. IV:13-15, p. 301-309.
- PIMENTA, F.C. (1982-83) – Subsídios para o estudo do material anfórico conservado no Museu regional de Sintra. *Sintría*. Sintra. I-II, p.



- PIMENTA, J.P. (2003) – Contribuição para o estudo das ânforas do Castelo de S. Jorge (Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6:2, p. 341-362.
- PIMENTA, J. P. (2004) – *As ânforas romanas do Castelo de S. Jorge (Lisboa)*. Dissertação de mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição policopiada.
- POLO, F.P.; CASAS, J.P.A. (1998) – El oppidum Castra Aelia y las campañas de Sertorius en los anos 77-76 a.C. *Journal of Roman Archeology*. Oxford. 11, p. 245-264.
- POUX, M.; SELLES, H. (1998) – Vin italique en pays Carnute. A propos d'un lot d'amphores Dressel 1 decouvert à Chatres, rue Sainte-Thérèse. In *Actes du Congrès d'Istres*. Paris: Societe Française d'étude de la Ceramique Antique en Gaule, p. 207-223.
- RAMON, J. (1981) – *Ibiza e la circulación de ânforas fenicias y punicas en el Mediterráneo Occidental*. Ibiza: Conselleria del cultura, educació i esports, (Trabajos del Museo Arqueológico de Ibiza; 5).
- RAMON, J. (1991) – *Las anforas punicas de Ibiza*. Ibiza: Conselleria del cultura, educació i esports, (Trabajos del Museo Arqueológico de Ibiza; 23).
- RAMON, J. (1995) – *Las ánforas fenicio-púnicas del Mediterráneo central e occidental*. Barcelona: Universidade de Barcelona.
- RAVENTOS, X.D. (2002) – Roma en el siglo II a.C. una capital para una nueva potencia mediterránea. In *Valencia y las primeras ciudades Romanas de Hispania*. Valencia: Ajuntament de Valencia (Grandes temas Arqueologicos; 3), p. 27-36.
- RIBEIRO, J.C. (1989-90) - Romanização e romanidade na “Zona W” do município olisiponense. *Jornal de Sintra*, Sintra, 27/10/89- 23/03/90.
- RIBEIRO, J.C. (1994) – *Felicitas Iulia Olisipo* – Algumas Considerações em torno do Catalogo Lisboa Subterrânea. *Al-madam*. Almada. 2:3, p. 75-95.
- RIBEIRO, L. (1972) – *Lisboa e a base romana da linha do Tejo*. Conferencia proferida na sede do Grupo “Amigos de Lisboa”, Lisboa.
- RIBERA I LACOMBA, A. (1998) – *La fundacio de Valencia. La ciutat a l'epoca romanarepublicana (Segles II-I a. de C.)*. Valencia. (Estudios Universitarios; 71).
- RIBERA I LACOMBA, A. (2002) – El urbanismo de la primera Valencia. In *Valencia y las primeras ciudades Romanas de Hispania*. Valencia: Ajuntament de Valencia (Grandes temas Arqueologicos; 3), p.27-36.
- ROLDÁN HERVÁS, J.M. (1975) – *Itineraria Hispana*. Valladolid: Universidad Granada (Anexo de Hispania Antiqua), p. 19-110.
As importações anfóricas do Mediterrâneo durante a época romana republicana na Alcáçova de Santarém.



- RUIVO, J. (1999) – Moedas do acampamento romano-republicano dos Chões de Alpompe (Santarém). In Centeno, R.M.S.; Garcia-Bellido.
- RUIZ DE ARBULO, J. (2002) – La fundacion de la colonia Tarraco y los estandartes de Cesar. In *Valencia y las primeras ciudades Romanas de Hispania*. Valencia: Ajuntament de Valencia (Grandes temas Arqueologicos; 3), p.137-156.
- SÁEZ FERNANDEZ,P. (1999) – El vino en las fuentes historicas Romanas. In *II Simposio Arqueologia del vino: el vino en la antigüedad romana. Jerez 1996*. Madrid: Universidad Autonoma de Madrid (Seri varia 4), p.35-50.
- SANCHEZ REAL, J. (1985) - La exploración de la Muralla de Tarragona en 1951. In *Madridier Miteilungen*. Madrid. 26, p. 91-117.
- SANMARTI GRECO, E. (1985a) – Las anforas romanas del acampamento numantino de Pena Redonda (Garray Soria). *Empurias*. 47, p.130-161.
- SANMARTI GRECO, E. (1985b) – Sobre m nuevo tipo de ánfora de epoca Republicano de origem presumivelmente hispanico. In *Ceramiques Greques i helenistiques a la P. Ibérica*. *Empurias*. 18-20 marc 1983, p.133-141.
- SANMARTI GRECO, E.; PRINCIPAL PONCE, J.(1997) – Las ceramicas de importacion, itálicas e ibéricas, procedentes de los campamentos numantinos. *Revista d'arqueologia de Ponent*. 7, p. 37-75.
- SANTAMARIA, G. (1971)- *Travaux et Decouvertes Sur l'epave «A» du Cap Dramont*. In *II Congresso Internacional de Arqueologia Submarina (Barcelona, 1961)*. Barcelona. p. 187-201.
- SANTAMARÍA, G. (1975) – *L'epave du cap Drumont (Sant Raphael)*, fouilles 1971-1974. *Revue Arqueologique Narbonnaise*. 8, p.185-198.
- SCIALLANO, M. e SIBELLA, P.(1991)- *Amphores.Comment les identifier?*. Edisud.
- SCHULTEN, A. (1929) – *Numantia. Ergebnisse des Ausgrabungen 1905-1912. IV Die Lager bei Renieblas*. Munchen.
- SILVA, C.T. (1993) - *Ilha do Pessegueiro*. Lisboa: Instituto de Conservação da Natureza.
- SILVA, C.T.; SOARES, J. (1997) – Chibanes revisitado. Primeiros resultados da Campanha de escavação de 1986. *Estudos Orientais*. Lisboa, IV, p. 33-66.
- SILVA et ALLI (1980) – Escavações arqueológicas do Castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 6-7, p. 149-218.
- SILVA et ALLI (1987) – Notas sobre o material anforico da Foz do Arade (Portimão). *Setúbal Arqueológica*. Setubal. 8, p. 203-220.
- SOARES, J.; SILVA, C.T.(1973) - Ocupação do período proto-romano do Pendão (Setubal). In *Actas das II Jornadas Arqueológicas da A.A.P(Lisboa, 1972)*, vol I. Lisboa. p.245-305.



- SOARES, A.C. (1986) – Achados Arqueológicos na Vila de Odemira. *Trabalhos de Arqueologia do Sul*. Évora. 1, p. 87-92.
- SOLÁ, M.C. (1997) – *Baetulo les maques d'amfora*. Institut d'estudis Catalans Museu de Badelona. Union Académique Internationale Corpus Internationale des timbres amphoriques. Fascicule 2.
- SOLIER, Y. (1982) – Les épaves de Gruisan. *Archeonautica*. Paris. 3, p. 7-264.
- SOUSA, E.M. (1996) – Cerâmicas ditas campanienses e de imitação conservadas no Museu Regional de Sintra. *Conimbriga*. Coimbra. XXXV, p. 37-58.
- SOUSA, E. (2006) – *A cerâmica de tipo Kouass do Castelo de Castro Marim e de Faro*. Dissertação de Mestrado em Pré-história e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- SOUSA, E. e SERRA, M. (no prelo) - *Resultados das intervenções arqueológicas realizadas na zona de protecção do Monte Molião (Lagos)*.
- STIENSTRA, P. (1986) – Technological Research on Composition and Texture of Ancient Pottery – a note of sense and nonsense. *Newsletter*. III, p. 10-47.
- TARRADEL, M. (1960) – *Marruecos Punico*. Tetuán.
- TCHERNIA, A. (1986) – *Le Vin de l'italie Romaine. Essai d'Histoire Économique d'Aprés les amphores*. Paris: Difusion de Boccard (Bibliothèque des Écoles Françaises D'Athenes et the Rome; 261).
- TCHERNIA, A. (1990) – Contre les epaves. In *Gaule Interne et Gaule Mediterranéenne aux II e et Ier siecles avant J.C. Revenue Archeologie de Narbonnaise*. Paris. 21, p. 291-301.
- TCHERNIA, A.; POMEY, P.; HESNARD, A. (1978) – L'epave romaine de la Madragues des Giens (Var). *Galia*. Paris, 34
- TOLEDO I MUR, A; VIGNERON, M. (1998) – Étude des amphores de la Croix du Buis, un entrepot du I er siècle av. N.E. en Limousin. In *Actas do 2 Colloqui international d'arqueologia Romana: el vi a l'antiguitat- Economia, Producció i Comerç al Mediterrani Occidental*. Barcelona: Museu de Badalona (Monografias Badalonines; 14), p. 93-102.
- TONIOLO, A. (1998) – Le greco-italiche e il vino di Adria (Rodrigo): IV-I sec. a.C. In *Actas do 2 Colloqui international d'arqueologia Romana: el vi a l'antiguitat- Economia, Producció i Comerç al Mediterrani Occidental*. Barcelona: Museu de Badalona (Monografias Badalonines; 14), p. 74-80.
- TRANOY, A. (1990) - L'organisation urbaine dans le Conventus Scallabitanus. In *Les Villes de la Lusitanie romaine: hiérarchie et territoires. Table ronde internacionele du Centre National de recherche scientifique (Talance 1988)*. Paris: C.N.R.S., p. 2-20.



- TRINDADE, L.; DIOGO, A.M.D. (1998) – Ânforas romanas provenientes do Castro Chibanes. *Almadan*. Almada. 2:7, p. 172-173.
- ULBERT, G. (1984) – *Caceres el viejo. Ein spatrepublikanisches Legionslager oin Spanisch-Estremadura*. Mainz-am-Rhein (Madrider Beitrage; 11).
- VANDERMERSCH, C. (1994) – *Vins et Amphores de Grand Grèce et de Sicilie IV e-IIIe S. Avant J.C.* Naples: Centre Jean Bernard.
- VASCONCELLOS, J.L. de (1917) - Monte Molião – Lagos. *O Archeologo Português*. Lisboa. XXII, p. 128.
- VEIGA, E. da (1910a) - Antiguidades monumentais do Algarve. *O Archeologo Português*. Lisboa. I:15, p. 209-295.
- VEIGA, E. da (1910a): Antiguidades Monumentaes do Algarve. *O Archeologo Português*, Lisboa. I:15, p. 211-233.
- VIANA, A.; FORMOSINHO, J.; FERREIRA, O.V. (1952) -Alguns objectos inéditos do Museu Regional de Lagos: Monte Molião. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 62:1-2, p. 133-142.
- VIEGAS, C. (2003) – *A terra sigillata da Alcáçova de Santarém. Cerâmica, economia e comercio*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia; 26).
- VV.AA. (1972) – *Recherches sur les amphores romaines (Colloque, Roma, 1971)*. Roma: École Française de Rome.
- VV.AA. (1977) – *Méthodes Classiques et méthodes formelles dans l'étude des amphores (Colloque , Roma 1974)*. Roma: École Française de Rome.
- VV.AA. (1989) – *Amphores romaines el Histoire éconimique: dix ans de recherché (Colloque de Siena, 1986)*. Rome: Collection de l'École Française de Rome.
- VAN DER WERFF, H. (1978) – Amphores de tradición punica à Uzita. *Babesch*. 52:3, p.171-200.
- WILL, E.L. (1982) – Greco-Italic Amphora's. *Hesperia*. 51:3, p. 338-356.
- WILL, E.L. (1997) – The Roman Amphoras. In MCCANN, A.M., dir. - *The Port and Fishery of Cosa*. Princeton; New Jersey: Princeton University Press, p. 171-220.